

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Educação

SANTO AGOSTINHO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ E
ESTRATÉGIAS DE ENSINO

MARIA RITA SEFRIAN DE SOUZA PEINADO

MARINGÁ
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Educação

**SANTO AGOSTINHO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ E ESTRATÉGIAS
DE ENSINO**

Dissertação apresentada por MARIA RITA SEFRIAN DE SOUZA PEINADO ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Peinado, Maria Rita Sefrian de Souza

P377p Santo Agostinho : proposta de educação cristã e estratégias de ensino / Maria Rita Sefrian de Souza Peinado. -- Maringá, 2010.

105 f.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

1. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430 - Educação cristã - Século V. 2. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430 - Estratégias de ensino - Século V. 3. Formação do homem - Estratégias de ensino agostinianas. 4. Educação - Século V. I. Oliveira, Terezinha, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21.ed. 370.1

MARIA RITA SEFRIAN DE SOUZA PEINADO

**SANTO AGOSTINHO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ E ESTRATÉGIAS
DE ENSINO**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Terezinha Oliveira – UEM

Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos – UNIOESTE – Cascavel

Profª Drª Solange Ramos de Andrade David – UEM

12 DE ABRIL DE 2010

Dedico esta dissertação àqueles que continuam trabalhando e pensando a educação, vislumbrando, por meio dela a possibilidade da formação do ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela possibilidade de chegar até aqui.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Dr^a Terezinha Oliveira, pela paciência nos percalços, pela dedicação incomensurável, pelo amor à pesquisa e à produção do conhecimento, mais ainda, pelo comprometimento com o ser humano e com as questões a ele inerentes. Agradeço também ao Grupo Transformação Social e Educação nas Épocas Antiga e Medieval (GTSEAM).

Aos meus pais, Manoel Ribeiro de Souza e Rosa Sefrian de Souza, pelo ensino e exemplo que permanecem em minha memória, *in memoriam*.

À minha família, pelo amor e apoio incondicional: agradeço ao meu esposo, Carlos Peinado Jacob, que tem trabalhado além das forças, renunciado ao convívio diário para nosso sustento, pelo incentivo e compreensão, bem como pela sabedoria no direcionamento da família. Aos filhos Elaine, Hugo e Marcos, que estão sempre juntos comigo, pelo afeto tão necessário.

Aos amigos que estiveram juntos nessa caminhada e àqueles, amigos e familiares, que souberam compreender que minha ausência nesse período não significou rompimento da amizade, mas tempo para aprendizado.

Agradeço a participação dos professores que compuseram a banca da qualificação e da defesa desta dissertação pela solicitude.

À professora Dr^a Silvina Rosa pela dedicação no trabalho de revisão deste texto.

Amo os homens não por sua natureza animal, mas pela humana, isto significa que eles têm almas racionais, e isto eu aprecio até nos ladrões. Posso assim amar a razão de todos, mesmo quando tempestuosos usam o mal, eu os amo. Dessa forma, tanto mais amo meus amigos quanto melhor utilizam sua alma racional, ou ainda quando mais desejam dela fazer uso.

Santo Agostinho, *Solilóquios*. Livro I, cap. 2.

PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. **SANTO AGOSTINHO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ E ESTRATÉGIAS DE ENSINO.** 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Terezinha Oliveira. Maringá, 2010.

RESUMO

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), na linha de História e Historiografia da Educação, esta dissertação tem como objetivo examinar, em algumas obras de Santo Agostinho (354-430), sua proposta de educação cristã e algumas estratégias de ensino que a acompanharam: a adoção do *Trivium* e do *Quadrivium*, a importância da linguagem, da memória e da história, além de algumas de suas estratégias didáticas. Tais aspectos fazem parte da maneira particular com que Agostinho procurou dar encaminhamento aos problemas resultantes das intensas transformações sociais que caracterizaram o período de transição da Antiguidade para a Idade Média. Como fontes primárias, selecionamos algumas obras de Santo Agostinho: *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, *A Doutrina Cristã*, *O Livre-arbítrio*, *Confissões*, *A Trindade*, *De Magistro*. Como ponto de apoio da análise, utilizamos algumas referências da historiografia e da história da Educação, dentre as quais, obras de Nunes, Guizot, Gilson, Le Goff, Marrou, Oliveira e Lauand, entre outros. Em termos metodológicos, procuramos situar Agostinho em seu contexto, de forma a tentar explicar as motivações de sua proposta de educação. Os aspectos sociais e culturais da formação de Agostinho repercutiram na construção do estofo teórico de sua proposta de educação e de ensino. Agostinho valorizou o conhecimento Antigo como uma espécie de pré-requisito para a compreensão das Escrituras e, ao fazê-lo, legitimou a apropriação do mesmo por parte dos cristãos. Em suas obras fica evidente a clareza que ele tinha sobre a necessidade de formação teórica para o desenvolvimento da educação cristã, especialmente no caso dos que se dedicariam aos estudos das Escrituras e à sua divulgação. Quando colocada em face da desagregação do Império Romano, bem como das transformações resultantes das incursões dos povos nômades, sua proposta pode ser considerada como um referencial educacional daquela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Agostinho; Educação Cristã; Estratégias de Ensino; Formação do Homem Cristão.

PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. **SAINT AUGUSTINE: PROPOSAL FOR A CHRISTIAN EDUCATION AND TEACHING STRATEGIES**. 105 f. Dissertation (Master in Education) – Maringá State University. Advisor: Terezinha Oliveira. Maringá, 2010.

ABSTRACT

Bound to the Program of Post-Graduation in Education of Maringá State University (PPE/UEM), in line of History and Historiography of education, this dissertation aimed to examine, in some works of Saint Augustine (354-430), his proposal of Christian education and some teaching strategies that followed: The adoption of the *Trivium* and *Quadrivium*, the importance of the language, of the memory and the history, in addition to some of their teaching strategies. Such aspects are part of the particular way that Augustine tried to route the problems resulting from intense social transformations that have characterised the transitional period of Antiquity to the Middle Age. As primary sources, we selected some works of Saint Augustine: *The Instruction of catechumens: theory and practice*, *The Christian Doctrine*, *The self determination*, *Confessions*, *The Trinity*, *De Magistro*. As a point of support of the analysis, we use some references of historiography and the history of Education: works of Nunes, Guizot, Gilson, Le Goff, Marrou, Oliveira and Lauand, among others. In methodological terms, we seek position Augustine in his context, trying to explain the motivations of his education proposal. The social and cultural aspects of the training of Augustine influenced in the construction of theoretical padding of his proposal of education and teaching. Augustine appreciated the Antiquity knowledge as a kind of pre-requisite for the understanding of the Scriptures and, to do it, legalised the appropriation of that on the part of Christians. In his works is evident the clarity he had about the need of theoretical training for the development of Christian education, especially in the case of those who would dedicate studies about the Scriptures and their dissemination. When it was placed in the face of the breakdown of the Roman Empire, as well as of the changes resulting from the incursions of peoples nomads, your proposal can be considered as a referential educational of that society.

Key Words: Saint Augustine; Christian Education; Teaching Strategies; Training of the Christian Man.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AGOSTINHO: SUA HISTÓRIA EM CONTEXTO	15
2.1. Contexto Social e Histórico	15
2.2 Contexto Religioso: a Igreja como uma Instituição Organizada.....	19
2.3 Cultura – Filosofia Clássica x Filosofia Cristã	21
2.3.1 Agostinho: Uma Breve Biografia.....	21
2.3.2 A influência familiar	22
2.3.3 Formação Cultural de Agostinho.....	30
2.4 A Cidade de Deus como Expressão do Posicionamento de Agostinho em Face da Desagregação Social	37
3. A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ ENUNCIADA EM ALGUMAS OBRAS DE SANTO AGOSTINHO.....	50
3.1 <i>A Doutrina Cristã</i>	56
3.2 <i>O Livre-arbítrio</i>	61
3.3 <i>A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática</i>	67
4. O ENSINO NA PROPOSTA AGOSTINIANA PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM	70
4.1 A Adoção do <i>Trivium</i> e <i>Quadrivium</i>	72
4.2 A Importância da Linguagem	78
4.3 Estratégias didáticas	84
4.3.1 Memória.....	93
4.3.2 História.....	98
5. CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	103

1. INTRODUÇÃO

Este texto resulta da pesquisa em nível de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), na linha de História e Historiografia da Educação e ao Grupo Transformação Social e Educação nas Épocas Antiga e Medieval (GTSEAM).

Na graduação em Pedagogia, nesta universidade, desenvolvemos dois projetos de iniciação científica, nos quais tivemos a oportunidade de nos aproximar tanto dos procedimentos da pesquisa, quanto das idéias de Santo Agostinho. No mestrado, procuramos dar continuidade ao processo e optamos por fazer da proposta educacional desse filósofo cristão nosso objeto de pesquisa.

Segundo Nunes (1979) nem todos os grandes pensadores do passado devem necessariamente ser objeto de estudo dos historiadores da educação, conforme se observa na passagem a seguir.

Pode-se reconhecer o valor dos grandes literatos, dos cientistas, dos governantes, dos líderes religiosos, dos artistas, mas as suas obras só devem merecer contemplação num estudo de História da Educação, se tiverem efetivamente contribuído para o patrimônio das idéias pedagógicas ou se tiverem influenciado as instituições ou as atividades educacionais (NUNES, 1979, p. 1-2).

Desnecessário afirmar, nesse caso, que Agostinho é reconhecido por contribuir para o patrimônio das idéias pedagógicas. Justifica-se, portanto, a escolha de sua proposta educacional como objeto desta pesquisa em História da Educação. Embora este não seja nosso objetivo específico, é importante lembrar que suas idéias pedagógicas contém aspectos que ultrapassam os limites da educação cristã e podem ser detectadas em outros momentos educacionais.

Referindo-se a Santo Agostinho, Sciacca o destaca como um dos maiores pensadores da Humanidade, dos poucos cujas idéias não representam somente um momento histórico, mas exprimem e aprofundam valores universais, ainda que se tenha manifestado em determinado tempo (Sciacca, *apud* CAPORALINI, 2007, p. 35).

Destacamos o papel fundamental que Agostinho assumiu na educação cristã pelo fato de suas proposições tratarem de questões humanas, de questões discutidas em diferentes tempos históricos, ainda que sob diferentes aspectos. Ele é um exemplo de como, em outros tempos históricos, os homens se pensaram e pensaram sobre as questões que os desafiavam.

Durkheim (1995) nos auxilia a destacar a importância de se conhecer o passado, quando afirma:

[...] o estudo histórico do ensino, ao mesmo tempo em que nos fará conhecer melhor o presente, proporcionará a oportunidade de revisar o próprio passado e pôr em evidência erros dos quais precisamos tomar consciência, pois somos seus herdeiros (DURKHEIM, 1995, p. 24).

Frisamos, portanto, que a escolha de Agostinho deve-se ao reconhecimento da importância do conhecimento histórico do ato educativo realizado pela humanidade de diferentes maneiras, em diferentes tempos históricos.

Essa opção implica alguns cuidados metodológicos. Nem se deve, conforme alerta Montesquieu, “[...] transportar para séculos remotos todas as idéias do século em que se vive”, procedimento que “[...] é das fontes de erro a mais fecunda (MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis...*, liv. Trigésimo, cap. XIV, *apud* OLIVEIRA e MENDES, 2007, p.125)”, nem cometer “[...] o equívoco de transpor para a nossa uma realidade já vivida em outro momento presente (OLIVEIRA e MENDES, 2007, p. 125)”.

Olhamos para o passado, portanto, não como uma receita para responder às questões do presente, mas com o intuito de verificar como os homens responderam aos desafios próprios de sua época, a exemplo da educação dos nômades e dos romanos remanescentes das guerras. Resguardadas as diferenças históricas de cada período, entendemos, como afirma Bloch (1965), que conhecer o passado é inerente ao conhecimento e à compreensão do presente.

É tal a força da solidariedade das épocas que os laços da inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da

ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmos-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente (BLOCH, 1965, p. 42).

Com estes cuidados, delimitamos o objetivo de examinar, nas obras selecionadas, alguns aspectos relacionados ao ensino que acompanharam a proposta de educação cristã de Santo Agostinho (354-430), a adoção do *Trivium* e do *Quadrivium*, a importância da linguagem, as estratégias didáticas, a memória e a história. Esses aspectos revelam, de nosso ponto de vista, a maneira particular com que Agostinho procurou dar encaminhamento aos problemas resultantes das intensas transformações sociais que caracterizaram o período de transição da Antiguidade para a Idade Média.

Para atingir esse objetivo, consideramos relevante situar o autor em seu contexto histórico e social, de forma a refletir sobre a influência de suas obras no ambiente em que atuou. Tratando-se de um período de transição em que as condições e o modo de vida dos antigos ainda estavam presentes, mas, ao mesmo tempo, transformavam-se, cedendo lugar a uma nova proposição e a novas diretrizes para a educação do indivíduo e da sociedade, entendemos que esse contexto explica algumas particularidades da proposta de educação cristã e de ensino em Santo Agostinho. É necessário frisar, nesse caso, que era como partícipe de uma instituição organizada, a Igreja, que o autor defendia e procurava difundir sua concepção de educação cristã.

As fontes principais da pesquisa são as seguintes obras de Santo Agostinho: *A Doutrina Cristã*, o *Livre-arbítrio* e *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, além de passagens de *Confissões*, *A Cidade de Deus*, *A Trindade* e *De Magistro*. Como referências de apoio, procuramos subsídios na historiografia; com base nos autores consultados, Guizot, Gilson, Durkheim, Bloch, Nunes, Cambi, Marrou, Lauand, Le Goff, Boehner e Gilson, Oliveira, entre outros, além das informações sobre Agostinho, procuramos entender as transformações históricas ocorridas nesse período e qual o papel que a Igreja teve nesse processo.

Procuramos analisar as repercussões das circunstâncias políticas e históricas do período em sua proposta educacional e na indicação dos procedimentos de ensino. Procuramos mostrar que, ao elaborar o corpo teórico

de educação cristã, Agostinho utilizou o conhecimento previamente alcançado, já que ele defendia a importância do conhecimento racional para a compreensão da própria fé. Procuramos mostrar também que ele se empenhou em ensinar ao povo e o fez escrevendo, proferindo sermões, dialogando com seus amigos, formando pessoas que poderiam ensinar outros.

Para Santo Agostinho, a interpretação das Escrituras era um exercício intelectual, pois o referido texto obedece às normas do conhecimento, as quais poderiam ser ensinadas e aprendidas. Desse modo, o trabalho de dedicação aos estudos também beneficiaria a outros, pois aquele que aprendia poderia ensinar. Além disso, conhecendo as normas, o cristão poderia interpretar as Escrituras por si mesmo, sem a necessidade de um intermediário – o leitor ou o intérprete.

Como um teórico do cristianismo, Agostinho se tornou referência para a educação na medida em que, além de escrever tratados, realizar análises filosóficas, teológicas sobre os temas que se dispôs a perscrutar, centrou seus esforços nos mecanismos para a compreensão e para o ensino das Escrituras. Esse trabalho era seu foco de vida e, nesse sentido, sua preocupação se apresentou duplamente funcional: primeiro, por preservar o conhecimento clássico do *Trivium* e do *Quadrivium*, por teorizar sobre o papel da linguagem na comunicação, sobre as técnicas de ensino, atitudes do mestre; segundo por contribuir com sua proposta de ensino para a formação do homem do século V e para a organização de uma sociedade pautada nos princípios cristãos.

Os resultados da análise estão organizados em três capítulos:

No primeiro, situamos o contexto sócio-histórico e político dos séculos IV e V, a fim de mostrar as condições da sociedade na qual o autor vivia e para a qual fez sua proposição e discutimos as condições particulares da formação familiar, educacional e cultural de Agostinho.

No segundo capítulo, tratamos da concepção de educação cristã em Santo Agostinho, abordando, nas obras selecionadas, as verdades que ele considerava importantes de serem reconhecidas nas Escrituras.

No terceiro capítulo, examinamos alguns aspectos da proposta de ensino de Santo Agostinho e algumas estratégias elaboradas e praticadas pelo autor para ensinar as pessoas conforme os meios de que dispunha, a saber: pelas obras escritas, pelos sermões proferidos ao povo e pela sua ação ensinando na

escola episcopal. Destacamos também a motivação agostiniana para a formação do homem e tecemos algumas considerações finais.

2. AGOSTINHO: SUA HISTÓRIA EM CONTEXTO

Santo Agostinho, tanto em sua produção teórica a respeito do cristianismo, quanto em suas reflexões sobre os homens de sua época e sobre as formas de ensiná-los a entender as sagradas Escrituras, oferece-nos detalhes que nos permitem visualizar que sua proposta não foi elaborada em condições idealizadas de tranquilidade, nem de conforto. Foram exatamente os conflitos entre os povos em sua época que o levaram a buscar respostas para os questionamentos e a tentar consolar o povo demonstrando-lhe o valor da vida e oferecendo-lhe a perspectiva de organização social com base no referencial de amor a Deus e ao outro.

Por isso, nesta parte do trabalho, vamos analisar o contexto histórico, religioso, cultural e familiar em que ele viveu, de forma a agregar informações que fundamentem a discussão das questões educacionais presentes em suas obras, as quais serão objeto do segundo e terceiro capítulos.

2.1. Contexto Social e Histórico

Sem enveredar pelas possíveis causas da desagregação política do Império Romano ou das migrações das hordas nômades, pretendemos pontuar os conflitos que, relacionados a esses fatos, marcaram o período em que o autor viveu.

Os primeiros movimentos migratórios, conforme Pierini (1997), ocorreram nos quatro cantos da Europa entre os séculos IV e V, desencadeando uma série de ondas migratórias que se estenderam até o século X. “A primeira onda – justamente nos séculos IV-V – compreende uma vanguarda oriental constituída por hunos, godos e alanos, e uma vanguarda ocidental composta por vândalos, suevos e burgúndios (PIERINI, 1997, p. 30)”.

Pode-se supor, com grande probabilidade de acerto, que a história está mudando quando as populações (pequenas ou grandes) colocam-se em movimento. E se o número dessas populações em movimento é muito maior do que o esperado e os seus deslocamentos se sucedem e se sobrepõem no curso de vários séculos, abrangendo áreas de quase todo o mundo conhecido,

deve-se supor que estamos diante de um período histórico caracterizado por grandes e profundas mudanças (PIERINI, 1997, p. 29).

Analisando essa mudança produzida pelo movimento das populações Anderson (1982), afirma que, “Na primeira metade do século V, a ordem imperial fora devastada pelo fluxo de bárbaros através de todo o Ocidente (p. 122)”, discorrendo, assim, sobre essas migrações da perspectiva de que esse movimento descrito por Pierini (1997) não ocorreu de forma pacífica, antes provocou destruição, acentuando a desarticulação do sistema imperial.

As invasões germânicas que varreram o Império do Ocidente desenvolveram-se em duas fases sucessivas, cada uma delas com sua forma e dinâmica próprias. A primeira grande vaga começou com a momentosa travessia do Reno gelado, na noite de inverno de 31 de Dezembro de 406, por uma confederação informal dos Suevos, Vândalos e Alanos. [...] em 410, os Visigodos, comandados por Alarico, tinham saqueado Roma. Duas décadas mais tarde, em 439, os Vândalos haviam tomado Cartago (ANDERSON, 1982, p. 122).

Segundo Pierini (1997), em 378, os visigodos invadiram a península balcânica, infligindo aos romanos a primeira derrota militar no próprio território do Império, aplainando o caminho para as vitórias seguintes de Alarico e para o primeiro saque de Roma (em 410), cuja violência, que Agostinho denomina de “usanças guerreiras”, deixou um saldo de grande sofrimento ao povo que habitava a região.

Esses fatos marcaram profundamente as relações econômicas, políticas, sociais e, embora não se possa afirmar que tenham sido a única causa, contribuíram em grande medida para a transformação na organização da sociedade, para a reestruturação social. É evidente nos autores dessa época a preocupação em orientar as novas formas de convivência que se construíam em meio aos conflitos, em identificar alternativas para as relações de trabalho, a educação e as relações políticas e religiosas, tendo em vista o saldo desses acontecimentos.

Os conflitos no mundo romano, no entanto, não eram resultantes apenas das incursões dos povos nômades. As condições de produção nos domínios do Império Romano já haviam passado por várias crises antes disso. Dentre as

condições econômicas de ruralização e a descentralização das políticas enfraquecidas no interior do Império, “A polarização social do Ocidente acabou pois num sombrio *finale* duplo, com o Império dilacerado por cima e por baixo por forças internas antes de forças externas desfecharem o golpe final (ANDERSON, 1982, p. 114)”.

Em suma, considerando que foi “[...] no campo que a crise final da Antiguidade teve sua origem; e enquanto as cidades estagnavam ou entravam em declínio (ANDERSON, 1982, p. 102)”, afirma que as mudanças na economia rural indicavam a transição para outro modo de produção.

Analisando as alternativas que então se apresentavam, o referido autor afirma que, apesar da força com que as tribos adentraram o Império do Ocidente, os invasores “[...] não eram por si capazes de substituí-lo por um universo político novo ou coerente (ANDERSON, 1982, p. 123)”.

Essa forma de interpretar as mudanças que ocorriam no mundo romano naquele momento tem certa semelhança com os resultados de outros estudos.

Febvre (2004), por exemplo, declara que

[...] era preciso que o Império Romano se desagregasse e desmoronasse para que pudessem começar a se realizar as condições indispensáveis à lenta, à difícil, à arrojada elaboração daquilo que, com um nome tão curto, tão cômodo e tão simples, chamamos de Europa (FEBVRE, 2004, p. 87).

Esse autor trata da formação de uma “nova civilização”, resultante da dissolução de costumes e da associação de elementos religiosos aos de outras culturas que foram agregadas. Segundo o autor

[...] se estabelece num fundo muito antigo de costumes, tradições, hábitos conservados por camadas superpostas, depois fortemente mescladas, de populações de origens, estruturas prodigiosamente diversificadas, e que combinou elementos bárbaros, recentemente trazidos pelos invasores, e que combinou igualmente elementos orientais de proveniência diversa, com vestígios subsistentes; diremos, da civilização romana?

Contudo, os homens que elaboram essa civilização, apoderando-se de uma religião de origem estrangeira, de uma religião de importação, a religião cristã, para fazer dessa a sua religião, convertem-se em massa. E o abalo causado por uma tal conversão, a força que dela recebia a religião eleita, a fraqueza, frente a essa religião, das outras instituições que os homens

detinham, todos esses desequilíbrios violentos e brutais são a causa, naturalmente, para que essa religião, aumentando seu papel, tendesse rapidamente a absorver em si a totalidade de suas preocupações culturais (FEBVRE, 2004, p. 92, 93).

É comum a esses autores também o fato de identificar a Igreja como a instituição a que essa civilização recorreu: “[...] para não perecer, a civilização recorreu à religião, esse abrigo que o político recusava. Ela se colocou inteiramente sob a proteção da Igreja [...] (FEBVRE, 2004, p. 93)”.

Na perspectiva de Le Goff (1983), o “[...] mundo medieval resulta do encontro e da fusão de dois mundos que iam evoluindo um para o outro, de uma convergência de estruturas romanas e de estruturas bárbaras em transformação (p. 48)” podemos pensar em fusão de culturas de povos que viveram em um período de calamidades:

‘No meio dos escombros das grandes cidades, só grupos esparsos de míseras populações, testemunhas das calamidades passadas, atestam para nós os nomes antigos’, escreve Osório no início do século V. Este testemunho – entre muitos outros –, confirmado pelos arqueólogos, acentua um fato capital: o definhamento urbano, acelerado pelas destruições das invasões bárbaras. Esse definhamento das cidades não é senão um dos aspectos de uma consequência generalizada da violência dos invasores, que destruiu, arruinou; empobreceu, isolou e reduziu. As cidades, com o engodo das riquezas que provocantemente acumulavam, eram, certamente presa de eleição. Foram elas as mais violentamente mortificadas de todas as vítimas. Mas se não puderam recuperar dessa provação, foi porque a evolução geral afasta delas a população sobrevivente. E esta fuga dos cidadãos era consequência da fuga das mercadorias, que já não afluíam a alimentar os mercados urbanos. A população urbana é um grupo de consumidores que se alimenta das importações. Quando a evasão do numerário deixa os habitantes das cidades sem poder de compra, quando as rotas do comércio deixam de irrigar os centros urbanos, os habitantes das cidades são obrigados a refugiar-se mais perto dos locais de produção. É a necessidade de alimento que explica, antes do mais, a fuga do rico para as suas terras e o êxodo dos pobres para os domínios fundiários dos ricos. Ainda aqui as invasões bárbaras, desorganizando a rede econômica e desmembrando o sistema das rotas comerciais, precipitam a ruralização das populações, mas não a criam (LE GOFF, 1983, p. 49).

Assim, pode-se concluir que a desagregação política do Império Romano, de fato, foi acompanhada do fortalecimento da Igreja, que atribuía a si, além da

difusão do conhecimento cristão que lhe era inerente, a tarefa de reorganizar a sociedade com base nos princípios religiosos. Naquele momento, tornou-se papel da Igreja não só orientar a reorganização social, mas também civilizar as hordas nômades que compuseram a sociedade juntamente com os romanos que sobreviveram às guerras.

2.2 Contexto Religioso: a Igreja como uma Instituição Organizada

Levando em consideração o papel que, em face da decadência política, atribuiu-se à Igreja, situamos as condições em que essa instituição se encontrava naquele momento, atentando especialmente para como ela se organizou institucionalmente de maneira a orientar a organização da sociedade.

Em *O estado da sociedade religiosa no século V*, Guizot (1907) examina as transformações que a Igreja sofreu como instituição entre os séculos I e V: a situação exterior e interior dessa sociedade religiosa, sua organização interna, sua forma própria de governo, suas características institucionais, sua maneira de se relacionar com a sociedade civil, suas relações com o Estado, bem como seu valor social.

Segundo Guizot (1907), no fim do século IV e começo do século V, o cristianismo não era somente uma crença individual: tornara-se uma instituição. Havia se constituído com um governo, um clero, uma hierarquia determinando as diversas funções, rendimentos e meios independentes de ação, uma maneira comum de tratar os negócios eclesiásticos, regras para agremiar, como convinha a uma grande sociedade: concílios e provinciais nacionais. Ou seja, o cristianismo já não era somente uma religião, mas uma Igreja.

A Igreja cristã, no decorrer dos quatro primeiros séculos, com o legado cultural romano, consolidara-se como instituição. Firmou-se de tal modo que, com a desarticulação do poder imperial, pôde assumir a direção da sociedade, substituindo cada vez mais o poder temporal. Ao mesmo tempo em que assumia essa responsabilidade civil e política, assumia também o direcionamento educacional dos povos que compunham o cenário de transformações, romanos e nômades:

A Igreja, porém, desenvolve uma ação educativa sobre toda a comunidade, substituindo cada vez mais o poder civil, primeiro ligando-se a ele, depois tomando o seu lugar e fazendo o papel de reguladora formativa e administrativa. É esse aspecto que leva também a Igreja de Roma a delinear sua própria supremacia sobre as outras igrejas, enquanto ligada ao centro do Império e ao local de coordenação de seus intercâmbios, de todo tipo. Tudo isso estimula também a Igreja a adotar para si uma cultura de governo, religioso e civil, acolhendo para si os modelos da administração e do direito romano, sobre os quais vai organizando sua própria função (CAMBI, 1999, p. 126).

Adquirindo hegemonia no governo dos homens, as decisões da Igreja ultrapassavam, portanto, o âmbito da religião. Assim, ela se atribuiu a tarefa de instruir os homens desde os rudimentos de leitura e escrita às mínimas condições necessárias ao convívio e à organização social.

Oliveira, na introdução ao texto *O estado da sociedade religiosa no século V*, de François Guizot, menciona que a participação da Igreja no desenvolvimento da civilização teve início no mundo romano:

Naquele momento, seu papel começou a se revelar: começou a se destacar pela sua importância social. Assim, enquanto a sociedade se desintegrava, a religião católica assumia, gradualmente, o papel de dirigente dos homens (OLIVEIRA, 1999, p. 3).

Cumpramos ressaltar a função social exercida pelos mosteiros e pelas escolas paroquiais, na medida em que se constituíam em modelo de organização social. Essas instituições tinham como objetivo ensinar a comunidade externa e a interna, preparar os povos para a apropriação da cultura legada pela Igreja, a qual se tornaria patrimônio cultural da humanidade e estenderia suas influências para a formação da Europa, como Le Goff (2007) destaca.

É nesse contexto que situamos Agostinho. Não só ele teve um papel na consolidação da Igreja como instituição responsável pela administração da sociedade, como também, segundo Nunes (1979), foi essa organização institucional que, garantindo a circulação de suas obras escritas e de suas idéias, favoreceu a repercussão e a permanência de suas formulações sobre o ensino, tanto no período em que viveu quanto por toda a Idade Média e, evidentemente, em outros momentos históricos.

2.3 Cultura – Filosofia Clássica x Filosofia Cristã

Segundo Cambi (1999), entre a época da morte de Cristo até a de Constantino, a Igreja foi organizando suas práticas educativas e pedagógicas sob o influxo da cultura helênica. O cristianismo nasceu, portanto, no bojo do helenismo, ou seja, a filosofia cristã discutia temas já presentes na filosofia clássica: as virtudes, o desapego às riquezas, a preservação moral, com especial ênfase à virgindade e com o objetivo da salvação da alma. As obras de Agostinho são uma expressão dessa convergência de duas formas diferentes de ver e explicar o mundo.

2.3.1 Agostinho: Uma Breve Biografia

Alguns aspectos da biografia de Agostinho são importantes para uma reflexão sobre sua formação cultural. Por isso, destacamos a influência que seus pais tiveram em sua vida, bem como a de Ambrósio, o bispo que lhe ensinou os princípios do cristianismo, levando-o à conversão.

Aurelius Augustinus, nascido em 13 de novembro de 354, na cidade de Tagaste, província romana da Numídia, na África do Norte, filho de mãe cristã e pai pagão. Recebeu de sua mãe, Mônica, uma formação cristã, cujos reflexos foram tardios, já que em sua juventude ele não assumiu compromisso com a religião.

Agostinho iniciou os estudos em Tagaste, prosseguindo-os em Madura e depois em Cartago, onde viveu com uma concubina, com a qual teve um filho, Adeodato, no ano 372 (PESSANHA, 1984). Estudante em Cartago, seguindo o programa do curso, Agostinho teve acesso à leitura de um livro que repercutiu profundamente em sua vida: *Hortêncio*, de Cícero.

Em 373 aderiu ao maniqueísmo, tornando-se professor em Tagaste. De 374 a 383 lecionou em Cartago; de 383 a 384, em Roma e, de 384 a 386, em Milão (PESSANHA, 1984).

Nesse momento, converteu-se ao cristianismo impactado pela leitura de um texto das Escrituras e pelo contato com o bispo Ambrósio, que se tornara seu instrutor. Demitiu-se do cargo de professor e fez um retiro em Cassiciaco. Voltando a Milão, foi batizado juntamente com o seu filho e com seu amigo Alípio. Assim, somente depois de completar 32 anos é que Agostinho assumiria um compromisso religioso e dedicaria sua vida ao estudo das Escrituras, ao ensino e aos cuidados com os cristãos.

Em 387, após a morte da mãe, ficou algumas semanas em Roma e, em 388, foi para Tagaste na África, passando a viver monasticamente. Em 391, tornou-se presbítero em Hipona, onde fundou um mosteiro. Em 395, tornou-se bispo. Faleceu em 28 de agosto de 430 (PESSANHA, 1984).

2.3.2 A influência familiar

Embora, em suas *Confissões*, ele tenha dedicado um capítulo para relatar fatos relacionados à mãe, abordaremos primeiramente suas lembranças a respeito do pai, Patrício, cujo empenho por sua formação escolar estaria, segundo Agostinho, adiante de seu tempo e do valor que a sociedade atribuía ao conhecimento.

Esse pequeno proprietário rural, que exercia também a função de membro do conselho municipal, procurou dar uma educação à medida da inteligência do filho (SESÉ, 2007). Como isso lhe custasse grande esforço financeiro, Patrício procurou ajuda de um amigo para sustentar o filho fora de casa e, assim, lhe proporcionar uma boa educação escolar. Em suas *Confissões*, Agostinho deixa o seguinte relato:

Todos elogiavam muito meu pai, que gastava mais do que permitia o patrimônio familiar, nas despesas necessárias para a permanência do seu filho longe de casa por motivos de estudos. Muitos outros cidadãos, bem mais ricos que ele, não se interessavam do mesmo modo pelos filhos (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro II, cap. 3, § 3).

Nas lembranças de Agostinho ficam claros dois aspectos: primeiro, que os esforços educacionais da família de Agostinho deviam-se, especialmente, ao

reconhecimento e à valorização da potencialidade do filho, bem como à compreensão do pai de que o conhecimento era o caminho para a ascensão social e que a retórica, ou a arte no uso das palavras, oferecia a perspectiva da ascensão política. Segundo, que a preocupação com a educação escolar não era um pensamento hegemônico naquela cidade, pois outros cidadãos, inclusive com mais posses, não demonstravam o mesmo interesse pelo estudo dos filhos.

Vemos, assim, no empenho de sua família para alcançar o objetivo proposto, o reconhecimento da inteligência do filho e também o desejo de que se tornasse um homem de prestígio. Tal prestígio, obtido pelo conhecimento que a formação de professor de retórica lhe conferiria, não se referia propriamente ao salário de professor, pois o próprio autor faz menção de não ser um alto salário, mas às possibilidades decorrentes da habilidade no uso das palavras. O domínio da retórica, cujos fundamentos eram a dialética e a lógica, significava a arte de elaborar um discurso que convencesse os demais.

É necessário considerar aqui que essas observações foram elaboradas posteriormente à sua conversão. É, portanto, da perspectiva da defesa do cristianismo que Agostinho manifestou sua oposição à concepção educacional do pai e considerou como inúteis alguns ensinamentos obtidos durante a infância, com exceção da capacidade de falar, escrever, ler e contar. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que valorizou o empenho do pai, questionou as expectativas educacionais das quais este se fazia representante.

Ó Deus, meu Deus, que sofrimentos e desilusões padeci, quando ao menino que eu era propunham que o ideal da vida era obedecer aos mestres para prosperar neste mundo, para granjear, com a arte da palavra, o prestígio dos homens e as falsas riquezas! (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro I, cap. 9, § 1).

De qualquer forma, o registro nas *Confissões* de que o pai gastava mais do que permitia o patrimônio familiar para que ele estudasse é um indicativo de que, naquela sociedade, existia, ainda que não se expressasse entre todas as famílias do mesmo modo, um ideal formativo que priorizava a educação escolar e o conhecimento. Essa cultura familiar de valorização dos estudos e do conhecimento contribuiu para as escolhas, para o estabelecimento de prioridades por parte de Agostinho. Ele próprio o destaca em suas *Confissões*, quando

reconhece a existência de educadores que, em meio ao sofrimento e os violentos castigos escolares, ensinavam os discípulos a compreender a existência de “um ser grande, capaz de nos ouvir e socorrer embora imperceptível aos nossos sentidos”.

Fui enviado à escola para aprender as primeiras letras. Para minha infelicidade, não entendi a utilidade desse trabalho; mas, se me mostrava preguiçoso, era castigado a vara. Era um sistema recomendado pelos adultos, e muitas crianças antes de nós, que tiveram essa experiência, haviam aberto o doloroso caminho que agora éramos obrigados a percorrer, multiplicando os trabalhos e as dores dos filhos de Adão. Por outro lado, Senhor, encontramos também homens de oração, e deles aprendemos, à medida que nos era possível, a compreender que existe um ser grande, capaz de nos ouvir e socorrer embora imperceptível aos nossos sentidos. Assim, ainda menino, comecei a dirigir-me a ti, como a ‘meu rochedo e meu refúgio’, rompiam em mim os nós da língua, ao invocar-te; era pequeno ainda, mas era grande o fervor com que eu te implorava para que me evitasses os castigos na escola. E quando não me atendias – o ‘que era para o meu bem’ – os adultos e até os meus próprios pais, que não me desejavam o menor mal, riam-se dos açoites, o que constituía então para mim grande sofrimento (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro I, cap. 9, § 1).

Nessa passagem de crítica aos meios educativos de sua infância e juventude, queremos destacar dois aspectos: a percepção da criança em relação aos sofrimentos impingidos pela disciplina escolar e a visão cristã de que a riqueza e o prestígio dos homens eram falsos. É necessário considerar que essas lembranças a respeito da educação, da disciplina e do entendimento socialmente estabelecido do que seria prestígio eram contagiadas pelo entusiasmo com que Agostinho defendia o cristianismo. Outro aspecto que queremos destacar é que a noção de “que existe um ser grande, capaz de nos ouvir e socorrer embora imperceptível aos nossos sentidos” corresponde a uma abstração que, como parte da educação do período, provavelmente teria instigado o autor, desde a infância, a contemplar o invisível, o que, apesar do empenho da mãe, só ocorreu aos 32 anos, quando assumiu o cristianismo como sua religião.

Quanto à parte feminina de sua educação, o primeiro ponto a considerar é que essas informações também são filtradas pela concepção cristã que, já adulto, serviu de base à elaboração de *Confissões*, onde dedica um capítulo em homenagem a Mônica, sua mãe. Na medida em que desenvolveu seu relato,

ressaltou as virtudes da mulher cristã, a educação que Mônica recebera e que legara ao filho, perpassando pelo relacionamento com o marido, especialmente sua atitude de racionalidade, abnegação e sensatez que redundou em exemplo para suas amigas e para com os amigos do filho. A atitude de Mônica nas relações familiares tornou-se, para ele, uma referência de comportamento de mulher cristã.

Essa mulher, referenciada pelo filho como exemplo de conduta, apresentou características da educação feminina do período de transição da Antiguidade para a Idade Média. Com sua conduta marcada pela orientação cristã, direcionou a educação de seus filhos e instruiu outras mulheres.

Mônica viveu em uma sociedade que emergia da dissolução dos costumes do mundo antigo, da desarticulação das relações políticas de um Império outrora glorioso, a saber, o Império Romano. É interessante, neste aspecto, considerar as repercussões desses fatos no âmbito familiar em que Agostinho foi formado.

Cambi (1999), por exemplo, aborda as transformações que o referencial cristão produziu nas relações familiares, no modo de pensar a relação com Deus como Pai. Com a consolidação institucional da Igreja, as relações familiares passaram a ser orientadas por novos valores.

A afirmação do cristianismo produziu também uma profunda transformação na célula educativa fundamental e primária: a família. As relações internas entre seus membros foram se redefinindo em termos de 'amor' e não (ou não apenas) de 'autoridade'. Muda-se a relação com o pai (o próprio Deus é visto como 'Pai nosso', misericordioso e amorável, ao qual se recorre com confiança e intimidade) que agora é o guia da família, mas guia atento e amoroso e não mais o pai-patrão das sociedades antigas (sobretudo a romana), do qual se tem medo e se espera um severo controle e um eventual castigo; ainda mais central e mais afetivo torna-se o papel da mãe: a figura que apóia, que socorre, chegando até o heroísmo; mais íntimas se tornam as relações entre os pais e filhos (p. 133).

Analizamos algumas peculiaridades das virtudes de Mônica que foram enaltecidas por Agostinho nas *Confissões*.

Deixo de relatar muitos fatos, na pressa de ir adiante. Recebe a minha confissão e a minha ação de graças, ó meu Deus, também pelos fatos que silencio. Mas não quero calar os sentimentos que

me brotam na alma a respeito de tua serva, que me deu a vida temporal segundo a carne e que, pelo coração, fez-me nascer para a vida eterna. Não falarei sobre suas qualidades, mas sobre os dons que lhe concedeste; porque não foi ela que se fez ou se educou por si (AGOSTINHO, *Confissões*, Liv. IX, cap. 8).

Santo Agostinho, ao relatar a conduta de sua mãe, ressaltou virtudes que se tornaram referência de educação cristã feminina e até mesmo do novo ideal de mãe que estava se formando naquele meio social. Citamos a passagem em que ele descreve a educação recebida por Mônica na casa de seus pais. Uma educação cristã rígida e abnegada, recebida pelos cuidados de uma escrava que a instruía na sabedoria e na prudência. Em seguida, exaltando a mãe pela forma como praticou as virtudes em seus relacionamentos familiares, atribui a origem dessa personalidade a Cristo.

Foste tu que a criaste; nem mesmo o pai ou a mãe podiam prever a personalidade daquela que geraram. Foi o bordão do teu Cristo, a disciplina do teu Filho Unigênito que a educaram no teu temor, no seio de uma família fiel, que era digno membro da tua Igreja. Mais que a diligência da mãe por sua educação, Mônica enaltecia a dedicação de uma velha escrava que já carregara às costas meu avô materno, ainda menino, como é costume ser trazidas as crianças pelas meninas mais crescidas. Por isso, como também por sua idade avançada e seus costumes exemplares, a velha escrava era muito respeitada por seus patrões nessa casa cristã. Ocupava-se também com a solicitude da educação das filhas de seus patrões, que lhes fora confiada, repreendendo-as quando necessário, com santa e enérgica severidade, instruindo-as com discreta prudência (AGOSTINHO, *Confissões*, Liv. IX, cap. 8).

As virtudes da mulher cristã adquiridas no âmbito familiar por meio da escrava direcionariam a vida futura da mãe.

Desse modo, educada no pudor e na sobriedade, e submissa por ti a seus pais, mais que por seus pais a ti, quando chegou à idade de casar-se, foi dada a um marido a que serviu como senhor. Procurava conquistá-lo para ti, falando-lhe de ti através das virtudes, com as quais tu a tornavas bela e pelas quais o marido a respeitava, amava e admirava. Suportou infidelidades conjugais, sem jamais hostilizar, demonstrar ressentimento contra o marido por isso. Esperava que tua misericórdia descesse sobre ele, para que tivesse fé em ti e se tornasse casto. Embora de coração afetuoso, ele se encolerizava facilmente (AGOSTINHO, *Confissões*, Liv. IX, cap. 9).

Na passagem acima, Santo Agostinho expressa a sabedoria de Mônica ao se relacionar com o esposo, Patrício. Ela manifestava sua virtude nas atitudes de amor e de respeito para com o marido. No relacionamento com seu cônjuge, procurava agir racionalmente, com base em seus referenciais, e não instigada por violência ou vingança.

Apesar de o excerto a seguir conter mais de uma temática, o mantivemos na íntegra, porque consideramos importante observar o encadeamento das idéias e a linguagem utilizados por Santo Agostinho ao se referir ao relacionamento de seus pais e também ao fato de que o tratamento da mãe para com o pai se tornava exemplo para outras mulheres.

Minha mãe havia aprendido a não o contrariar com atos ou palavras, quando o via irado. Depois que ele se refazia e acalmava, ela procurava o momento oportuno para mostrar-lhe como se tinha irado sem refletir. Muitas senhoras, embora casadas com homens mais mansos, traziam sinais de pancadas que lhes desfiguravam o rosto e, nas conversas entre amigas, deploravam o comportamento dos maridos. Minha mãe, pelo contrário, ainda que com ar de brincadeira, lhes reprovava as conversas, lembrando-lhes que o contrato lido no casamento devia ser considerado como o documento da própria submissão, não tendo elas condição de assumirem atitudes de soberba contra seus senhores. Conhecendo o tipo de marido colérico que minha mãe suportava, muito se admiravam por nunca se ouvir dizer ou se revelar, por algum indício, que Patrício tivesse batido na mulher, nem que algum dia tivessem brigado em casa. As amigas perguntavam-lhe confidencialmente a razão disso, e ela explicava-lhes o comportamento que acabo de descrever. Algumas então adotavam o mesmo sistema e congratulavam-se por havê-lo experimentado. Aquelas que não o observavam continuavam a sofrer violências. (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro IX, Capítulo, 9)

Considerando-se as características de tratamento próprias da sociedade patriarcal, o filho distingue o respeito da mãe no trato com o pai e, assim, mostra que se tratava de um relacionamento diferenciado, em que a mulher se valia da razão. Sem enfrentar o marido na hora em que ele estava inflamado pela ira, por meio do diálogo com o esposo, Mônica lhe oferecia a possibilidade de refletir sobre o próprio comportamento.

Mônica seria então uma expressão da cultura familiar que ia se estabelecendo sob nova perspectiva, em função de sua contribuição

eminentemente prática e das novas contingências decorrentes das transformações do contexto histórico.

Como um exemplo de mulher cristã, a fé, para ela, se traduzia tanto nas atitudes de compromisso pessoal, quanto na disposição para ensinar os princípios que norteavam suas ações. Estabelecer estratégias para conversar com o marido, em um momento em que ele não estivesse irado, pressupunha o exercício do bom senso, a possibilidade de não pensar unicamente no objetivo de não ser espancada em uma situação de ira.

O amor de Mônica para com o filho foi expresso também no fato de, juntamente com o pai, ter favorecido seus estudos, em Madura e em Cartago, onde teve suas experiências acadêmicas e amorosas, além do contato com outras doutrinas. Nesse tempo, contudo, a mãe não deixou de externar seu desejo ardente de que o filho se tornasse cristão. Mônica cultivava hábitos que expressavam seu posicionamento como mulher cristã.

Do alto estendeste a tua mão e arrancaste a minha alma de um abismo de trevas, enquanto minha mãe, tua fiel serva, chorava por mim mais do que as mães choravam pela morte física dos filhos. É que ela com o espírito de fé com que a dotaste, via a morte da minha alma, e tu, Senhor, lhe ouviste os pedidos. Ouviste-a e não lhe desprezaste as lágrimas que, brotando dos olhos, regavam a terra por toda parte em que orava. Sim tu a ouviste (AGOSTINHO, *Confissões*, Liv. III, cap. 11).

Além de se dedicar aos filhos, ao marido, Mônica exercia a função de conciliadora entre as amigas, procurando ouvir as partes quando se manifestava algum desacordo:

[...]. Sempre que havia discórdia entre pessoas, ela procurava, quando possível, mostrar-se conciliadora, a ponto de nada referir de uma a outra, senão o que podia levá-las a se reconciliarem. E isso fazia, depois de ter ouvido de um lado e de outro, as queixas amargas que costumam surgir nos casos de forte antipatia, quando o rancor provoca as mais ásperas acusações contra as amigas ausentes. Esse dom me pareceria de pouca importância, se uma triste experiência não me houvesse mostrado que grande número de pessoas – não sei por qual horrendo e muito difundido contágio do pecado – não só repetem a pessoas inimigas o que umas dizem das outras, sob o império da ira, como ainda acrescentam palavras que jamais foram pronunciadas. Para uma pessoa realmente humana, não será suficiente limitar-se a não

provocar ou aumentar as inimizades, com ditos malévolos, mas também procurar extingui-las com boas palavras (Agostinho, *Confissões*, Livro IX, Capítulo 9).

Sendo conciliadora, a mãe desempenhava também uma função social, já que, pela instrução e pela habilidade no uso das palavras, ela promovia a amizade entre as pessoas.

À educação que a mãe recebera na infância na casa dos pais, sob os cuidados da escrava, Santo Agostinho agrega os fundamentos do cristianismo. Filha obediente aos pais, esposa prudente no trato com o marido, conselheira das outras mulheres, Mônica não só desempenhou uma função fundamental na educação do filho, mas também na dos amigos dele.

Minha mãe era a serva de todos os teus servos. Todos os que a conheciam louvavam, honravam e amavam profundamente a ti, por nela sentirem a tua presença, comprovada pelos frutos de uma vida santa. Tinha sido esposa de um só marido, tinha cumprido seu dever para com os pais, tinha governado a casa com dedicação e dado o testemunho das boas obras. Educara os filhos gerando-os de novo tantas vezes quantas os visse afastarem-se de ti. Enfim, ainda antes de adormecer para sempre no Senhor, quando vivíamos em comunidade depois de ter recebido a graça do batismo – já que por tua bondade, ó Senhor, permites que falem teus servos – ela cuidou de todos, como se nos tivesse gerado a todos, servido a todos nós, como se fosse filha de cada um (Agostinho, *Confissões*, Livro IX, Capítulo, 9).

Destarte, podemos considerar que, para além de uma homenagem à mãe, Santo Agostinho ressaltou as virtudes consideradas necessárias às mulheres naquele contexto histórico e social. Por conseguinte, não só valorizou o convívio familiar, mas também o convívio social pautado nos referenciais do cristianismo. De fato, sua finalidade é que o exemplo dos pais fosse referência para outras famílias.

Desse modo, tanto a formação cultural e filosófica quanto a influência do ambiente familiar foram relevantes na vida desse autor, na medida em que, posteriormente, ao escrever as obras divulgando a doutrina cristã, ele o fez utilizando-se do arcabouço teórico de sua formação.

Essa formação cristã, ofertada pela mãe, embora reconhecida tardiamente, foi complementada pelo bispo Ambrósio, uma personalidade cristã que Agostinho

conheceu na fase adulta em meio às suas inquietações filosóficas e que seria o elemento decisivo para sua instrução no cristianismo.

2.3.3 Formação Cultural de Agostinho

As primeiras influências sobre Agostinho estão relacionadas à cultura clássica em sua coexistência com o cristianismo. Na verdade, o autor viveu esse conflito, conforme se pode observar no item anterior. É importante lembrar, nesse caso, que sua formação escolar e cultural e sua atuação como professor de retórica antecederam sua conversão ao cristianismo.

Gilson (2001) identifica essa coexistência de culturas na formação dos intelectuais da época de Agostinho.

É um fato de grande importância o de que os Padres da Igreja latina, cuja autoridade dominará o pensamento da Idade Média, tenham passado primeiro pela formação intelectual preconizada por Cícero e codificada por Quintiliano. Vários deles, santo Agostinho entre outros, até foram professores de belas letras e de retórica, mas todos receberam a mesma educação de qualquer jovem romano de bom berço. Os mesmos poetas, os mesmos historiadores e os mesmos moralistas, estudados segundo os mesmos métodos, presidiram à sua formação. Se acrescentarmos a isso que a maioria deles só entrou tardiamente na Igreja, não raro depois de tê-la combatido durante muito tempo, compreenderemos facilmente que a cultura ocidental nasceu, no interior dessa cultura pagã, dos remanejamentos internos por que se impunha que ela passasse para cristianizá-la (GILSON, 2001, p. 207-208).

Segundo esse autor, Santo Agostinho recebeu uma formação pagã antes de sua conversão ao cristianismo. Embora, em suas *Confissões*, Agostinho apresente sua mãe como uma mulher cristã, piedosa, que lhe ensinou os preceitos cristãos desde a infância, foi apenas na fase adulta que ele se converteu e se dedicou ao estudo das Escrituras.

Também Le Goff (2007) enfatiza o legado da cultura antiga e cristã que nos foi deixado pelos Padres da Igreja, “os pais culturais da Europa”

Esse legado da cultura antiga e cristã misturadas que os Padres da Igreja transmitiram à Idade Média e à Europa continua do século V a VIII no contexto da fusão entre cultura antiga romana e

evolução marcada pelas necessidades das populações que se tornaram bárbaras. Alguns grandes nomes emergem dessa situação e Karl Rand os chamou de fundadores da Idade Média. Também se pode chamá-los de pais culturais da Europa (LE GOFF, 2007, p. 32)

Segundo Cambi (1999), o conflito do século IV entre paganismo e cristianismo culminou com a vitória política e ideológica do cristianismo, contudo este agregou o conhecimento e a filosofia clássica como seus pré-requisitos e seus fundamentos teóricos.

A obra de Santo Agostinho coloca-se nesse plano, reativando no cristianismo o princípio da filosofia platônica (o inatismo da verdade; o dualismo alma/corpo; a ascese ética e mística típica sobretudo do neoplatonismo), mas salvaguardando também as características originais da teologia (a Trindade, por exemplo) e da moral (o senso do pecado, em particular, ou então a ascese rigorosa) cristãs (CAMBI, 1999, p. 135).

Gilson (2001) faz uma síntese do percurso cultural de Agostinho, cuja formação foi prejudicada pelas “desordens de uma juventude conturbada”. Ele identifica em sua trajetória, a passagem pelo neoplatonismo, pelos diálogos de Cícero sobre a sabedoria, pelo maniqueísmo, até o encontro com Ambrósio e sua conversão ao cristianismo:

Esse neoplatonismo difuso não merecia, de fato, reter tanto a atenção, se ele não fosse como o próprio solo em que nasceu a doutrina de santo Agostinho (354-430). Depois de haver terminado seus primeiros estudos em Tagasta, sua cidade natal (hoje Suk-Ahras, a cerca de cem quilômetros de Annaba), Agostinho foi a Maduro, depois a Cartago, para estudar Letras e retórica, que mais tarde ensinaria. Sua mãe, Mônica, inculcara-lhe desde cedo o amor a Cristo, mas ele não era batizado, conhecia mal as doutrinas cristãs e as desordens de uma juventude conturbada não o haviam levado a se instruir melhor. Em 373, no meio dos prazeres de Cartago, leu um diálogo de Cícero hoje perdido, o *Hortensius*. Essa leitura inflamou-o com um vivo amor pela sabedoria. Ora, nesse mesmo ano, ele conheceu uns maniqueístas, que se gabavam de ensinar uma explicação puramente racional do mundo, de justificar a existência do mal e de conduzir finalmente seus discípulos à fé unicamente por meio da razão. Agostinho acreditou por algum tempo que era essa a sabedoria que ele cobiçava. Foi, portanto, como maniqueísta e inimigo do cristianismo que voltou para ensinar Letras em Tagasta e que retornou em seguida a Cartago, onde compôs o seu

primeiro tratado, hoje perdido, *De pulcro et apto*. Entrementes, suas convicções maniqueístas haviam sido abaladas. As explicações racionais que não cessavam de lhe prometer ainda não haviam aparecido, e ele via bem que nunca apareceriam. Portanto, saiu da seita e foi para Roma, em 383, a fim de ensinar retórica. No ano seguinte, a intervenção do prefeito de Roma, Símaco, permitiu-lhe obter a cátedra municipal de Milão. Visitou o bispo da cidade, Ambrósio, cujas pregações seguiu, nelas descobrindo a existência do sentido espiritual escondido sob o sentido literal da Escritura (GILSON, 2001, p. 142).

Aos dezenove anos, Cícero teria sido o móvel da primeira aproximação de Agostinho com as doutrinas cristãs, no entanto, essa leitura parece ter retardado sua conversão. A exortação ciceroniana à filosofia e à sabedoria transformou suas aspirações e desejos, segundo o relato do próprio autor em *Confissões*: “[...] ele foi tocado pela aspiração à imortalidade que vem da sabedoria (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro III, cap. 4, § 7)”. Embora a linguagem do livro fosse o objeto da admiração quase unânime dos leitores, era o conteúdo que mais lhe chamava a atenção. Tendo despertado seu interesse pela sabedoria, Agostinho procurou ler as Escrituras, mas considerou-as indignas diante da majestade de Cícero (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro III, cap. 4, § 7).

Outra influência teria sido o maniqueísmo, que, conforme Gilson (2001), teria levado Agostinho a combater o cristianismo. Conforme definição a seguir, esta tendência teria relações com a mitologia característica das religiões médio-orientais:

[...] seita gnóstico-cristã que ensinava a existência de dois princípios eternos: o Bem e o Mal, isto é Deus e a Matéria em luta perene entre si. Complicada e fantasiosa é a cosmologia maniqueísta, da qual resulta a completa deformação do dogma cristão da Trindade: o Pai é Deus, mas o Filho e o Espírito são criaturas enviadas por ele para realizar no homem a separação entre a luz e as trevas, isto é, a libertação do mal. Sob essa terminologia de aparência cristã há toda uma mitologia que muito deve às religiões médio-orientais (Definição segundo nota da tradutora de *Confissões*, Maria Luiza Jardim Amarante, p. 68).

Conforme o próprio Agostinho, depois de ter passado anos estudando o maniqueísmo, sem encontrar a resposta, o cristianismo lhe ofereceu a que procurava, de maneira que declarou em suas *Confissões* com as seguintes

palavras: “[...] fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti” (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro I, cap. 1, § 1).

Por fim, Gilson menciona Ambrósio, bispo de renome entre os contemporâneos, em cujas pregações Agostinho descobriu a existência do sentido espiritual escondido sob o sentido literal da Escritura (GILSON, 2001, p. 142). O próprio Agostinho relata que, estando em Milão como professor de retórica, ouviu seus sermões:

Assim que cheguei a Milão, encontrei o bispo Ambrósio, conhecido no mundo inteiro como um dos melhores e teu fiel servidor. Suas palavras ministravam constantemente ao povo a substância do teu trigo, a alegria do teu olho e a embriaguez sóbria do teu vinho. Tu me conduzas a ele sem que eu o soubesse, para que eu fosse por ele conduzido conscientemente a ti (AGOSTINHO, *Confissões*, Liv. V, cap. 13).

Ambrósio teve uma função significativa na vida de Agostinho, especialmente porque, com o ensino das Escrituras, correspondeu ao desejo do discípulo de ser conduzido “conscientemente”, ou seja, racionalmente pelos caminhos da doutrina cristã. Assim, Ambrósio, que instruiu Agostinho no cristianismo, teve a função de orientar o grande pensador que se tornara seu discípulo. No terceiro capítulo consideramos uma passagem nas *Confissões* em que o exemplo de leitor que Ambrósio deixou tornou-se digno de não ser esquecido e provavelmente, inspirador para Agostinho.

Agostinho aprendeu com Ambrósio lições que marcariam sua vida. Em razão dele, Agostinho assumiu um posicionamento como cristão, questionando e revendo sua trajetória de vida, seu aprendizado, o conhecimento adquirido e distinguindo aquilo que seria proveitoso para os novos objetivos da vida cristã.

Senhor, ‘tu és o meu Rei e o meu Deus’! Que para o teu serviço se consagre tudo o que de útil eu aprendi em criança: para ti a minha capacidade de falar, escrever, ler e contar. Pois, quando eu aprendia coisas inúteis, tu me disciplinaste e me perdoaste o pecado do prazer inútil que nelas eu encontrava. É verdade que com elas aprendi muitas coisas úteis, mas estas podem ser aprendidas também em matérias não frívolas: este seria o caminho mais seguro a ser percorrido pelas crianças (AGOSTINHO, *Confissões*, Livro I, cap. 15, § 2).

Este excerto explicita que a dedicação de Santo Agostinho não se limitou ao domínio da fé ou apenas ao sentimento. Reconhecendo que, por meio de matérias frívolas ele aprendeu também coisas úteis, como a capacidade de falar, escrever, ler e contar, ele dispôs-se a elaborar uma proposta de como ensinar ‘coisas úteis’ às crianças, proposta cujo método fosse diferente do que fora utilizado em sua infância.

Essa questão, por sua importância, será desenvolvida no terceiro capítulo. Aqui, pretendemos apenas abordá-la em linhas gerais, porque na maneira como elaborou sua proposta de ensino se manifestam as influências que recebeu durante toda a sua vida.

Estudioso e preocupado em contribuir para que outros, por meio do exercício de leitura, compreendessem as Escrituras, Santo Agostinho escreveu tratados sobre como ensinar, além de abordar temas emergentes naquela sociedade, a exemplo de como entender o sofrimento, como viver e se portar com o outro segundo os princípios do amor que marcava o ensino cristão.

Gilson discorre sobre as obras e os passos que o autor seguiu para produzi-las:

Sua técnica mesma não deveria variar muito. Ainda temos o *De musica* de santo Agostinho: ele mesmo nos diz em suas Retratações (I, 6), que escrevera um *De grammatica*, hoje perdido, e começara a escrever os seguintes tratados, que nunca acabou: *De dialectica*, *De rhetorica*, *De geometria*, *De arithmetica*, *De philosophia*. Se essas obras tivessem sido concluídas e conservadas, teríamos uma enciclopédia das artes liberais de autoria de santo Agostinho. Pelo menos, podemos ainda constatar que sua obra se enquadra nos marcos clássicos: diálogos, tratados, cartas, até mesmo a história, ele experimentou-se em todos os gêneros literários da prosa latina. Quando comentava as Escrituras, fazia-o com todos os métodos e recursos de um *grammaticus* emérito: leitura, emenda do texto, explicação. Quintiliano pensava que a principal tarefa do professor de Letras era a explicação dos poetas, *poetarum enarratio* (Inst. Orat., I, 4, 2); é por isso que ainda hoje temos as *Enarrationes in Psalmos*, todas a partir da fonte original, em que vemos que admirável comentador de textos literários deve ter sido santo Agostinho. Que há de mais natural? Os Salmos acaso não eram poesia? Era preciso, pois, tratá-los como poemas, com uma única reserva, expressamente feita pelo próprio Agostinho, de que o *grammaticus* que comenta esse texto inspirado não tem o direito, após a *enarratio*, de passar ao *judicium*! (GILSON, 2001, p. 208).

Gilson (2001) demonstra a grandiosidade do conhecimento que Santo Agostinho possuía em diversas áreas e questões e distingue as influências dos clássicos em seus escritos. Exemplifica com o comentário dos Salmos, onde se vislumbra o conhecimento de um gramático emérito, que somente resguardou-se “de passar ao *judicium*”, de proceder o julgamento do texto sagrado .

A dedicação de Santo Agostinho em entender a fé cristã, moveu-o a estudar, a escrever, a divulgar esse modo de vida pautado em valores éticos e morais diferenciados da moral e ética da Antiguidade. O autor propõe, pelo ensino, um modo de vida e de convivência entre os povos sob a égide do amor de Cristo.

Os conhecimentos de retórica, da corrente filosófica platônica e do neoplatonismo de Plotino, bem como do maniqueísmo constituíram-se em instrumentos para Agostinho produzir suas obras e se posicionar teoricamente a favor do cristianismo e contra o que ele considerava “caluniadores”. Por meio da técnica da argumentação, ele sistematizou respostas a questões suscitadas pelo maniqueísmo, como a origem do mal, tema sobre o qual discorreu em *O Livre-arbítrio*. Como resposta ao questionamento de ser Deus substância corpórea, discorreu em seu tratado *A Trindade*. Essas e várias outras questões serão abordadas no segundo e terceiro capítulos, nos quais analisaremos algumas de suas obras.

O influxo da cultura adquirida anteriormente à conversão permitiu a Agostinho procurar demonstrar racionalmente sua convicção interior, conforme Pessanha (1984), enfrentando o embate entre a verdade revelada e a verdade lógica, entre a filosofia cristã e a filosofia pagã e até utilizando instrumentos desta para explicar aquela.

Desde a conversão, Agostinho se propôs a atingir, pela fé nas Escrituras, o entendimento daquilo que elas ensinam, colocando a fé como via de acesso à verdade eterna. Mas, por outro lado, sustentou que a fé é precedida por certo trabalho da razão. Ainda que as verdades da fé não sejam demonstráveis, isto é, passíveis de prova, é possível demonstrar o acerto de crer nelas, e essa tarefa cabe à razão. A razão relaciona-se, portanto, duplamente com a fé: precede-a e é sua consequência. É necessário compreender para crer e crer para compreender (*‘Intellige ut credas, crede ut intelligas’*) (PESSANHA, 1984, p.13).

Essa fundamentação teórica agostiniana, adotada pela Igreja, delinearia a educação medieval. Ela foi relida e reescrita por outros autores cristãos e permaneceu, em certa medida, deixando traços na educação. A orientação agostiniana se fez presente em orientações morais e religiosas educando e formando pessoas nos princípios cristãos discutidos pelo autor.

Nunes (1979) pontua a relevância da obra de Santo Agostinho para a compreensão tanto do pensamento medieval, quanto da educação. Segundo esse autor

[...]. A orientação pedagógica da Idade Média iria obedecer ao plano traçado por Santo Agostinho na sua obra *De Doctrina Christiana* que serviu de roteiro para os estudos dos intelectuais cristãos e de ideário e programa para as escolas (NUNES, 1979, p. 74).

Esse direcionamento pedagógico, suas premissas filosóficas e educacionais mantiveram-se por muito tempo.

A obra de Santo Agostinho agigantou-se no legado antigo e as suas diretivas filosóficas e educacionais que imperaram soberana até o século XIII, e alguns dos seus tratados influíram constante e diretamente nas escolas, como o *De Doctrina Christiana*, o *De Magistro*, o *De Civilitate Dei*, as *Confessiones* e o *De Musica*, a única obra completa que restou da sua enciclopédia sobre as artes liberais (NUNES, 1979, p. 74,75).

Para Boehner e Gilson (1970), a função preservadora que exerceram os pensadores cristãos se deve ao fato de que eles levavam em conta seus predecessores, ainda que para conferir até mesmo um sentido diferente do primeiro, as “autoridades” foram preservadas:

A história da filosofia cristã desconhece qualquer tentativa de demolir a totalidade daquilo que se construía no passado, com o fim de erguer um edifício em bases inteiramente novas. Quase todos os pensadores cristãos levam em conta seus predecessores imediatos, cuja obra procuram aprofundar e melhorar. E todos, sem exceção, reportam-se pelo menos a um ou outro antecessor, de quem se sentem devedores; Justino, por exemplo, descobre elementos cristãos na filosofia grega, e muitos ‘escolásticos’ do século XVIII se apóiam em Agostinho e nos Padres da Igreja. Em parte alguma se verifica ruptura completa com o passado. Êste apêgo à tradição chega mesmo a degenerar numa fé exagerada

na autoridade. É o que se vê no período áureo da escolástica: conservam-se as fórmulas tradicionais, embora emprestando-se-lhes um sentido bem diverso do original, a fim de garantir o apoio das autoridades para as próprias opiniões. – Como se vê, a filosofia cristã remonta ininterruptamente ao tempo dos apóstolos (Cardeal Ehlre) *apud* (BOEHNER, GILSON, 1970, p. 11).

Em suma, na trajetória cultural de Agostinho, observa-se uma ambigüidade que pode ser relacionada ao próprio contexto histórico e social da época. Como um homem que viveu um momento de transição, a proposta de educação cristã de Santo Agostinho cumpriu também a função de preservar o conhecimento clássico na formação do homem. Em sua juventude ele se aproximou, por sua formação escolar, da cultura clássica e pagã; ao mesmo tempo, a mãe lhe teria inculcado desde cedo o amor a Cristo, embora ele não tenha se batizado e conhecesse mal as doutrinas cristãs. Mais tarde, em *Confissões*, já convertido, contrapondo o temperamento violento do pai e o dócil e sensato da mãe, Agostinho iria se lembrar de sua formação familiar, valorizando um pouco o empenho do pai em financiar sua instrução escolar e muito o da mãe em aproximá-lo do cristianismo, razão pela qual ela se tornou referência em sua vida (SESÉ, 2007, p. 8-9).

Nesse sentido, podemos inferir que os postulados agostinianos foram resultados dos desafios que o seu tempo histórico lhe impôs, mas também por meio de suas obras podemos entender o contexto, no qual e para o qual fez suas proposições, bem como a reflexão sobre a educação em um período de intensas transformações sociais, pela análise de uma proposta educativa que vigorou e estabeleceu as diretrizes para uma sociedade que principiava a existir influenciada, essencialmente, pelo pensamento agostiniano.

2.4 A Cidade de Deus como Expressão do Posicionamento de Agostinho em Face da Desagregação Social

Conforme aponta Le Goff (2007), Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*, posiciona-se diante dos conflitos provocados pelas destruições ocorridas durante a invasão de Roma pelos nômades, no ano 410, e, fazendo uma análise histórica dos acontecimentos, procura um modo de solução para o sofrimento resultante

desses acontecimentos. O fato de Agostinho se fundamentar na abordagem dos fatos históricos e de suas repercussões na vida das pessoas para justificar sua defesa do cristianismo como solução para a sociedade deu ao livro uma característica objetiva, diferentemente de *Confissões*

A outra grande obra é tão objetiva quanto as *Confissões* são subjetivas, *A Cidade de Deus* escrita após a pilhagem de Roma por Alarico e seus godos em 410. A partir desse episódio, que aterrorizou as antigas populações romanas e as novas populações cristãs, e que levou a crer na proximidade do fim do mundo, Agostinho rejeita os medos milenaristas, remetendo o fim dos tempos para um futuro somente conhecido por Deus e provavelmente distante, e estabelecendo o programa das relações entre *A Cidade de Deus* e a *Cidade dos homens*, um dos grandes textos do pensamento europeu por séculos. (LE GOFF, 2007, p. 31)

Nesse livro, como um homem engajado na solução cristã para os profundos problemas decorrentes da transformação social, que se expressava na destruição de Roma, Agostinho utiliza-se de uma abordagem histórica e relata sofrimentos de homens do passado, cujas histórias foram registradas nas Escrituras. Por meio dessa estratégia, ele atribuiu um sentido pedagógico ao sofrimento, seja pela possibilidade da correção das atitudes humanas, do aperfeiçoamento dos que ainda podiam contribuir para a sociedade, seja pela perspectiva da salvação da alma. Neste caso, a própria morte seria uma recompensa, já que evidenciava a perspectiva de transitoriedade do sofrimento pela esperança do consolo na cidade celeste.

A solução para ele não atingiria apenas os romanos, os cristãos, mas todos aqueles que, por razões históricas, integravam o mundo romano em seu momento. Segundo Oliveira (2005),

Os mosteiros e a Igreja necessitaram conviver com as diferenças de costumes, de etnias. Para que os ensinamentos bíblicos fossem ouvidos pelo povo, os homens da Igreja precisaram se aproximar dele. Precisara dizer aquilo que o povo entendia e aceitava ouvir. Nesse sentido, quanto maior a aproximação, maior a conversão, a aceitação do cristianismo. Esse aspecto de aproximação e de aceitação de diferenças foi um elemento fundamental no processo de construção do pensamento Escolástico/filosofia cristã. A Igreja deu aos homens uma possibilidade de convivência baseada nas diferenças e é isso que

dá a ela o papel civilizatório; que permite a criação de uma filosofia explicativa das relações humanas. Se assim podemos nos expressar, foi esse caráter democrático da Igreja que a tornou a grande norteadora da sociedade (OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Essa necessidade de convívio entre pessoas é abordada em *A Cidade de Deus*, onde Santo Agostinho, ao responder aos que atribuíam a Cristo os problemas advindos da devastação de Roma e os sofrimentos daqueles que sobreviveram, descreveu as circunstâncias que o envolviam com riqueza de detalhes.

Discorrendo sobre a ambigüidade de tais acusações, pois, em sua perspectiva, justamente por causa do nome de Jesus Cristo é que os nômades teriam poupado a vida daqueles que se refugiaram nos templos, ele apontou para outra perspectiva de análise dos fatos. Convidou os sobreviventes descontentes a ler as histórias das guerras anteriores e verificar que, na história, não havia precedentes de que a vida dos inimigos tivesse sido preservada porque eles tinham se refugiado em templos, ou seja, na história da destruição de Roma, os nômades teriam respeitado os templos cristãos. Chamando a atenção para o que ele entendia como o mais importante: ter a vida preservada, Agostinho recorreu à história política, à história das guerras e à história dos patriarcas, registradas nas Escrituras, para fundamentar seu argumento.

Seu combate ao paganismo é simultâneo à sua defesa do cristianismo como solução para os problemas de Roma. Assim, ele questiona a tendência de ser confiar a tutela de Roma a deuses que, Virgílio, o grande poeta, lido e ensinado na escola para as crianças, já havia denominado de vencidos. Segundo Agostinho, não se devia confiar nos deuses que já tinham se mostrado ineficazes para cuidar de quem confiasse neles.

Pois bem, o grande poeta Virgílio, entregue às mãos da infância por ser o mais excelente e sábio, a fim de as crianças, imbuídas em sua leitura, não a esquecerem com facilidade [...]. É pois a penates vencidos que a prudência devia recomendar a cidade de Roma, a fim de assegurar-lhe vitória? (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, Capítulo 3).

Agostinho atribuiu ao cristianismo a salvaguarda de quantos se refugiaram nas capelas dos mártires e nas basílicas dos apóstolos pelo respeito que os nômades atribuíam a estes lugares, tidos como sagrados:

Atestam-no as capelas dos mártires e as basílicas dos apóstolos, que em plena desolação de Roma abriram o seio a quantos, cristãos ou gentios, nele buscavam refúgio. Até o sagrado limiar o furioso inimigo banhava-se em sangue, mas nessa barreira a raiva assassina expirava. Para esses lugares alguns vencedores, tocados de compaixão, levavam aqueles que, mesmo fora de tais recintos, haviam poupado, para subtraí-los a mãos mais ferozes, eles próprios também cruéis e impiedosos pouco mais longe, desarmados quando se aproximavam dos lugares que lhes era interdito o que o direito da guerra permitia alhures. Detinha-se, nos santuários, a ferocidade que faz vítimas, embotava-se a cupidez que quer cativos. (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 1).

Com essa descrição detalhada dos fatos sobre a invasão de Roma, Agostinho, mostra como os nômades procederam com as pessoas que se refugiaram nos templos, preservando-lhes as vidas, fato inusitado, segundo o autor, que prossegue com sua argumentação:

Assim escapou à morte a maioria desses caluniadores de nossa fé cristã, que atribuem ao Cristo os males que Roma sofreu; o benefício da vida, por eles devido ao nome de Cristo, não é a nosso Cristo, porém que atribuem, e sim ao destino, quando se maduramente refletissem, no que suportaram de infortúnios poderiam reconhecer a Providência, que se vale do flagelo da guerra para corrigir e pulverizar a corrupção humana e, atormentando com semelhantes aflições almas justas e meritórias, faz que, depois da prova, passem a melhor destino ou as retém na Terra para outros desígnios. Quanto, porém, à milagrosa proteção de que o nome de Cristo os cercou em toda parte e nos mais divinos e amplos edifícios, designados à multidão como oferecedores de maior espaço ao refúgio e à clemência, clemência nova, até então desconhecida por vencedores, por bárbaros ferozes, não deveriam atribuí-la ao Cristianismo, dar graças a Deus e acorrer-lhe ao nome com sincera fé, para fugirem aos suplícios do fogo eterno? Esse nome, vários não o usurparam senão para evitar as angústias da morte presente, porque de todos quantos vêm insultarem com cínica desfaçatez os servidores do Cristo muitos não escapariam ao gládio ensangüentado, se não se acobertassem com o falso título de servidores de Jesus Cristo. E agora com soberba ingratidão, delirantes de impiedade e de coração perverso, correm ao suplício de trevas eternas, insurgindo contra esse nome, em que se refugiaram, mentindo,

para usufruir da luz temporal (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 1).

Desse excerto podemos apreender o modo como Agostinho encaminhou suas argumentações para com os sobreviventes que murmuravam, atribuindo a Cristo o sofrimento provocado pelas guerras: “Assim, ruínas, homicídios, pilhagem, desolação, incêndio, horrores cometidos no recente desastre de Roma, tudo se deve às usanças guerreiras (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 7)”. Justificando o ocorrido pelos costumes da guerra, ele chamou a atenção para outro aspecto:

Mas o fato estranho, o fato novo, a ferocidade dos bárbaros transformada nesse prodígio de clemência que escolhe, que designa ao povo as mais amplas basílicas como refúgio onde ninguém será ferido, donde pessoa alguma será arrancada, para onde os vencedores mais humanos levarão os cativos a fim de assegurar-lhes a liberdade, donde os mais cruéis não poderão tirá-los a fim de reduzi-los a escravos, devem-no ao nome do Cristo, à era cristã. Quem não vê é cego; quem o vê em silêncio, ingrato; quem se insurge contra as ações de graças, louco. Ninguém de bom senso o atribui aos costumes ferozes dos bárbaros. Quem lhes assombrou freou, admiravelmente abrandou as mentes assim truculentas e ferozes foi Ele, que por boca do profeta há longo tempo dissera: Castigar-lhes-ei as iniquidades com o cajado e os pecados com os flagelos, mas não os privarei de minha misericórdia (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 7).

Entre as pessoas que se refugiaram no templo e tiveram suas vidas preservadas, Agostinho identifica atitudes antagônicas: os virtuosos e os que blasfemavam. Todos teriam sido salvos pela proteção que Agostinho atribui a Cristo, que teria “freado” a violência dos nômades na invasão de Roma.

Agostinho relatou que, a despeito da rudeza dos novos habitantes, seu modo de viver pela guerra era um elemento novo que mereceria a atenção e convida os sobreviventes a refletir sobre os benefícios que poderiam emanar do sofrimento: a possibilidade de corrigir, de aniquilar a corrupção humana, a expectativa de um melhor destino e também a de realizar outros desígnios na sociedade.

Fez uma distinção sobre o modo como o homem virtuoso se posiciona mediante o sofrimento e como aquele que é movido pelo vício reage diante da

mesma circunstância, ainda que a misericórdia se estendeu aos ímpios, aos ingratos.

Mas alguém perguntará por que, nesse caso, se estendeu aos ímpios, aos ingratos a misericórdia divina. Por quê?! Sem dúvida porque emanou de quem, todo o dia, faz o Sol erguer-se sobre os bons e os maus e chover sobre os justos e injustos. Embora vários deles, pensando nisso, se corrijam da impiedade pelo arrependimento e outros, na dureza impenitente do coração, desprezando as riquezas de sua bondade e paciência, entesourem cólera para o dia da vingança e do juízo, em que a infalível justiça recompensará cada qual segundo suas obras, a paciência de Deus convida os maus à penitência, como os flagelos adestram os bons na paciência. E como a misericórdia de Deus abraça os bons para auxiliá-los, sua severidade apodera-se dos maus para castigá-los. Com efeito, prouve à divina Providência preparar os justos, no futuro, bens de que os injustos não gozarão e para os ímpios males pelos quais os bons jamais serão atormentados. Quanto aos bens e males temporais, a Providência quis fossem comuns a uns e outros, a fim de o homem não apeteer com demasiada avidez os bens que vê também nas mãos dos maus e não evitar vergonhosamente os males que, de ordinário mesmo, afligem os bons (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 8, § 1).

Essa situação de participar das mesmas oportunidades ou das mesmas calamidades, segundo Santo Agostinho, não traz o mesmo resultado na vida de pessoas que têm orientações diferentes, ou seja, para a virtude ou para o vício. Para alguns a virtude da paciência, da honestidade, da fé seria desenvolvida, para outros a mesma oportunidade geraria a blasfêmia e a incredulidade.

Assim, malgrado partilharem as mesmas angústias, bons e maus não se misturam, por estarem confundidos nas provações. A semelhança dos sofrimentos não elimina a diferença entre os sofredores e a identidade dos tormentos não estabelece identidade alguma do vício e da virtude. Sob a ação da mesma chama, o ouro brilha, fumea a palha; o mesmo debulhador quebra a espiga de trigo e separa o grão; azeite e lã não se misturam de jeito nenhum, embora espremidos no mesmo lagar. Assim como o mesmo cadinho testa, purifica e funde no amor as almas virtuosas, e dana, extermina e devasta as ímpias, assim também, na mesma aflição, os maus protestam e blasfemam contra Deus e os bons rezam e o bendizem. Não interessa tanto o que a gente sofre, mas como sofre. Remexidos de igual maneira, o lodo exala horrível mau cheiro, o unguento, suave perfume (AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, Livro I, cap. 8, § 2).

Desse modo, por meio dos exemplos do ouro e da palha, do trigo e da espiga, do azeite e da borra que, embora passem pelo mesmo processo, resultam em produtos distintos e que não se misturam, Santo Agostinho posiciona-se diante do comportamento das pessoas. Ele ainda discorre sobre o resultado do ato de mexer o lodo e o ungüento, para sua demonstração de que o mesmo ato de mexer, dependendo da natureza daquilo que é remexido, produz resultados diferentes, exala odores diferentes.

Assim, havia entre as pessoas que se refugiaram no templo e sobreviveram, os virtuosos que reconheciam com gratidão o fato de serem sobreviventes e os que blasfemavam, apesar de terem recebido a mesma proteção.

Analisar a conduta humana diante do sofrimento nos parece pertinente diante da catástrofe vivenciada no período, mas apreender do ser humano e como reage, torna-se uma reflexão que nos permite conhecer mais sobre o gênero humano, bem como sobre a virtude ou o vício na vida da pessoa mediante situações análogas. Agostinho argumentou, produziu explicações, desafiou os sobreviventes a valorizarem a vida, em função de sua luta pela reorganização da sociedade.

Não podemos pensar o cristianismo na Antiguidade desvinculado da Filosofia romana, sem dúvida que esta com a influência grega que dera origem ao helenismo. Os próprios autores cristãos utilizavam o arcabouço teórico filosófico para articular seus escritos, seus discursos, enfim suas explicações tanto no que se refere à fé, quanto no que se refere às instruções sobre assuntos práticos.

Segundo Cambi (1999), a Igreja foi organizando suas práticas educativas e pedagógicas. Nesse sentido, por ser contemporâneo a Agostinho, a proposta de educação cristã e as estratégias de alfabetização explícitas em suas cartas, situamos São Jerônimo, chamado também de Estridonense para tratarmos de uma orientação educativa que depois estenderia sua repercussão para a sociedade, pela influência da educação nas escolas dos mosteiros. Sofrônio Eusébio Jerônimo nasceu em Stridon, na Dalmácia entre 340 e 350. Batizado 364 ou 365. Em 378 foi ordenado sacerdote. Consagrou-se à vida monástica, fundou e governou-os, dedicando-se também aos estudos bíblicos. Fez a tradução da Bíblia que foi denominada a *Vulgata*. Morreu em 30 de setembro de 419.

[...] em 385, (São Jerônimo) resolveu fixar-se na Palestina, na cidade de Belém. Santa Paula, deixando os outros filhos, seguiu-o junto com a filha Eustóquia. Com o auxílio dela, São Jerônimo construiu um mosteiro de homens, três para mulheres e um albergue para peregrinos (NUNES, 1978, p. 171).

[...] Ao lado do mosteiro masculino que passou a governar, Jerônimo dirigiu uma escola monástica onde ensinava as letras clássicas aos pequenos, e organizou uma notável biblioteca. Como se vê, amava o estudo (NUNES, 1978, p. 184).

Um dos aspectos que consideramos relevante na leitura das cartas de São Jerônimo, especialmente na Carta a Leta, é a importância atribuída pelo autor ao conhecimento de leitura e de escrita, que deveriam ser ensinadas desde a infância. Nunes explicita que, embora São Jerônimo tivesse um objetivo específico ao escrever a Carta a Leta, seu alcance foi mais amplo que o objetivo primeiro:

Como já observamos, a filha de Leta destinava-se à vida monástica. Daí os cuidados especiais que a sua educação havia de comportar. Essa carta de São Jerônimo a Leta, entretanto, tem um alcance mais amplo que o objetivo que a inspirou. Ela serve de guia para as educadoras ou educadores cristãos, a fim de que se orientem quanto à educação das meninas cuja fé e bons costumes devem ser preservados dos miasmas deletérios do mundo em qualquer tipo de sociedade em que viva a jovem cristã (NUNES, 1978, p. 184).

Segundo Nunes (1978), São Jerônimo sabia por experiência que as mulheres são tão capazes quanto os homens para os estudos, e indicava às suas dirigidas um programa de leituras que podia ser recomendado a qualquer intelectual do seu tempo ou de nossa época:

[...]. Sente-se, aliás, nas cartas do Estridonense o seu amor ao estudo, o seu carinho pelos livros e o seu afã de cultura, sentimentos e cuidados que soube inspirar às pessoas que entram em contato com ele e que ressumam de suas epístolas (NUNES, 1978, p. 184).

Segundo Marrou (1975), na escola monástica do Ocidente, saber ler e escrever era requisito ao exercício da vida monástica. O programa e o método de São Jerônimo para a educação de Paula, redigido por volta do ano 400-402.

A passagem abaixo trata da Carta a Leta, na qual São Jerônimo orienta sobre a educação de Paula:

Em seguida, São Jerônimo propõe o tema de sua carta que é escrever a Leta, a pedido dela e de 'Santa Marcela', a respeito da educação da 'nossa Paula', que foi consagrada a Deus antes de nascer. Ora, diz ele, aquela que nasceu de uma promessa deve receber educação de acordo com o seu nascimento. E aí começa o santo doutor a explicar como deve ser educada uma alma que se tornará templo do Senhor. Ela nada deve aprender a ouvir ou a falar, ensina, que não pertença ao temor de Deus. Não ouça palavras torpes, e ignore as canções do mundo, enquanto a sua terna língua se embeba de suaves salmos. Fiquem longe dela os meninos lascivos. As próprias meninas e serventes sejam conservadas longe do convívio com as pessoas seculares, a fim de que não ensinem de modo pior a ela o que tiverem aprendido de mau (NUNES, 1978, p. 179-180).

Segundo São Jerônimo, a educação de Paula deveria ser fundamentada em Quintiliano. Aprender a escrever deveria fazer parte de uma educação que se realizasse de maneira agradável, por meio de estímulos, a fim de que Paula tivesse prazer no aprendizado:

A essa altura da sua carta a Leta, São Jerônimo começa a referir-se à instrução de Paulinha, baseando-se nos ensinamentos propostos por Quintiliano no início da sua Educação do Orador. Diz Quintiliano que as crianças devem receber um ensino atraente, correspondente à sua idade, de tal modo que o jogo se torne um jogo agradável, *lusus hic sit*; as crianças recebam perguntas e aplausos, e tenham despertado o seu espírito de concorrência, recebendo, por mérito, prêmios adequados à sua idade. E quando o menino começar a aprender a escrever, aconselha Quintiliano, será muito bom que se sirva de uma tabuinha onde possa gravar as palavras com o estilete através dos sulcos que assegurem o traçado das letras. Isso dará firmeza aos seus dedos e ele não precisará ter a mão do mestre sobre a sua para dirigi-la. Não se trata de um cuidado à toa, uma vez que é de importância capital na educação aprender a escrever bem e depressa (NUNES, 1978, p. 180).

São Jerônimo apresentou uma forma de ensinar em que o lúdico se constituisse em componente à educação de Paula.

Paula deve brincar com as letras, de modo que o jogo se lhe torne instrução. [...]. Paulinha também devem ter companheiras de

estudo que lhe sirvam de emulação. Se ela tiver dificuldade para aprender, mais vale animá-la com louvores do que censurá-la. É preciso muito cuidado para que não se aborreça com os estudos, a fim de que essa repugnância não estenda a sua sombra comprida através dos anos. Por outro lado, é preciso cuidar da boa escolha dos nomes que servirão para a junção das sílabas. Eles deverão ser escolhidos com esmero e tirados dos profetas, apóstolos, e dos patriarcas, desde Abraão, conforme as listas apresentadas por Mateus e Lucas. Assim, ela já vai preparando-se para o que irá aprender mais tarde (NUNES, 1978, p. 180-181).

Citou nessa carta inclusive orientações sobre o mestre. Elencou uma lista de atributos que deveria ter aquele se dedicasse a instruir Paula.

O mestre, adverte São Jerônimo, deve ser escolhido pela sua idade, vida e instrução, e qualquer douto varão não deve envergonhar-se de educar uma nobre virgem menos do que Aristóteles, quando foi convidado para ser preceptor de Alexandre. Essa questão do mestre é muito séria, pois a própria pronúncia das letras e o primeiro ensino saem de um modo da boca do homem douto e de outro da boca do rústico. Além disso, é preciso que não se tenha complacência com a pronúncia dengosa e defeituosa da menina, a imitar os tolos melindres das mulheres, assim como não se deve permitir que ela brinque com o ouro e a púrpura, pois uma coisa prejudica a língua e a outra, o caráter. A boa pronúncia implanta-se desde os mais tenros anos. (NUNES, 1978, p. 181).

Pensar sobre a Carta a Leta, de São Jerônimo, esse autor que representa os Santos Padres e suas considerações sobre a educação sob a perspectiva da Antiguidade, enquanto Santo Agostinho, embora seja seu contemporâneo, propôs uma educação que delinearia a educação do período de transição e mais especialmente a educação medieval.

Uma característica peculiar na vida de Santo Agostinho que remete ao período inicial de sua conversão ao cristianismo é destacado por Marrou (1975), além de outros comentadores, é a desse autor ter se dedicado à vida monástica nos primeiros anos de sua vida de dedicação ao estudo das Escrituras. Ele procurou no recolhimento uma vida afastada do pecado.

[...] no Ocidente: a *lectio divina*, a leitura dos Livros santos e antes de tudo do ofício, parece inseparável do pleno exercício da vida monástica. Este caráter letrado é bem manifesto nas origens: Santo Agostinho, que introduziu o monaquismo na África, dera à

sua primeira comunidade, que, ainda leiga, ele agrupara em torno de si em Tagasta, o caráter de um mosteiro erudito; sua *Regra* prevê, como normal, a existência de uma biblioteca; em Marmoutier, os monges de São Martinho, o iniciador do monaquismo na Gália, copiam manuscritos. Uma espécie de reflexo imediato liga o estado do monge ao estudo das letras... (MARROU, 1975, p. 507)

Após deixar a cátedra de retórica em um primeiro momento, para afastar-se do convívio social. Não que Agostinho tenha inaugurado o estilo de vida monástica, mas o adotara por certo período de sua vida para dedicar-se integralmente aos estudos das Escrituras, à meditação e à escrita de cartas, sermões e livros.

Nesse sentido, ainda sob a organização da Igreja, a educação proposta por Agostinho perpassa a formação do intelecto, da moral e dos costumes. Segundo Aranha (1989), o pensamento agostiniano forneceu elementos para o trabalho de conciliação entre fé e razão.

A fé cristã produziu, em homens como Agostinho, reflexões que demonstram uma preocupação com a formação integral do homem. Esse homem que tem fé em Deus precisa saber ler, escrever, para conhecer o Deus que se revelou e que se deixou conhecer pelas Escrituras. Outro aspecto significativo da vida era a necessidade de convívio social.

Fez-se necessário, para esse trabalho de estudos das Escrituras, além da fé, o conhecimento, que passaria pela produção intelectual e pelo conhecimento dos clássicos, pela cultura romana helênica, a fim de que o estudioso entendesse as alusões, as alegorias que têm como pré-requisitos o domínio desses conhecimentos.

Pautado no amor a Deus e ao próximo, o ensino da moral cristã propôs hábitos que iriam constituir o viver do cristão. Esse amor se tornaria a base dessa sociedade que se formaria a partir de referenciais de moral, de hábitos que a distinguiriam da forma de ser da sociedade Antiga. Um modo diferente de cultuar a Deus, um modo de viver a fé e, especialmente, um novo modo de se relacionar com o outro. A sociedade que principiava a se constituir a partir das relações que se estabeleciam se fundamentaria na ética e moral cristãs.

Nesse contexto, Santo Agostinho teve papel fundamental na organização dessa sociedade. Por meio dos sermões, o povo era instruído sobre como amar a Deus, como se portar com os homens de maneira a evidenciar este amor.

Segundo Cambi (1999), nas escolas paroquiais, nas escolas dos mosteiros, as regras da disciplina interna que envolvia os estudos, as devoções, a organização do trabalho, faziam parte de um conjunto de hábitos que formaria o cristão nos aspectos intelectuais, religiosos, morais, físico. Nelas se aprendia trabalhar, administrar o tempo, os estudos e isso tanto entre os internos, quanto entre os alunos que recebiam o ensino nas escolas externas dos mosteiros.

Cumprir ressaltar a função social exercida pelos mosteiros e pelas escolas paroquiais, na medida em que se constituíam em modelo de organização social ensinando a comunidade externa e a interna, preparando os povos para a apropriação de uma cultura legada pela Igreja, a qual seria patrimônio cultural da humanidade e estenderia suas influências para a formação da Europa, como Le Goff (2007) destaca.

Essa influência do pensamento cristão não se restringiu ao mundo medieval, mas continua presente pelas proposições agostinianas no pensamento ocidental. Os pesquisadores discutem sobre os temas que Santo Agostinho dissertou, buscando a contribuição de suas elaborações, de suas reflexões.

Ao tratar de características do comportamento humano, Santo Agostinho apreendeu-as com maestria, de modo que podemos conhecer, pela leitura de suas obras, a sociedade que o envolveu, as arguições dos seus contestadores, suas respostas e proposições. Tratou também sobre aspectos subjetivos do ser humano, como a alma e aspectos psicológicos como a vontade, dentre outros.

Conhecer como os homens de outros tempos viveram nos permite uma compreensão mais ampla de *humanitas*, assim podemos rever as mesmas questões pensadas em um contexto histórico diverso.

O desejo de Agostinho de entender a fé cristã e a partilhar, utilizando todo o seu conhecimento e empenho, tornou-o grande: Pregador, escritor, preceptor dos povos ocidentais. Sua produção escrita evidencia seu conhecimento e o comprometimento com a sociedade.

Na perspectiva de Le Goff (1983) de que “Este mundo medieval resulta do encontro e da fusão de dois mundos que iam evoluindo um para o outro, de uma

convergência de estruturas romanas e de estruturas bárbaras em transformação (p. 48)” podemos pensar em fusão de culturas de povos que viveram em um período de calamidades.

Nesse sentido, a ruralização torna-se uma característica da sociedade que se forma a partir dessa “fusão de dois mundos” que Le Goff referencia. Conhecer esse aspecto da sociedade é necessário na medida em que vamos prosseguir na compreensão da mesma e para a qual Santo Agostinho faz a sua proposição.

No excerto abaixo, Agostinho registra seu desejo de dedicar-se ao estudo e à divulgação da educação cristã:

Quando conseguirei, com a linguagem da minha pena, descrever todas as exortações, todos os terrores, todas as consolações, todas as inspirações, das quais te serviste para levar-me a pregar a tua palavra e a dispensar ao povo os teus sacramentos? Mesmo que eu fosse capaz de tudo expor ordenadamente, cada gota de tempo me é preciosa. De longa data desejo ardentemente meditar a tua lei e confessar-te o meu conhecimento e a minha ignorância sobre o assunto, os primeiros raios da tua luz e o que resta em mim de trevas, até que a minha fraqueza seja absorvida pela tua força. Não quero gastar noutra coisa as horas livres que me sobram do necessário repouso do corpo, do trabalho intelectual e do serviço que devemos aos homens ou que, mesmo não devido, ainda assim prestamos. (AGOSTINHO, *A Confissões*, Liv. IX, cap. 2, § 2).

Nessa sociedade, mediante a sua produção teórica, Santo Agostinho difunde suas formulações. Ele próprio nos oferece detalhes que nos permitem visualizar que sua proposta fora elaborada nesse contexto em que os conflitos entre os povos eram fatuais e que se buscava respostas para os questionamentos. Santo Agostinho procurou consolar o povo demonstrando-lhes o valor da vida, além da perspectiva de organização social com base no referencial de amor a Deus e ao outro. Assim, proporcionou o ensino em uma perspectiva que transformou as atitudes quotidianas daqueles povos em atitudes cristianizadas, além de desafiá-los a estudar para que pudessem ensinar a outros, esta contribuição de Agostinho cooperou com a formação de outros líderes.

3. A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ ENUNCIADA EM ALGUMAS OBRAS DE SANTO AGOSTINHO

O objetivo, neste capítulo, é identificar a concepção de educação cristã, os objetivos e as finalidades presentes em três das obras de Agostinho: *A Doutrina Cristã*, *O Livre-arbítrio* e *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*.

Antes, porém, de procedermos a essa análise, queremos destacar a importância de Agostinho no campo da História da Educação e, na sequência, tentar explicitar o conceito de educação cristã existente naquele momento.

O cristianismo apresenta-se como uma “religião doura”, como assegura Marrou (1975) e, nesse sentido, ocupa-se da educação cristã e do ensino de leitura inerente a ela, difundindo a cultura na qual foi formado.

Para a Igreja se estabelecer entre os povos que não haviam assimilado a cultura clássica, as Escrituras foram traduzidas para seus idiomas. No Egito, na Síria e na Mesopotâmia, o cristianismo reavivou o egípcio e o aramaico, provocou um florescimento de literatura e, por conseguinte, de ensino (MARROU, 1975).

Mas, se a educação cristã, no sentido estrito, não se origina no domínio da escola, nem por isso é lícito concluir que a Igreja se desinteresse dela: para poder propagar-se e manter-se, para poder assegurar não apenas seu ensino, mas o simples exercício do culto, a religião cristã exige, imperiosamente, ao menos um mínimo de cultura de letras. O cristianismo é uma religião doura, e não poderia existir num contexto de barbárie (MARROU, 1975, p. 481-482).

Essa relação de dependência da cultura, das fontes escritas estabelecidas no cristianismo, agregou valor a esses conhecimentos, bem como despertou interesse entre povos pagãos pelo aprendizado da cultura e da doutrina.

Depois de convertido, Santo Agostinho abandonou a profissão de professor de retórica para divulgar as Sagradas Escrituras. Em seus livros estão expressas não apenas a concepção de educação cristã, mas também a orientação para a formação do cristão e para o que deveria ser ensinado. Nunes (1979), ao destacar a contribuição de Santo Agostinho para a educação, denomina-a de “patrimônio das idéias pedagógicas” (p. 2).

Muitos autores, a exemplo de Cambi (1999), Boehner; Gilson, (1970) atribuem a Agostinho o epíteto de “o Preceptor do Ocidente”. Segundo a maioria dos autores, ele elaborou uma pedagogia cristã, cujo vigor teórico e cultural se manteve no decorrer dos tempos.

Agostinho é, na verdade, o Preceptor do Ocidente. Nenhum dos futuros sistemas cristãos irá poder ignorá-lo. E, com efeito, todos, de um modo ou doutro, lhe sofreram o influxo. Por quase um milênio exerceu domínio incontestado no campo do pensamento. Sua doutrina, perenemente viva, jamais cessou de revirar a reflexão filosófica. Seus discípulos são legião, e até mesmo os seus adversários – pois também Agostinho os teve, e dos mais notáveis – não lhe regatearam o seu respeito. Sua escola – se é que tal expressão se justifica – produziu uma plêiade de pensadores dos mais originais e fecundos: haja vista um S. Anselmo, os Vitorinos, um S. Boaventura, um Rogério Bacon, um Henrique de Gand, um Duns Escoto, um Pascal, um Malebranche, e inúmeros outros. (BOEHNER; GILSON, 1970, p. 140)

Le Goff (2007) o referenciou tanto por seu trabalho na fundamentação do cristianismo quanto pela repercussão de seus princípios educacionais.

O outro Padre da Igreja essencial é Santo Agostinho (354-430). Depois de São Paulo, Santo Agostinho é o personagem mais importante para a instalação do cristianismo. É o grande professor da Idade Média. Aqui citarei duas obras suas que são fundamentais para a História européia (LE GOFF, 2007, p. 31).

Segundo Le Goff (2007), *Confissões* e *Cidade de Deus* são consideradas as obras mais lidas na Idade Média. Além disso, a primeira tornou-se um referencial inicial das autobiografias. A segunda foi “[...] um programa das relações entre *A Cidade de Deus* e a *Cidade dos homens*, um dos grandes textos do pensamento europeu por séculos (LE GOFF, 2007, p. 31)”. Essas obras assumiram um cunho educacional, na medida em que tinham como objetivo ensinar os homens a entender e praticar o cristianismo. A primeira contém os princípios para aqueles que eram considerados pecadores, a exemplo de Agostinho que, nas *Confissões* revela que encontrou o amor de Deus e conseqüentemente seu perdão, por isso declara seu amor a esse Deus. Na segunda, ele estabeleceu os princípios para a convivência dos homens na cidade terrena com vistas à cidade futura, celeste.

Pessanha (1984) afirma que Agostinho escreveu suas obras movido pelo contato com as pessoas e pelos problemas concretos que elas enfrentavam naquele momento de desagregação social. Nelas, ele abordou os sentimentos, as virtudes e os vícios dos seres humanos e buscou, na grandiosidade do Deus, a resposta para os questionamentos das pessoas, procurando, na perspectiva do cristianismo, ensinar como elas deveriam se posicionar.

Provavelmente, pela própria experiência anterior à sua conversão ao cristianismo, Agostinho poderia falar dos diversos sentimentos do ser humano. Ele conhecia os vícios de uma vida sem o compromisso cristão. Argüia os romanos e os pagãos, explorando sua capacidade de se fazer ouvir e convencer. Ele se utilizava dos recursos da retórica porque a considerava legítima para persuadir quando se tratava do que é “verdadeiro”.

[...] de caráter extraordinariamente simpático, Agostinho exerceu uma atração irresistível sobre os contemporâneos. Sua mansidão e sua capacidade profundamente humana de compreensão moderavam-lhe a passionalidade e exuberância púnicas. Conhecedor dos abismos do coração humano, contemplou-lhe as mais sublimes alturas (BOEHNER; GILSON, 1970, p. 139).

Encontrando a sublimidade no cristianismo, ele fez desse conteúdo, como demonstraremos na análise de suas obras, a essência de sua proposta de educação, mas, ao mesmo tempo, contemplou nela as diferentes áreas do conhecimento como pré-requisitos para a formação do leitor das Escrituras. Tal proposta para a educação, em consequência de sua difusão entre os povos, tornou-se se proposta educativa para a sociedade naquele momento.

Evidentemente, essa proposta educacional de Agostinho articulava-se com um processo já existente na sociedade, no qual a Igreja aparecia como a mediadora dos diferentes povos que integravam o universo romano naquele momento de transição e, nesse sentido, tornava-se responsável também pela manutenção dos saberes anteriormente produzidos. Com a desagregação das instituições escolares, bem como das demais instituições do próprio Império Romano, a Igreja, com sua organização institucional, tornou-se uma administradora da própria sociedade. No trabalho educativo realizado pelos mosteiros e pela Igreja, ao mesmo tempo em que se educavam os homens com

as verdades cristãs, transmitia-se também a cultura greco-latina e preservava-se o conhecimento produzido na Antiguidade. Ou seja, Agostinho acompanhava e dinamizava esse papel educativo geral da Igreja, tanto no sentido teórico quanto no prático.

Santo Agostinho alcançava a sociedade por meio de seus sermões, os quais, fundamentados na técnica da retórica que tanto conhecia, além de primar pela beleza, tinham a intenção didática de difundir as idéias cristãs entre romanos e demais povos e convencê-los da necessidade do cristianismo para organizar a vida naquele momento em que a sociedade passava por tantas transformações e sofrimentos. Suas obras escritas cumpriam o mesmo papel.

A técnica da cultura clássica ainda era boa, portanto, mas era preciso modificar seu espírito. Cícero queria formar o *doctus orator*; Quintiliano, o *vir bonus dicendi peritus*: por que não conservar a mesma cultura, dando-lhe por fim formar um *vir Christianus dicendi peritus*? Foi precisamente essa uma das reformas realizadas por santo Agostinho. Na história da cultura cristã, seu *De doctrina christiana* (Do ensinamento cristão), ocupa uma posição análoga à do *De oratore* de Cícero ou do *Institutio oratória* de Quintiliano na história da cultura clássica. Posto diante do texto da Santa Escritura, como o *grammaticus* ante Homero ou Virgílio, era-lhe necessário compreendê-lo a fim de poder explicá-lo. Portanto, o problema era duplo: inteligência do texto, primeiro; expressão, depois: *modus inveniendi quae intelligenda sunt et modus proferendi quae intellecta sunt* (I, 1) (GILSON, 2001, p. 208-209).

Os postulados agostinianos tiveram um amplo alcance. Ele não desprezou o conhecimento filosófico anteriormente adquirido, mas utilizou-o como pré-requisito tanto para a compreensão do texto, quanto para a elaboração da mensagem cristã. Suas obras foram referência para outros padres e leigos, que recorreriam aos seus sermões e livros escritos para dar continuidade ao trabalho de difusão do cristianismo, o que perdurou por séculos.

Desse modo, com seu trabalho, sua dedicação ao estudo das Sagradas Escrituras, à produção escrita de seus sermões e tratados que escreveu, Agostinho delineou a educação medieval, deixando seu legado para a humanidade. Seus sermões foram lidos em outras paróquias, seus livros foram estudados e sua doutrina difundida e assimilada, tornando-se uma formação cultural.

Agostinho, em seus dias, debruçou-se sobre quase tudo e sobre tudo o que se pronunciou deixou sua marca profunda, típica, apaixonada, comprometida, genial e cristã para as gerações futuras: interessou-se pelo problema de Deus, a procura de Deus pela inteligência humana, a presença de Deus na alma humana, a concepção do homem, a doutrina do amor, a filosofia da história, a liberdade humana, o problema do mal; interessou-se até por aquilo que se chama hoje de problema social e muitos outros [...] (CAPORALINI, 2007, p. 17 e 18).

Nesse excerto, o autor menciona a diversidade de temas sobre os quais Agostinho escreveu. Ele transitava pelas questões teológicas, filosóficas, pedagógicas, entre outras. Buscava a compreensão dos assuntos doutrinários e dos relativos ao aspecto subjetivo do ser humano, manifestando-se a respeito da fé, do conhecimento, da alma, do comportamento. Ou seja, orientava sobre a forma de conduzir a educação não só no que diz respeito ao ensino da doutrina cristã, mas também, em âmbito mais amplo, aos vários aspectos da vida humana. Sobre inúmeros temas deixou sua impressão. Portanto, é inegável seu papel na história da educação, bem como a permanência de alguns de seus postulados.

Para refletir sobre sua concepção de educação, tomemos com ponto de apoio inicial, a seguinte definição de Nunes (2001), que é compartilhada por tantos outros estudiosos da educação na Idade Média.

A educação é e sempre foi um duplo processo. Primeiramente, ela significa a atividade desempenhada pelos adultos para assegurar a vida e o desenvolvimento da geração mais nova, das crianças, dos adolescentes e jovens, e para despertar e fazer crescer as suas habilidades e poderes físicos e espirituais. Na linha desta atividade é que se estabeleceram, desde os albores da humanidade, os esforços e recursos da instituição familiar, quando os pais se constituem como os primeiros educadores, logo auxiliados, e até mesmo substituídos, por colaboradores, como, por exemplo, os sacerdotes, os guerreiros e os professores. Na linha de continuidade da atividade educativa familiar vem a surgir a escola, como nova instituição social e agência específica da educação (NUNES, 2001, p. 36).

Entendemos que a construção de uma proposta pedagógica não ocorre de maneira linear, é construída nos embates e nos desafios que as condições históricas e até adversas impõem. Assim, levando em consideração as condições

históricas em que as obras desse autor foram escritas, podemos imaginar as dificuldades enfrentadas na tarefa a que ele se propôs. Tratava-se, afinal, de ensinar as “verdades” das Escrituras não apenas aos romanos, mas também aos povos nômades, muitos dos quais não conheciam a cultura escrita. Nesse caso, por se tratar de um período de transição, o que o torna peculiar, sua proposta de educação cristã teria que ser construída e ele o fez. Por isso, a obra de Agostinho se carrega de minúcias, cuja razão não é entendida, muitas vezes, pelo leitor atual.

Como explicita Durkheim em sua análise sobre o ensino cristão, no seu aspecto formal. A educação tem por objetivo formar o homem e o levar a pensar sobre si.

O objetivo da educação, tal como era conhecido já nessa época, era o de formar a mente no que ela tem de mais geral, em seu princípio essencial e fundamental, independente das aplicações, múltiplas e concretas, que pudessem ser realizadas; pareceu que o único meio de alcançar essa meta era levar o homem a pensar sobre si, a entender-se, a tomar consciência de si. Não é que as ciências da natureza não possam servir para esse mesmo fim. Mas, por motivos que havemos de procurar, muito devagar conseguir-se perceber os serviços que as ciências podiam prestar a esse respeito. Durante séculos, pareceu evidentemente que somente os estudos relativos ao homem podiam servir para formar o homem. Chegamos a esse importante resultado de que havia uma necessidade lógica para que o ensino fosse inicialmente todo formal (DURKHEIM, 1995, p. 54).

Quando Agostinho se converteu, a proposta de uma educação cristã já existia, mas, evidentemente, as situações e os conflitos de sua época tinham peculiaridades que ele precisava enfrentar.

Segundo Marrou (1975) a expressão “educação cristã” é utilizada por São Clemente de Roma por volta do ano 96, antes, porém São Paulo, em suas epístolas, aconselhava os pais sobre a maneira de educar os filhos. Esse tema, portanto, representa uma das mais constantes preocupações do cristianismo.

Comparando São Paulo (Paulo de Tarso) e Santo Agostinho no aspecto de dedicação de vida após a conversão. Os dois autores, cada um em seu tempo e a seu modo, se empenharam, sem medir esforços, na difusão das Escrituras, viveram o que criam e produziram fundamentação teórica e filosófica para o

cristianismo. Esse faz análise das cartas daquele como modelo de retórica em *A Doutrina Cristã*.

Ao pensar a ação de Santo Agostinho, identificamos na sua dedicação esse aspecto que o cristianismo trouxe intrínseco, o ensino que Jesus, o Mestre, atribuiu aos seus discípulos ao conferir-lhes a responsabilidade da difusão dos seus ensinamentos ordenando: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado” (Mateus, 28:19-20a In: A BÍBLIA ANOTADA).

Com essas palavras Jesus mobilizou os homens a se dedicarem ao ensino dos preceitos cristãos. Assim, tanto São Paulo, quanto Santo Agostinho realizaram a transmissão da cultura formativa com a qual foram instruídos e pelo cuidado para que essa formação fosse legada a outros que também deveriam dar continuidade ao ensino das próximas gerações.

Diferentemente da atualidade, em que o conceito de educação abrange o conjunto da formação da criança e de sua instrução escolar, na Igreja antiga, por educação entendia-se “essencialmente a educação religiosa, isto é, uma parte da iniciação dogmática”, ou seja, o ensino das verdades necessárias para a salvação e, por outra parte, da formação moral que era direcionada para a conduta que convém ao cristão (MARROU, 1975, p. 479).

Com base nessas considerações de Marrou (1975), analisaremos *A Doutrina Cristã*, *O Livre-arbítrio* e *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática* procurando apreender nelas o que o autor entendia como inerente à formação do cristão. Identificando a concepção, os objetivos e as finalidades da educação cristã contida nessas obras, é possível entender a maneira peculiar como esse pensador, ao enfrentar os problemas da desagregação do Império Romano, construiu uma proposta educacional que perdura até os dias atuais em muitos aspectos.

3.1 *A Doutrina Cristã*

A Doutrina Cristã, segundo a historiografia, tornou-se um manual para a formação cultural cristã. Segundo Gilson (2001), essa obra exerceu grande

influência no pensamento e na seleção dos conhecimentos que deveriam fazer parte da formação cultural cristã.

Segundo a tradutora Ir. Nair de Assis Oliveira, Santo Agostinho começou a escrever o *De doctrina christiana* em 397, no início do seu episcopado. Os três primeiros livros foram redigidos nesse momento e o quarto livro, por volta de 426 a 427, quando, constatando que a obra estava inacabada, ele quis concluí-la. No entanto, a obra foi divulgada, ainda que incompleta.

Este livro contém todo um programa de formação cultural de base bíblica. Segundo a tradutora, Agostinho, o pedagogo de outrora, uma vez feito Mestre da Igreja, queria que a ciência fosse conhecida e que se fizesse bom uso dela, pois só o saber não bastava para que alguém se tornasse sábio. Ou seja, para ser sábio seria necessário fazer bom uso do conhecimento.

Encontramos no *De Doctrina christiana* (II, 39, 59), um texto cuja influência seria quase imediata, mas duradoura. Depois de haver lembrado que muitos já tinham reunido as etimologias de todos os nomes próprios que se encontram na Bíblia e que Eusébio já esclarecera todos os problemas de história referentes a eles, Agostinho pergunta por que não reunir numa só obra todos os conhecimentos necessários à sua interpretação. Que economia de trabalho para os cristãos do futuro! Seria fácil encontrar, classificadas por matérias, as informações relativas aos lugares, animais, plantas e metais desconhecidos mencionados na Bíblia. Seria útil acrescentar a isso uma explicação dos números que aparecem na Escritura, talvez até mesmo uma dialética (*de ratione disputandi*), embora Agostinho não considere a coisa possível, pois a dialética da Escritura se ramifica em todo o texto como o sistema nervoso no corpo. Como já constatamos, o apelo de Agostinho foi ouvido. Refazer a obra de Varrão para uso dos cristãos deveria ser a ambição, depois de Isidoro de Sevilha, de Beda, de Rábano Mauro e de muitos outros depois deles. (GILSON, 2001, p. 209-210).

Nesse trabalho, Agostinho compilaria os conhecimentos que considerava imprescindíveis para o entendimento e a interpretação das Escrituras. Tornou-se um manual para a doutrina cristã, porque Agostinho selecionou as matérias que deveriam ser estudadas. Explicou a importância das Disciplinas do *Trivium* e do *Quadrivium*, além explicar os significados dos números, levando em consideração que era uma interpretação alegórica.

Em *A Doutrina Cristã*, Santo Agostinho expôs sua concepção de educação cristã e, focalizando a importância da compreensão das Escrituras, discorreu sobre o conhecimento de Deus, como Deus Trino, Ser inefável, vivo, soberano, excelente, imutável e sábio. Alertando que seu objetivo é expor “a maneira de descobrir o que é para ser entendido”, divide a obra em quatro livros: o primeiro contém os fundamentos da doutrina cristã, podendo ser entendido como aquele em que os conteúdos e os fins da educação cristã estão expostos claramente; nos demais ele se dedica aos problemas de interpretação e de transmissão desses conteúdos.

Os títulos dos livros, por si, são expressivos da concepção educacional de Agostinho. O primeiro, cujo título é *Sobre as verdades a serem descobertas nas Escrituras*, contém três partes: Síntese dogmática, Síntese moral e Princípios básicos de exegese. O segundo é denominado: *Sobre os sinais a serem interpretados nas Escrituras*; o terceiro, *Sobre as dificuldades a serem dissipadas nas Escrituras* e o quarto, *Sobre a maneira de ensinar a doutrina*.

Nesta parte do trabalho, pelas razões já expostas, vamos nos dedicar apenas ao primeiro livro, fazendo uma rápida apreciação do que ele trata em cada uma das três subdivisões que o compõem.

Na Síntese dogmática, defendendo a idéia de que Deus é a única Sabedoria, imutável e infinita, tornando-se, inclusive terrena, ele expõe quais seriam as verdades fundamentais a serem descobertas nas Escrituras, as explicações que os estudiosos deveriam buscar para os fatos do cristianismo. Menciona, portanto, aspectos relacionados à Trindade, à excelência de Deus, as causas da encarnação e da vinda de Cristo à terra, a edificação da Igreja e a necessidade da fé.

Para contemplar esse Deus, o homem precisaria purificar o espírito. Sendo pecador, o homem necessitava da luz da purificação para poder conhecer a Deus. Nesse caso, a vida de Jesus expressaria essa necessidade e, ao mesmo tempo, a possibilidade de purificação do homem.

Ora, nós não conseguiríamos nos purificar se a própria Sabedoria não se houvesse dignado adaptar-se à nossa tão pequena fraqueza carnal, para mostrar-se modelo de vida, precisamente fazendo-se homem, visto sermos nós homens (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 11a, § 14).

Ao se fazer homem, Jesus tornou-se “modelo de vida”. Como referencial, mostrou-se ao homem como Sabedoria e caminho para levá-lo ao conhecimento de Deus.

Na Síntese moral, ele apresenta ao homem um referencial de comportamento, cujos princípios fundamentais correspondem às leis do Amor estabelecidas por Deus.

[...] a lei do amor assim foi estabelecida por Deus: ‘Amarás ao próximo como a ti mesmo, mas a Deus com todo teu coração, com toda tua alma e com todo teu espírito’ (Lv 19,18; Dt 6,5; Mt 22,37.38). Em consequência, consagra teus pensamentos e toda tua vida e toda tua mente àquele de quem recebeste estes bens. Porque quando é dito ‘de todo teu coração, de toda tua alma e de toda tua mente’, não te é permitido nenhuma parte de tua vida ficar desocupada para que possas gozar de outro objeto. [...]. Logo, quem ama realmente o seu próximo deve tratar que esse alguém também ame a Deus com todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu espírito. Amando-o assim como se ama a si próprio, referirá todo o amor, próprio e alheio, naquela direção do amor de Deus [...] (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 22, § 20).

Prosseguindo nessa argumentação, Agostinho hierarquiza os quatro objetos que devem ser amados: “O primeiro está acima de nós; o segundo somos nós próprios; o terceiro o que se acha a nosso lado; o quarto o que está abaixo de nós (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 22, § 22.)”.

Entendemos que nessa hierarquização do amor, na qual aparece em primeiro lugar o amor de Deus e depois o amor a si mesmo, o amor ao próximo e ao próprio corpo, residem as regras de convivência para os homens daquele período.

Por exemplo, discorrendo sobre o amor a si próprio, Agostinho diz ser necessário ensinar ao homem como amar seu corpo “[...] para que tome cuidado dele, com ordem e prudência” (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 25, § 26).

Distingue, a esse respeito, as coisas que devem ser amadas, das que devem ser usadas ou fruídas: “De tudo o que expusemos deduz-se que devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras

devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 22, § 20)".

É dessa perspectiva que aborda os princípios do amor ao próximo: "Trata-se, porém, de saber se o homem deve amar seu semelhante por ele próprio ou por outro fim. Se for por ele próprio, nós gozamos dele, se for por outro motivo, nós nos servimos dele (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 22, § 20)".

As mesmas regras de comportamento podem ser encontradas na parte em que Agostinho remete à síntese do apóstolo Paulo, quanto aos mandamentos divinos: "[...] não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e todos os outros preceitos se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo (Rm13,9.10) (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 30, § 32)".

Em seguida, se há de verificar com grande cuidado e diligência os preceitos morais e as regras de fé que a Escritura propõe com clareza. Encontram-se tão mais abundantemente, quanto maior for a abertura do entendimento de quem busca, visto que nas passagens que a Escritura oferece com clareza encontram-se todos os preceitos referentes à fé e aos costumes, à esperança e à caridade, sobre os quais tratamos no primeiro livro (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 9, § 14).

Dessa forma, a valorização do mandamento do amor ao próximo correspondia à necessidade de reorganizar a convivência entre os homens, ou seja, de estabelecer relações sociais pautadas nos paradigmas da educação cristã. O respeito para com a mulher do outro, com a vida e com os bens é apresentado como um novo padrão de comportamento, que pode ser entendido com uma contraposição às "usanças guerreiras" mencionadas por Agostinho em *A Cidade de Deus*.

Para dizer que Deus não tem o mesmo sentimento que o homem, no sentido de utilizar o homem, Agostinho afirma que: o homem usa das coisas para chegar à bondade de Deus, mas Deus ao contrário usa do homem para manifestar a bondade. "[...] é porque ele é bom que nós existimos, e é à medida que existimos que somos bons" (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. I, cap. 31, § 35).

A convicção de Agostinho de que Deus é bom e de que está nisso a possibilidade de homem ser bom, demonstra sua concepção de Deus, de homem e de educação, na medida em que considera que, pela educação e pelos métodos que lhe são inerentes, é possível demonstrar esse amor para com o próximo de tal maneira que ele seja conduzido a amar a Deus.

3.2 *O Livre-arbítrio*

Na obra *O Livre-arbítrio*, por meio diálogo com Evódio, Agostinho discutiu a origem do mal moral, conceituou “o que seja proceder mal”, destacando a necessidade de se obter o conhecimento pela razão. “Agora, porém, a respeito dessas verdades confiadas à nossa fé, esforçamo-nos de ter igualmente um conhecimento pela razão, mantendo-as com certeza plena (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro I, cap. 3, § 6)”.

É nítida, nessa obra, a preocupação deste autor quanto à necessidade do conhecimento pela razão. Em sua história de vida Agostinho buscou a verdade no maniqueísmo, no platonismo e quando encontrou, no cristianismo o que chamou “as verdades confiadas à fé”, realizou um esforço de compreensão sobre os fundamentos cristãos.

Por meio de questionamentos, hipóteses, argumentações e contra-argumentações com Evódio, Agostinho se propôs a discutir a origem do pecado nessa obra, a fim de se obter clareza quanto a esse conceito, de maneira que nele expressou a concepção de homem, de sábio que buscava, tanto para si quanto ao que propunha como ideal formativo pela educação cristã.

Uma hipótese quanto à causa do pecado seria o domínio da paixão, ou seja, o desejo intenso dominando as ações humanas. Porém Agostinho não considerou exato dizer que todo pecado, para que seja mal, nele a paixão devesse dominar.

Prosseguiu fazendo distinção entre a lei humana e a lei divina, dizendo que ações toleradas pela lei humana serão punidas pela lei divina. Afirmou ainda a superioridade da lei divina quando disse que o que existe de justo na lei humana é tirado da lei divina.

Para Agostinho a razão deveria dominar as ações do homem. Mediante a valorização da razão humana, segundo este autor, o homem não seguiria o destino, ele escolheria as ações que deveria praticar. Desse modo, definiu o sábio como o homem que vive sob o domínio da razão e traçou um paralelo dizendo que ao insensato falta-lhe esse domínio.

O ideal de homem para Agostinho, o sábio: aquele que não seria dominado pela paixão, antes, suas ações estariam submetidas ao domínio da mente, da razão. O autor relacionou ainda a sabedoria com a vida feliz, dizendo que a boa vontade seria um meio para se alcançar a sabedoria.

O uso da vontade e da liberdade poderia tornar a mente cúmplice da paixão. No entanto, ao definir a boa vontade como a vontade pela qual se desejava viver com retidão e honestidade, para atingir a sabedoria, Agostinho exortou ao exercício das virtudes: da prudência, da força, da temperança e da justiça para que se alcançar a sabedoria e a vida feliz.

Tínhamo-nos proposto de procurar a definição do que seja cometer o mal (malefacere) (cf. I,3,6). Foi nesse intento que dissemos tudo que precede até aqui. Em consequência, agora é o momento de examinarmos com cuidado se cometer o mal é outra coisa do que menosprezar e considerarmos os bens eternos - bens dos quais a alma goza de si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso os ame de verdade, e ir em busca dos bens corporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses que, experimentado com o corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada têm de seguro. Para mim todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria. Espero que me dê a conhecer o teu parecer e o teu respeito (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro I, cap. 16, § 34).

Neste aspecto, a discussão sobre o pecado assume caráter regulador para a educação da sociedade, pois as decisões quanto à prática do bem ou do mal deveriam ser pautadas pelo ensino cristão e neste contexto, nas instruções agostinianas, desprezá-lo seria menosprezar os bens eternos e afastar-se das coisas divinas.

O Bispo de Hipona discutiu a origem do pecado e em sua investigação sobre “a causa de procedermos mal” tomou por base as definições conceituais. Ou seja, o ensino sobre o pecado tornou-se, enquanto proposta de ensino, o fio

condutor do agir social do cristão. Nesse sentido, a discussão sobre o pecado assumiu um caráter regulador e, portanto, uma função educativa. Por meio da orientação religiosa, a educação, deixa de ser realizada pelo Estado e passa a ser uma atribuição do próprio indivíduo cristão

No livre-arbítrio consistia a possibilidade de pecar, porém sem a livre vontade o homem não poderia optar por viver retamente. Agostinho valorizou, desse modo, a ação voluntária que permite ao homem a escolha de suas ações. E entendeu como necessário, Deus ter dado ao homem a vontade livre a fim de que tivesse significado o castigo, no caso de a opção ser a prática do pecado e, principalmente, a recompensa, no caso de a opção ser a prática do bem. Essa opção pela prática do bem, no entanto, só seria possível por meio da educação, que proporcionaria esse entendimento.

Argüindo sobre a superioridade do ser que entende, o qual possui os três atributos: o ser, ou seja, o existir, o viver e o entender, Agostinho e Evódio admitiram a superioridade da inteligência, a qual supõe o existir e o viver.

Ag. Qual dessas três realidades (existir, viver e entender) parece a ti mais excelente?

Ev. O entender.

Ag. Por que te parece assim?

Ev. Por serem três as realidades: o ser, o viver e o entender. É verdade que a pedra existe e o animal vive. Contudo, ao que me parece, a pedra não vive. Nem o animal entende. Entretanto, estou certíssimo de que o ser que entende possui também a existência e a vida. É porque não hesito em dizer: o ser que possui essas três realidades é melhor do que aquele que não possui senão uma ou duas delas. Por que, com efeito, o ser vivo por certo também existe, mas não se segue daí que entenda. Tal é, como penso, a via dos animais. Por outro lado, o que existe não possui necessariamente a vida e a inteligência. Posso afirmar, por exemplo, que um cadáver existe. Ninguém, porém dirá que vive. Ora, o que não vive muito menos entende.

Ag. Então admitimos que dessas três perfeições faltam duas ao cadáver; uma ao animal; e nenhuma ao homem.

Ev. É verdade.

Ag. E admitimos, igualmente, que a melhor das três é a que só o homem possui, juntamente com as duas outras, isto é, a inteligência, que supõe nele o existir e o viver (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro II, cap. 3, § 7).

Para Agostinho, somente por meio do livre-arbítrio seria possível ao homem, ao ser que ao mesmo tempo existe, vive e entende agir bem

voluntariamente. Desse modo, no livre-arbítrio para o autor, incide a condição humana de escolher o bem pela livre ação da vontade e essa escolha ocorreria mediante a ação que procede de uma concepção de educação cristã.

A proposição de Santo Agostinho delineou, portanto, uma compreensão sobre o mundo, sobre o homem, sobre o próprio sofrimento que se estabeleceram como concepção de educação e de vida entre os povos pagãos que estavam sendo cristianizados.

Para ele, a racionalidade conferia ao homem a superioridade sobre os animais – o que implicaria também na responsabilidade de usar bem a razão, pois a razão, ou a inteligência, constituem a excelência humana.

Não é evidente que quanto à força e outras habilidades corporais, o homem é facilmente ultrapassado por certo número de animais? Assim sendo, qual é pois o princípio que constitui a excelência do homem, de modo que animal algum consiga exercer sobre ele sua força, ao passo que o homem exerce seu poder sobre muitos deles? Não será por aquilo que se costuma denominar razão ou inteligência? (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro I, cap. VII, § 16).

Desse modo, para Agostinho, a razão deveria dominar as ações do homem, que ao usá-la passaria a escolher e a definir as ações que poderia ou não praticar.

Ele destacou que o sábio é um exemplo do ser que usa a razão, enquanto o insensato é a expressão daquele que não a usa. O sábio se caracteriza por não ser dominado pela paixão, as suas ações são submetidas ao domínio da mente. “E denomino sábio a quem a verdade manda assim ser chamado. Isto é, aquele cuja vida está pacificada pela total submissão das paixões ao domínio da mente (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro I, cap. VII, § 16)”.

Outra característica do uso da razão é a possibilidade da felicidade. O autor relaciona a sabedoria com a vida feliz e ainda diz que a boa vontade é um meio de se alcançar a sabedoria e, conseqüentemente, a vida feliz.

É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria. Considera agora, se não desejas levar uma vida reta e honesta, ou se não queres ardentemente te tornar sábio. Ou pelo menos, se ousarias negar

que temos a boa vontade, ao querermos essas coisas (AGOSTINHO, *O Livre-arbítrio*, Livro I, cap. XII, § 25).

Destacamos esta questão da virtude e do vício em função da demonstração de como as pessoas reagem diferentemente diante da mesma circunstância. Agostinho propõe uma educação na virtude da mansidão e da paciência mediante as adversidades também em outra de suas obras, *A Trindade*:

O que, a modo de exemplo, dissemos sobre um homem sábio, dotado de corpo mortal, mas já em parte vidente de Deus, pode aplicar-se a uma casa onde haja uma comunidade de pessoas com ele; a uma cidade e mesmo a todo o universo, se o governo e a administração dos assuntos terrenos estiverem confiados a homens sábios, santa e perfeitamente submetidos a Deus. Mas como ainda não acontece, é mister que sejamos provados nesta peregrinação da vida mortal e, mediante as adversidades, sejamos educados na virtude da mansidão e da paciência; e assim possamos ter o pensamento fixo na pátria suprema e celeste, para onde peregrinamos (AGOSTINHO, *A Trindade*, Livro III, capítulo 4, § 9).

Esta educação na adversidade que também é preconizada por Santo Agostinho em *A Cidade de Deus*. A instrução de suportar as adversidades com paciência com vistas à pátria celeste ou pátria superior fora necessária por ocasião da devastação de Roma, quando as vidas dos que se refugiaram nos templos foram preservadas, pois presenciaram posteriormente sofrimentos decorrentes da destruição provocada.

E nesse sentido, Santo Agostinho instruíra por meio de sermões, de seus escritos a que os justos perseverassem com paciência, por meio da qual seria aperfeiçoada a virtude da perseverança, esperando a consolação vindoura. Este ensino proporcionou, em certa medida, condições mínimas de esperança para a convivência com as novas circunstâncias que a conjuntura das incursões nômades impunha aos sobreviventes romanos. Os sobreviventes tiveram, inclusive, a oportunidade de auxiliar outras pessoas. Nesse sentido, Agostinho recorre ao exemplo de Daniel, cujo sofrimento se tornara em consolo para outros.

Segundo Santo Agostinho, as condições para o exercício do livre-arbítrio estavam no ensino. O ensino sobre a boa vontade, em concordância com a formação do cristão, seria a base para se modelar as atitudes do indivíduo.

Agostinho, concebendo a razão como “o princípio que constitui a excelência do homem”, reforçou a responsabilidade humana na escolha de seus atos, na opção por proceder bem ou mal, não isentando o homem da responsabilidade de viver, de maneira que os outros pudessem reconhecer os cristãos.

Segundo Ribeiro:

Nesse diálogo, com base em sua idéia de que quanto mais o indivíduo conhece, mais condições ele tem de fazer boas escolhas, o autor considera que a instrução é um bem. O mal seria a falta da instrução. Portanto, a formação do caráter e da conduta cristã fundamentalmente passa pelo conhecimento clássico, cujo estudo pode contribuir para a compreensão das Sagradas Escrituras. Este seria o centro da aprendizagem e a orientação pedagógica para toda a Idade Média (RIBEIRO, 2009, p. 28).

Nesta perspectiva, uma vez que o controle não era mais estabelecido pelo Estado e sim pelo indivíduo que almejava a cidadania celeste e se pautava nessas orientações para alcançá-la, a discussão sobre o pecado caberia ao homem o exercício do livre-arbítrio.

Esse aspecto do ensino como fator que possibilita a escolha do bem, torna-se relevante para nossa discussão, na medida em que a proposta de ensino em Agostinho consiste em conduzir o outro ao bem pela argumentação e pelo raciocínio. Ele articulou a discussão de modo a convencer seus interlocutores.

Nesse sentido, o ensino, em Agostinho, cumpria uma função social, pois criava condições de convívio e de promoção das virtudes, as quais tornavam as relações sociais possíveis. Para Agostinho, se no ato de instruir se falar sobre o mal seria para ensinar a evitá-lo e não para levar a cometê-lo.

Talvez essa seja a motivação de Agostinho em realizar uma proposta pedagógica. A preocupação, ou o cuidado com o ser humano para que no desenvolvimento de suas relações pudesse utilizar a potência da alma racional para o bem. Essa inquietação moveu as reflexões individuais do autor, bem como suas obras escritas, sejam livros ou cartas, sermões, esse autor sempre instigou seus leitores ou ouvintes ao compromisso com a prática do bem.

3.3 A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática

Assim como Nunes (2001), Marrou (1975) destaca que, cabia à família o dever fundamental de educar cristãmente os filhos. Naquele momento, a família não outorgava esse “dever imprescritível”. Porém, por mais importante que fosse o papel da família, “o essencial da educação religiosa era representado pela iniciação doutrinal que o neófito recebia na Igreja antes de ser batizado (MARROU, 1975, p. 480)”.

Segundo o autor, a formação religiosa não se limitava à preparação para o batismo, ela prosseguia ao longo da vida cristã, como o comprova o lugar prioritário que as leituras e a pregação ocupavam no rito litúrgico (MARROU, 1975).

Para preparar os neófitos, a Igreja, à medida que aumentou o número dos convertidos, desenvolveu um programa de ensino, no qual, por três anos, eles seriam instruídos pelos padres, cabendo ao bispo “o último retoque a esta preparação”, segundo Marrou (1975, p. 481). Pelos discursos catequéticos conservados, o autor deixa sua impressão a respeito do nível de conhecimento dos bispos: “a que notável nível os grandes bispos do século IV haviam elevado o ensino”.

No caso do tratado *De Catechizandis rudibus*, escrito por Santo Agostinho, o autor o considera como “[...] uma teoria de catequese cujo valor propriamente pedagógico iria, por muitos séculos, assegurar-lhe sucesso (MARROU, p. 481)”.

Traduzido como *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, esse tratado foi escrito por Agostinho a pedido do diácono cartaginês Deocrátias, com o seguinte propósito: como atingir o objetivo de formar cristãos, ainda que leigos, conhecedores da doutrina, que, por sua vez, pudessem também ensinar aos candidatos ao catecumenato, ou seja, aos que se iniciavam na fé cristã.

Nessa obra, aparece com clareza sua concepção pedagógica, na medida em que, além de explicitar a Deocrátias como deveria ensinar as pessoas, identifica as questões que deveria levar em consideração para que os ensinamentos cristãos fossem assimilados pelos catecúmenos. Por exemplo, o nível cultural, de conhecimento, de interesse dos ouvintes aprendizes seria um importante elemento para o instrutor dosar o conteúdo a ser ensinado.

Em síntese, a proposta educacional de Agostinho não se restringia a uma persuasão retórica, mas representava um estilo de vida, como destacam Boehner e Gilson (1970).

Para Agostinho, a vida e a doutrina são uma só coisa. Sua doutrina é uma interpretação de sua vida, e sua vida não cessa de nutrir-se nas fontes da doutrina. E assim o pensar agostiniano evolui em contato imediato com a vida. Seu objetivo não é ensinar a pensar, e sim a viver, a viver pensando. É a este contacto direto com a vida real que a ideologia agostiniana deve o seu valor imperecível e a sua influência fecunda e constante sobre o pensamento ocidental, até os nossos dias (p. 140).

Esse modo de viver pensando para Agostinho representava um ensino de vida e de produção do pensar que se tornara fecundo à produção teórica. Nesse sentido nos escritos do autor, encontra-se uma proposta de educação cristã que conduz à condição de viver e de pensar sobre a vida, subsidiado pelas bases que o conhecimento de filosofia lhe legara. “O tipo de cultura legado pelos Padres latinos da Idade Média era, pois, uma sorte de *eloquentia christiana*, isto é, de eloquência entendida no sentido de Cícero, mas em que a Sabedoria cristã substituíra a dos filósofos” (GILSON, 2001, p. 210).

A educação é assumida pelo autor em duplo sentido, o primeiro se refere à educação por palavras e o segundo pelo exemplo. A educação por palavras em Agostinho é pensada em uma perspectiva de uma via de mão dupla. A pessoa que ensina deve conhecer as palavras, o que elas significam para comunicar e, por meio delas, ensinar, mas isso deve conduzir a uma troca de informações, a um diálogo. Quanto ao segundo sentido, o próprio Agostinho, ao colocar sua experiência de vida, tanto por suas ações relatadas, quanto pelos seus sentimentos e comportamentos, foi um exemplo. Podemos dizer que Agostinho viveu como educador, aprendendo e ensinando de maneira que suas palavras e sua vida se complementavam.

Neste capítulo, procuramos destacar alguns aspectos educacionais evidenciados em suas obras, primeiramente para pontuar para o leitor que a proposta pedagógica de Santo Agostinho não se define em um texto específico, mas, como um estilo de vida, um ideal educativo, permeou suas obras e ações.

Convicto de que, pela educação cristã se comunicariam princípios que poderiam resultar em transformações na vida das pessoas, Santo Agostinho se dispôs a ensinar o que aprendeu. Ele o fez, em princípio, ensinando seus amigos que, por conseguinte, deram continuidade ensinando outros. Posteriormente, como bispo, ensinou as pessoas que estavam no âmbito de suas relações sociais, oralmente e por meio de suas obras escritas. Nesse sentido, percebemos a continuidade do comprometimento com o ser humano, com o saber e com o viver condizente com o conhecimento.

Santo Agostinho considerava a educação cristã um bem e, na medida em que seus contemporâneos tivessem acesso a esse bem, poderiam fazer a opção por proceder de acordo com as virtudes e as doutrinas cristãs. Nesse sentido, seu ensino, ao conferir um conhecimento intelectual e religioso, ofereceu a formação que se expressava no comportamento das pessoas.

Finalmente, como um homem culto, situado em um tempo histórico e tendo uma formação engendrada em meio às relações sociais características desse período de transição, Agostinho atuou e escreveu obras que o tornaram partícipe da formação dos homens de sua época, especialmente quanto às questões teóricas da doutrina cristã e a procedimentos éticos e morais.

Na pessoa de Agostinho a filosofia patrística e, quicá, a filosofia cristã como tal, atinge o seu apogeu. É certo que Agostinho não pode ser contado entre os mestres da síntese. Dir-se-ia que o seu espírito, sempre vivo e pujante, empenhado em concitar o homem a decisões éticas e teóricas sempre novas, não comporta sequer a idéia de um sistema. Seja como for, a história no-lo apresenta como a figura que – conjugando, da maneira mais feliz, o ardor púnico ao espírito helênico e à vontade romana – iria ser o pioneiro do pensamento cristão, o preceptor dos povos e o orientador dos séculos. De sua plenitude irão haurir as gerações de todo um milênio, sem jamais conseguir esgotá-la (BOEHNER, GILSON, 1970, p. 139).

Após ter pontuado alguns temas da produção teórica e da proposta pedagógica de Santo Agostinho, nas obras *A Doutrina Cristã*, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática* e *O Livre-arbítrio* iremos, no terceiro capítulo nos dedicamos a alguns temas técnicos específicos de sua proposta de ensino.

4. O ENSINO NA PROPOSTA AGOSTINIANA PARA A FORMAÇÃO DO HOMEM

Tendo como eixo norteador a premissa metodológica de que os projetos de educação e de ensino das diferentes épocas correspondem às diferentes necessidades sociais, no decorrer deste trabalho, procuramos situar Agostinho no universo histórico, intelectual, religioso e familiar de sua época. Ao analisar os aspectos particulares da vida, bem como da formação de Santo Agostinho em face dos aspectos gerais da sociedade, percebemos que algumas questões desse contexto foram abordadas pelo autor e destacadas pela historiografia que o estudou. Pudemos reiterar, com base nesses historiadores, que a ênfase de Agostinho sobre alguns aspectos de sua educação familiar e cultural, bem como o cuidado com que ele se dirigia aos leitores de suas obras relacionavam-se às características peculiares de um período de transição.

Conforme destacamos, nos chamaram a atenção as circunstâncias resultantes das migrações dos nômades e da desagregação política do Império Romano. Nas quais percebemos que sua proposta de educação que contempla muitas questões relativas ao ensino, emergia das necessidades que os tempos e a demanda impunham. O atendimento dessas necessidades somente poderia ser realizado por pessoas que tivessem condições culturais e religiosas para tal. Ao ensinar seus discípulos, Santo Agostinho preparou-os para formar outros; assim, juntamente com a evangelização, o conhecimento e a cultura se difundiam entre os povos nômades e remanescentes romanos.

Um aspecto da vida desse autor que nos incita a refletir é a necessidade que sentiu de se recolher para se dedicar exclusivamente ao estudo e à meditação das Escrituras. Lá ele estudava, meditava, escrevia e compartilhava com seus amigos os resultados de seus esforços. Embora esse recolhimento tenha durado por um período de aproximadamente três anos, entre sua conversão ao cristianismo e o período em que foi aclamado presbítero, conforme o costume, essa experiência permaneceu como um ideal formativo tanto no estilo de vida que levou desde então, quanto em seus preceitos e instruções sobre o ensino. Antes de se converter, Agostinho teve amante, oscilou entre várias filosofias, ou seja, conhecia o mundo e apreendeu em seu tempo as circunstâncias em que vivia o ser humano. Enfim utilizou todo o seu conhecimento

previamente alcançado para esmiuçar sua análise sobre os diferentes temas de que tratou. Ele transmitiu seu conhecimento por meio de seus escritos, livros, cartas, diálogos e sermões, de modo que seu exemplo permaneceu nas Igrejas em que seus discípulos eram os responsáveis, pois esses também tinham a responsabilidade de formar outros cristãos.

Suas reflexões sobre o ensino ultrapassaram o âmbito de uma simples proposição e se tornaram práxis educativa. O próprio autor atuava em uma escola organizada na proximidade da sede episcopal.

Após sua conversão ao cristianismo, Santo Agostinho dedicou-se ao ensino, educando os clérigos em sua residência, proporcionando-lhes o conhecimento e formação religiosa. 'Conta Posídio que Santo Agostinho, quando bispo, educava os clérigos na sua residência, onde eram instruídos e recebiam alimentação e roupa' (NUNES, 1979, p. 108).

Conforme Nunes (1979), os livros desse autor tornaram-se manuais lidos na Idade Média pelos padres, que seguiam suas orientações e seus ensinamentos ao ensinar nas escolas paroquiais.

As escolas paroquiais exerceram essa função formadora, elas funcionavam na igreja matriz da paróquia ou na casa paroquial, com o intuito de preparar os candidatos ao sacerdócio com instrução mínima necessária ao desempenho sacerdotal. A escola episcopal alojava-se na igreja catedral ou na residência do bispo. A igreja tornou-se a única educadora daqueles tempos, pois era a única instituição que tinha condições e meios para educar e instruir (NUNES, 1979, p. 103).

Foi desse ponto de vista que, no segundo capítulo, procuramos identificar as diretrizes gerais da educação cristã que ele defendeu em algumas de suas obras. Para além delas, fomos identificando, no processo de leitura e análise, alguns aspectos de sua proposta que podem ser considerados como elementos educacionais que ultrapassam os limites de uma formação cristã datada e, ultrapassando fronteiras de espaço, de tempo, inclusive fronteiras culturais, permanecem como um legado para outras épocas, especialmente para o pensamento educacional do Ocidente. Nesse sentido, a contribuição de Agostinho permaneceu pela proposição de um ensino que contemplava não somente a

formação ideológica religiosa, mas os conhecimentos produzidos pela humanidade. A proposta de Santo Agostinho era, portanto, uma proposta de erudição por parte daqueles que se dispunham a ensinar e a cristianizar os povos

Seus postulados vigoraram por gerações no período medieval e têm permanecido na cultura ocidental. Em alguns aspectos mais timidamente, em outros mais vividamente.

Entre tantos aspectos, pontuamos que, em sua proposta de formação do cristão, ele valorizou a postura de quem ensina.

O percurso formativo e a vida de dedicação aos estudos proporcionaram a Agostinho a condição de pensar que a formação do cristão passaria pela necessidade do conhecimento de leitura e de escrita. Por isso, ao defender ferrenhamente a necessidade de os cristãos compreenderem as Escrituras, ele identificou os conhecimentos essenciais e os meios a ser utilizados para formar aqueles que formariam outros cristãos.

Por isso, neste capítulo, nosso objetivo é analisar alguns aspectos do ensino valorizados por Santo Agostinho, na expectativa de que despertem novas reflexões, frisando que todos esses conhecimentos, de seu ponto de vista, deviam ser incutidos nos homens para que eles tivessem mais condições de se aproximar do pensamento divino.

4.1 A Adoção do *Trivium* e *Quadrivium*

O primeiro deles é a eleição dos conhecimentos do *Trivium* e do *Quadrivium* como necessários para a compreensão e divulgação das Escrituras.

Para Santo Agostinho, a compreensão das Escrituras pelo estudioso pressupõe o saber ler e escrever e também o conhecimento do *Trivium* e do *Quadrivium*. O *Trivium*, composto pelas disciplinas: gramática, dialética e retórica, é um conjunto de conhecimentos que abrange desde a forma da escrita, o significado das palavras, a lógica do pensamento até ao uso da linguagem que deveria ser escolhida para comunicar e ensinar o que se compreendeu. Esta linguagem, segundo a perspectiva da retórica, obedece a formas de estilo, a métodos para se alcançar o fim desejado – a comunicação, ou seja, o ensino.

Em sua análise dos campos de conhecimento do *Trivium* na educação medieval, Durkheim afirma que:

O *trivium* tinha por objetivo ensinar a própria mente, isto é, as leis às quais obedece ao pensar e expressar seu pensamento, e, reciprocamente, as regras às quais deve sujeitar-se para pensar e expressar-se corretamente. Tal é, com efeito, a meta da gramática, da retórica e da dialética. Esse triplo ensino é, pois, totalmente formal. Manipula unicamente as formas gerais do raciocínio, abstração feita de sua aplicação às coisas, ou com o que é ainda mais formal do que o pensamento, ou seja, a linguagem (DURKHEIM, 1995, p. 52).

As regras da lógica deviam fazer parte da formação do estudioso das Escrituras, não apenas com o objetivo de articular discussões para enganar o adversário, mas para convencer da verdade, que, para Santo Agostinho, era a verdade contida nas Escrituras. Ao discorrer sobre “os conhecimentos relativos não aos sentidos do corpo, mas à razão ou potência intelectual da alma”, ele destaca a ciência do raciocínio (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 32, § 48).

A ciência do raciocínio é de muitíssimo valor para penetrar e resolver toda espécie de dificuldades que se apresentam nos Livros santos. Só se há de evitar o desejo de discussões (*libido rixandi*) e certa ostentação pueril de enganar o adversário (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 32, § 48).

Assim, ele distingue as diferentes formas do raciocínio.

Uma coisa é conhecer as regras do silogismo e outra conhecer a veracidade das sentenças. Pelas primeiras, aprende-se o que é deduzido logicamente, o que é deduzido illogicamente e o que repugna à razão. A dedução lógica é esta: “Se ele é orador, é homem”. A dedução ilógica: “Se ele é homem, é orador”. E a dedução que repugna à razão: “Se ele é homem, é quadrúpede” (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 35, § 52).

As disciplinas do *Trivium*, portanto, constituíam, na perspectiva do autor, um instrumento para se chegar a conclusões lógicas ou ilógicas, verdadeiras ou falsas. Essa forma de raciocínio, esse conhecimento, deveria ser utilizado no exame das Escrituras.

E quando cada um tiver encontrado tudo o que aprendeu de proveitoso em outros livros, descobrirá muito mais abundantemente aí. E o que é mais, o que não aprendeu em nenhuma outra parte, somente encontrará na admirável superioridade e profundidade destas Escrituras. [...]. Bem munido por essa formação e não estando mais paralisado por signos desconhecidos, o leitor manso e humilde de coração, submisso ao jugo de Cristo, carregado com um fardo leve, fundado, enraizado e edificado na caridade, poderá lançar-se ao exame e à discussão dos signos ambíguos das Escrituras, sobre os quais, no próximo livro, eu me preparo a discorrer, conforme o Senhor se dignar me inspirar (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 43, § 63).

Nesse sentido, o *Trivium*, como parte do ensino e da aprendizagem do cristão, tinha a função de formar seu pensamento por meio da ciência do raciocínio e esclarecer os diferentes aspectos da linguagem, os quais lhe abririam a possibilidade de interpretar as escrituras.

Para Santo Agostinho,

[...] a ignorância da natureza das coisas dificultaria a interpretação das expressões figuradas, quando estas se referissem aos animais, pedras, plantas ou outros seres citados freqüentemente nas Escrituras e servindo como objeto de comparações (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 17, § 24).

Segundo ele, para a compreensão eficaz das Escrituras, o estudioso deveria passar, necessariamente, pelo conhecimento das coisas, da ciência do raciocínio e das instituições humanas, dominar os sentidos das palavras e dos signos, conhecer outras línguas, entre outros aspectos importantes do conhecimento.

Dessa maneira, tão importantes como os conteúdos do *Trivium*, são os conhecimentos do *Quadrivium*, que consistem num conjunto de conhecimentos objetivos e abstratos de aritmética, geometria, música e astronomia, os quais também eram úteis, segundo Santo Agostinho, à compreensão das expressões referentes a essas artes utilizadas nas Escrituras como objeto de comparações a fim de alcançar o entendimento das coisas espirituais e, conseqüentemente, a rejeição das ficções supersticiosas.

A astronomia teria como objeto de estudos a ciência dos astros, da natureza e de seu poder. Santo Agostinho alertava, porém, que não se deveria utilizar esse conhecimento para tirar prognóstico de horóscopos, como faziam os genetlúacos, hoje chamados astrólogos. Em lugar de fazer conjecturas exatas para o tempo futuro, calcular o curso dos astros ou da lua, dizer qual a fase dentro de um período passado ou futuro, a astronomia era importante para desvelar o sentido das Escrituras como ciência dos astros criados por Deus. Assim, ele combatia um hábito característico do paganismo.

Quanto à importância da aritmética, Agostinho afirmava que a ignorância dos números impedia a compreensão de expressões figuradas ou simbólicas empregadas nas Escrituras. O mesmo vale para as noções musicais. Segundo ele, tanto a música quanto os números eram colocados em lugar de honra em muitas partes das Escrituras.

A música, nesse contexto, não deveria ser entendida como a arte do canto, mas como a disciplina que estabelecia as relações da música com a aritmética, com a harmonia dos astros e com as leis da acústica.

Segundo Oliveira (2008)

Assim, para santo Agostinho, a leitura, a matemática, a natureza, a música, o conhecimento das línguas e a memória tornam-se condição primeira para a conversão do cristão. O cristão deve ser antes de tudo um ser que consegue entender e interpretar os escritos sagrados pelo conhecimento e não somente pela fé. O cristão também deve entender as relações sociais de cada tempo presente vivido pelos homens, pois são elas que imprimem os signos do conhecimento. É exatamente por isso que o autor chama a atenção para as mudanças que ocorrem de uma dada sociedade para outra (p. 6).

Nesse sentido, para Agostinho, os conhecimentos que compunham as disciplinas do *Quadrivium* eram pré-requisitos à formação do cristão.

Para Durkheim (1995), em sua análise sobre os campos de conhecimento, o *Quadrivium*

[...] era um conjunto de conhecimentos relacionados com as coisas. Seu papel era tornar conhecidas as realidades externas e suas leis, leis dos números, leis do espaço, leis dos astros, leis

dos sons. Assim, as artes que abraçava eram chamadas artes reales ou physica (1995, p. 52).

É importante destacar que se atribuía um sentido alegórico às quatro disciplinas. Procurava-se um significado oculto nos números, nos astros. Desse modo, as disciplinas do *Quadrivium* ofereciam um conjunto de conhecimentos externos, necessários à compreensão das ilustrações ou de expressões figuradas dos Livros Santos.

Um homem fala com tanto maior sabedoria, quanto maior ou menor progresso faz na ciência das santas Escrituras. E eu não me refiro ao progresso que consiste em ler bastante as escrituras ou aprendê-las de cor, mas do progresso que consiste em compreendê-las bem e procurar diligentemente o seu sentido (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro IV, cap. 5, § 7).

Assim, percebemos que a proposição agostiniana para a difusão do cristianismo passaria pelo conhecimento do *Trivium* e do *Quadrivium*, já que, como as Escrituras foram escritas em linguagem humana, era necessário utilizar a ciência das coisas terrenas para explicar os princípios abstratos da religião.

Gilson (2001) destaca a importância com que os Padres e Agostinho, em particular, consideravam a cultura clássica, especialmente as “artes liberais, bastante apropriadas ao uso da verdade e ainda alguns preceitos morais muito úteis (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 41, § 60)”. Elas seriam uma forma de o homem melhor interpretar as sagradas Escrituras.

Para compreender o texto todos os recursos das artes liberais eram requeridos, isto é, toda a erudição enciclopédica de Varrão: história (II, 28); geografia, botânica, zoologia, mineralogia, astronomia (II,29); medicina, agricultura, navegação(II,30); a dialética, tão útil para discutir as questões colocadas pela Escritura (II, 31-35); enfim, a aritmética, com suas diversas aplicações às figuras, aos movimentos e aos sons (II, 38). Mas achar-se em condições de compreender a Escritura não é tudo, é necessário, além disso, saber falar a seu respeito. É aqui que intervém a Retórica, à qual é consagrado todo o livro IV da obra: porque os cristãos podem e devem ensiná-la, quais os deveres de um professor de retórica cristão e como os autores sacros uniram a eloquência à sabedoria. Que satisfação para Agostinho pensar que as Escrituras realizam, assim, o ideal de Cícero! Aliás, ele cita-o expressamente ao descrever o gênero de estilo e de eloquência que convém ao cristão; ele se entrega a uma exegese

em regra de texto do *Orator*, 29, para explicar como, em que sentido o orador cristão pode observar os preceitos aí contidos, e essas discussões não eram, para ele, simples debates acadêmicos, já que, expulsa do fórum e confinada às salas de escola desde Júlio César, a eloquência vinha de reencontrar um público e retomar vida nas igrejas. Ambrósio, Cipriano, Agostinho não reivindicavam a tarefa de conduzir o povo ao bem comum da Cidade terrestre, mas acaso não eram os guias do imenso povo da Cidade celeste em peregrinação até Deus? (GILSON, 2001, p. 209).

Assim, imbricado na cultura clássica, Agostinho fundamenta o corpo teórico que daria a sustentação à compreensão e à difusão da doutrina cristã.

Le Goff (2007) destaca o fato de essa escolha de conteúdos feita por Agostinho ter permanecido até o século XII e XIII, o que, de nossa perspectiva, implica a permanência do conhecimento elaborado na Antiguidade.

Entre as escolhas culturais essenciais que o cristianismo medieval fez, em primeiro lugar, e sobretudo está a das classificações científicas e dos métodos de ensino. Transmitida por um retórico latino cristão do século V, Marciano Capella, a classificação e a prática das artes liberais dominam o ensino medieval. Divididas em dois ciclos, o do *trivium*, ou artes da palavra (gramática, retórica e dialética) e o do *quadrivium*, ou artes dos números (aritmética, geometria, música e astronomia), estas artes recomendadas por Santo Agostinho vão, nos séculos XII e XIII, fornecer o fundamento do ensino universitário na faculdade propedêutica dita faculdade de artes (LE GOFF, 2007, p. 26).

Em *A Doutrina Cristã* fica evidente o papel do conhecimento clássico na formação intelectual dos cristãos, tendo em vista que estes deveriam ensinar outros cristãos, reforçando, assim, o entendimento que continuava motivando o desenvolvimento do trabalho intelectual nas Igrejas, nos mosteiros, nas escolas paroquiais e episcopais.

Nessa corrente, *A Doutrina Cristã* se tornou manual de educação e de ensino para a sociedade medieval, uma vez que nele Agostinho deu nova roupagem às leituras das Escrituras. Diferindo de Tertuliano, por exemplo, que no segundo século, não concordava que os cristãos ensinassem as letras, por considerá-las saber pagão. Nesse aspecto, as orientações agostinianas foram adotadas nas escolas paroquiais e nas dos mosteiros por conter a concepção de educação cristã e por definir o conjunto de disciplinas que deveria ser ensinado.

Os escritos dos padres e dos monges, posteriores ao século V, evidenciam o conhecimento da proposição agostiniana.

Uma vez que Agostinho considerava que o domínio do conhecimento clássico fornecia subsídios para o conhecimento das coisas espirituais e propiciava condições de aprimorar a fé, ele defendia que o homem cristão fizesse uso do pensamento racional, no qual a linguagem tinha papel fundamental. Por isso, em item específico, vamos analisar a importância que ele deu à linguagem, ao conhecimento das línguas e aos sinais como instrumentos de entendimento e comunicação.

4.2 A Importância da Linguagem

Em seu artigo *Agostinho e a Educação Cristã: um olhar da História da Educação*, Oliveira (2008) destaca alguns aspectos elencados por Santo Agostinho para a formação do cristão, entre os quais a linguagem e necessidade do conhecimento da escrita e das letras.

Ao apresentar um roteiro de como se tornar cristão, Agostinho nos brinda com um verdadeiro programa de estudos, necessários, em nosso entender, para qualquer aprendizagem e que independe da época em que o estudo se realiza. O autor destaca a importância da linguagem, do conhecimento da escrita, portanto, das letras, da necessidade do aprendizado do cálculo, de se entender a música, de se conhecer as instituições nas quais e para quais se realizam determinados estudos, de se conhecer a língua na qual o estudo está sendo realizado. Dentro deste aspecto, destaca a precaução necessária em relação às traduções. Do ponto de vista agostiniano, saber a língua no qual o texto foi escrito é condição para o bom entendimento da mensagem contida no mesmo (OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Vários autores destacam que, ao se manifestar a respeito da linguagem, Santo Agostinho levanta questões que ultrapassam sua concepção religiosa, a exemplo da importância que a leitura, o conhecimento de línguas, a precaução com as traduções têm para a obtenção ou produção do conhecimento.

A importância da linguagem decorre do fato de que é esse meio de comunicação humana que faz das Escrituras um modo de aproximação de Deus

para com o homem: pelo que está expresso em suas obras, os homens podem atingir a inteligibilidade de Deus.

Assim, quanto maior for a capacidade das pessoas de usarem a linguagem, melhores suas condições de se apropriar dos sentidos e ensinamentos contidos nos textos bíblicos. Por conseguinte, as conversões ocorrerão de maneira mais consciente. Na verdade, Agostinho apresenta diversos aspectos que julga serem elementos essenciais para se compreender as palavras contidas nas Escrituras. A nosso ver, apresenta, de fato, um roteiro de como se deve proceder para ser cristão. Do seu ponto de vista, a conversão é um processo de aprendizagem. No seu tempo, em geral, não se nascia cristão, mas se tornava, pela aceitação da doutrina (OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Assim, com os recursos da linguagem, como metáforas, alegorias, comparações, diálogos com perguntas e respostas didaticamente organizados, os mestres articulariam os dois conhecimentos, os das ciências e as verdades divinas, levando os discípulos a entender as coisas espirituais. Por meio da linguagem comparativa, o próprio Agostinho trata de temas abstratos estabelecendo relações com outras situações concretas ou com objetos conhecidos pelos seus ouvintes. O próprio Agostinho utiliza muitas comparações no decorrer da sua obra para levar os leitores a entender conceitos complexos e abstratos por meio de assuntos conhecidos.

Em seu livro *A Trindade*, ele explica que, tendo como finalidade levar os homens a entender os princípios divinos: “[...] a Escritura, no seu modo de expressar, acomoda-se aos costumes humanos, pois fala a criaturas humanas (Santo Agostinho, *A Trindade*, Livro I, cap. 12, § 23)”.

Nessa acepção, a linguagem é o principal instrumento de transmissão do conhecimento. Por meio dela, o ensino se efetivaria entre os indivíduos e se difundiria na sociedade.

Em seu *De Magistro*, quando tratou da necessidade de conhecer o significado e o conceito das palavras, o fez com vistas a que elas pudessem ser utilizadas adequadamente no ensino.

Nessa obra, a função da fala é abordada por meio de um diálogo com Adeodato, seu filho, que aos dezesseis anos contribuiu com as idéias que foram registradas. Conforme Agostinho, (*Confissões*, Livro IX, cap. 6, § 14).

Uma das idéias que Agostinho discutiu é a necessidade de se ter claro o que pretende quando se fala, ou seja, o autor discutiu a questão da intencionalidade da linguagem (AGOSTINHO, *De Magistro*), detalhando a significação da palavra e enfatizando a necessidade de pensar no que queremos ensinar quando falamos. Ou seja, de seu ponto de vista, não se trata de ensinar apenas palavras, mas também o que elas significam, o conteúdo que elas transmitem e, por isso, ele discute também a questão dos signos.

Na medida em que a linguagem estabelece a comunicação entre as pessoas, ele considerava que o conhecimento dos signos constituía-se em elemento potencial de aprendizagem. Da mesma forma que a palavra que se profere pode ser percebida pelo ouvido, a palavra escrita apresenta-se como um sinal para os olhos, despertando na mente o que se percebe com os ouvidos.

Segundo Horn (2006), esse aspecto do pensamento era tão inovador, que o autor foi considerado um precursor da concepção semiótica.

Um ponto que se destaca por todo o pensamento agostiniano sobre a filosofia da linguagem é a tese de que palavras representam sinais. Parece residir aqui uma inovação digna de nota, diante dos seus predecessores, razão pela qual repetidamente se afirmou que Agostinho é o patrono de uma concepção semiótica (de teoria dos sinais) da semântica, ou, ainda, da teoria do significado lingüístico (cf. Coseriu, 1969; Eco, 1984 *apud* HORN, 2006, p. 6-7).

Horn (2006) informa ainda que essa definição de linguagem aparece em outras obras de Agostinho anteriores ao *De Magistro*:

Agostinho dispõe de uma série de observações interessantes e modos de visão originais sobre o fenômeno da linguagem. A sua intenção, contudo, não reside no desenvolvimento de uma filosofia sistemática da linguagem. Ao fundo, encontra-se, antes, a sua pretensão teológica de comprovar a presença de uma realidade divina no nosso falar e pensar. Apesar desse interesse de conhecimento incomum, pode-se atestar a Agostinho que a sua ocupação com filosofia da linguagem alcança, nas diferentes fases biográficas, um nível absolutamente respeitável. Possuímos, primeiramente, um tratado juvenil com o título *De dialectica*, que se ocupa com algumas questões de filosofia da linguagem e de teoria dos sinais, e sabemos que existiu um tratado surgido simultaneamente, *De grammatica*, o qual, porém, já cedo se perdeu (HORN, 2006, p. 6).

Segundo Horn, para se entender o que Agostinho pretendia com a definição das palavras como sinais, é necessário considerar uma importante distinção: a palavra como um sinal que representa (substitui) o objeto e como um meio de comunicação, de conhecimento.

Poucos anos depois da sua redação, no escrito *De magistro*, do ano de 389, Agostinho já se apóia muito claramente nessa definição, quando define palavras (verba) como sinais (signa) (2,3). Sem dúvida, para entender corretamente a concepção ali contida, tem-se de diferenciar entre duas funções, nas quais as palavras podem aparecer como sinais (cf. *De magistro*, 2002). (HORN, 2006, p. 7).

Assim, a primeira função estaria relacionada ao campo da semântica:

Por um lado, pode-se ter em vista uma função substitucional (nisto pensamos nós contemporâneos, via de regra): palavras designam algo, na medida em que elas, como sinais, estão por esse algo como que 'a modo de substituição'. Assim a palavra 'mesa' designa o objeto mesa, na medida em que ela, como fonema (sinal sonoro) ou como grafema (sinal escrito), está para uma mesa no mundo das coisas físicas (HORN, 2006, p. 7).

Na segunda, os sinais têm um sentido constitutivo do conhecimento e, segundo o autor, é com essa acepção que Agostinho considera a palavra em suas orientações sobre o ensino.

Por outro lado, palavras podem ser tomadas como sinais num sentido ainda mais geral, a saber, constitutivo do conhecimento. Palavras abrem para nós novos conteúdos de saber, na medida em que formam o veículo de uma exposição, de uma narrativa ou de uma argumentação oral ou escrita. Palavras desvelam à ouvinte ou ao leitor algo novo; elas apresentam a ela ou a ele algo até então não-sabido. É esse segundo significado que Agostinho tem em vista com a sua tese do caráter de sinal das palavras, e não uma teoria de semântica. Palavras são sinais, não primariamente em sentido substitucional-semântico, mas sim em sentido constitutivo do conhecimento (HORN, 2006, p. 7).

Mammì (2000) assinala que Agostinho atribui a existência de signos à necessidade de comunicação entre os homens.

Os signos lingüísticos nascem da impossibilidade de as almas humanas comunicarem-se diretamente entre si, após a queda no pecado; sua função é ensinar conceitos ou transmitir vontades. Em síntese, a linguagem é um instrumento que permite que as almas ajam uma sobre outra (p. 347).

Nesse sentido, na medida em que visava o ensino, era essa a função das palavras que Agostinho usava amplamente. Para ele, sua importância advinha do sentido que elas poderiam transmitir ao ouvinte. Pelas palavras se estabeleceria uma comunicação entre a contemplação individual interior e o outro.

Para Mammi (2000) a comunicação por meio das palavras, em Agostinho, assumiu proeminência na ação de uma alma sobre outra, porque elas contêm a possibilidade de ensinar, de convencer, enfim, de transformar as atitudes pagãs em atitudes cristãs.

Acrescentamos aqui um aspecto destacado por Mammi (2000) no pensamento de Agostinho: sua concepção de que as palavras têm função mnemotécnica de chamar à mente os conteúdos da consciência.

Ao que ensina é primordial ter domínio da palavra para utilizá-la, ou seja, tendo em vista a finalidade básica da linguagem, ensinar pressupõe o uso da palavra com conhecimento do seu significado. Seu uso adequado resulta na compreensão, por parte do destinatário, da mensagem que se quer transmitir; já seu uso indevido implica distorções e equívocos na mensagem, os quais comprometem a eficácia do ensino.

Ressaltando esta questão, podemos pensar que o uso adequado da linguagem é inerente ao livre-arbítrio, uma vez que este possibilita ao ser humano fazer as escolhas apropriadas também no que se refere ao uso das palavras, especialmente quando se ensina.

Diante do fato de que a arte da palavra pode persuadir para o bem ou para o mal, Agostinho fez, em *A Doutrina Cristã*, a seguinte pergunta: “por qual razão as pessoas honestas não poriam seu zelo a adquiri-la em vista de se engajar ao serviço da verdade?”

Assim, Santo Agostinho discutiu o porquê de se utilizar a arte da eloquência por tê-la como relevante na aplicação em persuadir o que considerava como verdadeiro. “Eis o que constitui o talento da palavra ou da eloquência: os princípios e preceitos dessa arte unidos ao empenho engenhoso da linguagem,

especialmente exercitada a realçar a riqueza do vocabulário e do estilo” (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. IV, cap. 3, § 1).

Os jovens, segundo Santo Agostinho, deveriam aprender essa arte em estudos à parte, conforme a disponibilidade que tivessem. Os mais ocupados com o serviço da Igreja poderiam assimilar a eloquência lendo ou estudando os bons oradores nas obras eclesiásticas e principalmente nas Escrituras.

É intrínseco ao ser humano, dotado da razão e da possibilidade de usá-la, distinguir a função das palavras, bem como conhecer o que elas significam. Nesse sentido, Santo Agostinho destacou a superioridade do conhecimento conceitual em relação ao morfológico.

O desconhecimento dos signos próprios, para Santo Agostinho, era um fator que comprometia a compreensão, mas também o era o dos signos figurados, muito utilizados nas Escrituras. “Ora, há duas causas de incompreensão do texto da Escritura. A verdade encontra-se oculta por signos desconhecidos ou por signos de sentido figurado. Com efeito, os signos são ou próprios ou figurados (AGOSTINHO, Livro II, cap. 10, § 15)”. Esses signos figurados consistiam em expressões da vida cotidiana utilizados para o ensino de outra significação. Segundo o autor, para alcançar a compreensão das passagens de sentido alegórico, era necessário, primeiramente, o conhecimento das palavras em seu sentido próprio.

Assim, para conhecer o sentido próprio e figurado das palavras, de forma a aprofundar a compreensão das Escrituras, era necessário ao estudioso latino conhecer o grego e o hebraico, verificando também a validade das traduções.

Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas. Os conhecedores da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas Escrituras, de duas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhes permitirão recorrer aos exemplares mais antigos, no caso em que há infinita variedade de traduções latinas. Lhes traga alguma dúvida (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 11, § 16).

O contato com os textos originais permite verificar que a mesma palavra pode ter significados diferentes nos distintos idiomas. Esse desconhecimento prejudicaria a compreensão do sentido originalmente proposto.

Por isso, ele aponta as vantagens do estudo comparativo das diversas traduções latinas, o que também poderia auxiliar a compreensão dos textos sagrados: “A diversidade de traduções, contudo, tem sido mais ajuda do que obstáculo à compreensão do texto, isso ao se tratar de leitores não negligentes. De fato, o exame de muitos códices, com frequência esclarece certas frases obscuras (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 12, § 17)”.

Além dessas questões teóricas a respeito da linguagem, o autor descreve várias estratégias de retórica, que poderiam ser utilizadas no ensino cristão. Nesse sentido, a conversão de Agostinho proporcionou-lhe um imenso campo de trabalho. Os conhecimentos que trouxe do passado, dos critérios que os antigos haviam produzido foram direcionados para a formação de indivíduos, os quais não apenas fariam parte da sociedade que principiava a se formar, mas se tornariam seus dirigentes. E o fizeram fundamentados na educação cristã e no conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

As normas que ele elaborou para orientar o estudioso das Escrituras na compreensão da mensagem cristã tornaram-se profícuas naquela sociedade que carecia de ser instruída nas letras, na fé e na civilização. Tratava-se de auxiliar os que sabiam menos a compreender as Escrituras e ensiná-las.

4.3 Estratégias didáticas

Santo Agostinho discutiu a validade didática e racional do recurso de se ensinar por meio de perguntas e respostas. Para ele, o simples fato de se falar e comunicar com alguém já é uma forma de ensino; ou seja, mesmo quando perguntamos, queremos ensinar.

Agostinho

– Que te parece que pretendemos quando falamos?

Adeodato

– Pelo que de momento me ocorre, ou ensinar ou aprender.

Agostinho

– Vejo uma dessas duas coisas e concordo; com efeito, é evidente que quando falamos queremos ensinar; porém, como aprender?

Adeodato

– Mas, então, de que maneira pensas que se possa aprender, senão perguntando?

Agostinho

– Ainda nesse caso, creio que só uma coisa queremos: ensinar. Pois, dize-me, interrogas por outro motivo a não ser para ensinar o que queres àquele a quem perguntas?

Adeodato

– Dizes a verdade.

Agostinho

Vês, portanto, que com o falar não nos propomos senão a ensinar. [...] (AGOSTINHO, *De Magistro*, cap. I).

A técnica do diálogo é uma forma de provocar uma relação entre quem ensina e quem aprende. Ao final, depois das disputas verbais, entendidas como um treinamento da mente, é possível retirar do diálogo as conclusões a respeito do tema discutido.

Não se discutem inutilmente estas questões. Assim, para responder àquele que interroga, devemos dirigir a mente, depois de percebermos os sinais, às coisas que significam.

Agostinho

– Sem dúvida resumiste bastante bem tudo o que eu queria, e confesso-te que todas estas distinções me parecem mais claras agora do que quando indagando e disputando, ambos as tirávamos não sei de que esconderijos. Porém, aonde eu deseje chegar contigo por meio de tantas voltas e rodeios é difícil dizer neste momento. Talvez penses que ou nos divertimos ou afastamos a mente das coisas sérias com questõezinhas pueris, procurando quando muito, uma utilidade qualquer, pequena e medíocre que seja, pois, se destas discussões tivesse de sair algo de grande ou de importante, gostarias de sabê-lo já, ou, ao menos, ouvir disto um aceno. Eu, porém, desejaria, antes de mais nada, que não julgasses que quis, com esta conversação, fazer uma brincadeira inoportuna: embora às vezes brincássemos, a minha brincadeira jamais poderá ser considerada infantil e eu nunca pensei em bens pequenos e medíocres. No entanto, se te dissesse que é precisamente a vida bem-aventurada e sempiterna o lugar aonde, sob a guia de Deus, isto é, da própria verdade, pretendia chegar com passos de certa maneira ajustados ao nosso passo mal firme, teria medo de parecer ridículo por haver começado percorrendo caminho tão longo, não em consideração às próprias coisas que são significadas, mas aos sinais. Espero que me perdoes, portanto, se quis fazer contigo uma espécie de prelúdio, não para brincar, e sim para treinar as forças e a agudeza da mente, graças às quais possamos depois não só suportar, senão ainda amar a luz e o calor daquela região onde se encontra a vida bem-aventurada (AGOSTINHO, *De Magistro*, cap. VIII).

O aspecto que Agostinho destaca no excerto acima, nos permite inferir que, segundo o autor, o diálogo elucida as questões debatidas, treina a mente,

produzindo o conhecimento e isso ficou expresso na síntese feita por Adeodato e destacado por Agostinho.

Aprender, para Santo Agostinho, era uma forma de se aproximar da sabedoria que, para ele, é Deus. E nisto consiste a função da retórica, que implica o conhecimento da linguagem, do sentido próprio e figurado das palavras, dos signos.

Outro aspecto de suas reflexões sobre o ensino foi destacado por Mammi (2000): sua maneira diferenciada de fazer a leitura. Nesse caso, ele seguiu o exemplo de Ambrósio, bispo conhecedor das Escrituras e que, conforme relato do próprio Agostinho, podia ser contemplado em períodos de leitura concentrada, silenciosa.

Ao ler, corria os olhos pelas páginas: a mente penetrava o significado, enquanto a voz e a boca se calavam. Muitas vezes, ao entrarmos (pois a ninguém era proibido o ingresso nem precisava anunciar-se), o víamos lendo, sempre em silêncio (quem ousaria perturbar tão intensa concentração?) e depois nos afastávamos, pensando que, durante o pouco tempo que lhe restava para restabelecer a mente, livre de problemas alheios, não quisesse ser distraído por outras coisas. Talvez evitasse ler em voz alta, para não ser obrigado por algum ouvinte curioso e atento a explicar alguma passagem difícil do autor, ou a discutir alguma questão por demais complexa. Empregando o tempo desse modo, não poderia ler tanto quanto desejaria. Talvez, lendo baixo, também quisesse apenas poupar a voz, que se enfraquecia facilmente. Qualquer que fosse sua intenção, não podia deixar de ser boa, em se tratando de homem como ele (AGOSTINHO, *Confissões*, livro VI, cap. 3).

Na rotina da vida do estudioso das escrituras, ele coloca a necessidade de hábitos de leitura e de estudos, bem como da disciplina individual

Com imensa obra escrita, Agostinho lamenta a disparidade que percebia entre a mensagem contemplada interiormente e a proferida em palavras. Para ele a mensagem apreciada interiormente era mais agradável, já a proferida em palavras, por serem mais lentas, parecia-lhe inferior: “entristeço-me de que minha língua não baste ao meu coração (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. II, § 3)”.

Agostinho tem a postura de quem aprende e ensina, assim, aprender com Ambrósio tornou-se algo mais que um aprendizado por palavras. De modo que nem as palavras nem o exemplo poderiam ser dispensados.

À proposta de evangelização em Santo Agostinho era inerente a um trabalho de alfabetização. Sua idéia de disseminar o conhecimento das Escrituras pressupunha o ensino de leitura e escrita que, conforme mencionamos, seria conduzido nas escolas paroquiais.

Nessas escolas, que adotaram os preceitos agostinianos, juntamente com ensino de leitura e de escrita, preservava-se o conhecimento e ensinavam-se os fundamentos do cristianismo.

O leitor que faz a leitura a ouvintes conhecedores das letras, sem dúvida, exprime o que sabe. O professor que ensina o alfabeto, por sua vez, faz com que outros aprendam a ler [...]. Assim acontece com as santas Escrituras. Quem possui o entendimento faz o papel de leitor junto aos que as conhecem. E quem dá as normas para as entender é semelhante ao professor que ensina o alfabeto, isto é, ensina a ler. Assim como quem aprendeu a ler, ao encontrar um livro não precisa de um leitor para entender o que está escrito, igualmente acontecerá com os que receberem as normas que intencionamos entregar. [...] observando as normas que lhes servirão como as letras do alfabeto, não precisarão de alguém para lhes descobrir o que estiver oculto (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Prólogo, § 9).

O autor compara as instruções para a interpretação das Escrituras aos passos da alfabetização: uma vez alfabetizada, a pessoa alcança autonomia e não depende mais de um leitor. Desse modo, o conhecimento das normas produziria a autonomia para a leitura das Escrituras e de outros escritos cristãos.

No manual dos catecúmenos, o autor coloca a questão da eficácia da preleção. Pensando no receptor da mensagem, o texto contém instruções sobre a forma de expor a mensagem e sobre a seleção das partes mais relevantes e das que se poderia tratar sumariamente:

A narração é completa quando o catecúmeno é instruído a partir do início da Escritura – *No princípio Deus criou o céu e a terra* – até os tempos atuais da Igreja.

Nem por isso, entretanto, devemos recitar de memória (ainda que os tenhamos aprendido palavra por palavra) todo o *Pentateuco*, os livros dos *Juízes*, dos *Reis* e de *Esdras*, todo o *Evangelho* e os

Atos dos Apóstolos. Nem desenvolver e explicar, narrando-o com nossas palavras, tudo o que se contém nesses volumes: Nem o tempo o comporta, nem o reclama qualquer necessidade. Tomemos tudo sumaria e globalmente, escolhendo nesses artigos os fatos mais admiráveis, que se ouvem com maior prazer, para apresentá-los como em pergaminhos, desenrolando-os e explicando-os lentamente: não convém subtraí-los imediatamente à vista e sim oferecê-los ao exame e admiração do espírito dos ouvintes. Quanto ao resto, deve ser percorrido rapidamente e inserido no contexto. Dessa forma, os aspectos que sobretudo queremos mostrar ressaltam da pouca elevação dos outros; e aquele que desejamos estimular com a narração não chega cansado a esses aspectos, nem se lhe confunde a memória. (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. III, § 5).

Nessa passagem, Agostinho se refere à opção entre uma preleção mais longa ou mais curta. Quando a opção for pela completa, a estratégia é não delongar em detalhes, de forma a não se perder o objetivo da comunicação.

Seria necessário comunicá-la de modo que o ouvinte a compreendesse e se mantivesse atento por meio dos relatos que chamassem mais a atenção.

Como o objetivo era ensinar, cooptar adeptos, a mensagem deveria contemplar as condições de boa memorização pelo ouvinte, inteligibilidade, não delongar demais em detalhes secundários. Esses critérios demonstrariam consideração para com o ouvinte.

Outra estratégia didática proposta por Agostinho, como já mencionado anteriormente, é a das comparações entre as questões abstratas e as questões concretas do cotidiano. No exemplo seguinte, ele se utiliza dessa estratégia ao comparar o trabalho do pregador com o do agricultor.

Ainda que, Santo Agostinho atribua a Deus o ato de criar ocultamente as coisas visíveis, ao citar o exemplo da agricultura, que requer o cultivo pela ação do homem para que a terra produza, ele inseriu uma questão: a da necessidade da ação humana para o ensino das escrituras.

O apóstolo Paulo, distinguindo a ação de Deus, que intrinsecamente cria e produz, do trabalho das criaturas que atuam extrinsecamente, assim afirma, servindo-se da atividade agrícola como comparação: Eu plantei, Apolo regou, mas era Deus quem fazia crescer (1 Cor 3, 6). Portanto, como na vida somente Deus pode elevar nossa alma pela justificação, enquanto no exterior os homens podem pregar o evangelho – e não somente os bons por meio da verdade, mas também os maus

ocasionalmente (Fl 1, 18) – assim é Deus quem cria ocultamente as coisas visíveis. E assim como se utiliza da agricultura para que a terra produza, Deus, na natureza das coisas por ele criadas, vale-se das atividades exteriores dos bons ou dos maus, dos anjos ou dos homens, de acordo com a sua vontade e as diferentes energias e utilidades por ele distribuídas (AGOSTINHO, *A Trindade*, Livro III, cap. 8, § 14).

Assim, sua proposta contempla a necessidade de, para tratar de questões complexas, se estabelecer comparações com assuntos conhecidos pelo povo. Assim, por meio dos recursos da linguagem, se criariam as condições para a compreensão das Escrituras pela razão.

Separando as ações, nas quais um anunciaria, outro pregaria, outro ensinaria, mesmo entendendo que o crescimento vem de Deus, Santo Agostinho não diminuiu a importância da ação humana, do compromisso humano com as verdades divinas. Ou seja, na concepção de ensino agostiniana, a ação humana assume caráter relevante.

No manual do catecúmeno, escrito na forma de uma carta, Agostinho abordou a postura do mestre em relação ao ato de ensinar. Discorreu sobre as causas do enfado, ele sugeriu meios para que a instrução fosse realizada com entusiasmo e alegria por parte do mestre. Da mesma forma, o compromisso daquele que aprende apareceria em suas atitudes para com o aprendizado.

Nas orientações a Deocrátias aparece primeiramente a questão da motivação de quem ensina. Agostinho destacou a importância de ensinar com prazer, pois isso além de favorecer a transmissão da mensagem, propiciaria o entusiasmo por parte do ouvinte. Nesse âmbito, além do cuidado com o conteúdo da mensagem, Agostinho atribuiu outros fatores, como sejam: entusiasmo, alegria e prazer na comunicação de uma mensagem. Esses atributos, portanto, eram de responsabilidade de quem ensina.

O fato é que somos ouvidos com maior prazer quando a nós mesmos nos agrada o nosso trabalho: o fio da nossa elocução é tocado pela nossa alegria e desenrola-se mais fácil e mais inteligível. Assim, não é difícil prescrever os limites da narração daquilo que se deve ensinar para que seja aceito como verdade: a narração há de ser variada – às vezes mais breve, outras mais longa, sempre porém completa e perfeita. Também não é difícil ensinar quando se deve lançar mão de relatos mais curtos ou mais longos. A grande preocupação reside na maneira de narrar,

para que aquele que catequiza, quem quer que seja, o faça com alegria: tanto mais agradável será a narração, quanto mais puder alegrar-se o catequista. (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. II, § 4).

Outro princípio abordado é o da clareza da mensagem, a qual poderia ser mais breve ou mais longa, de acordo com as circunstâncias.

A alegria é considerada essencial porque, cativando o ouvinte, superaria em muito o método de aplicar os castigos. Como já vimos, esse método é criticado pelo autor.

O preceito é claro: quanto mais não amará Deus àquele que *dá com alegria* riquezas espirituais, se ama o que dá riquezas materiais? Só que a presença dessa alegria no momento exato pertence à misericórdia daquele que a ensina... (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. II, § 4).

Nesse texto, o autor discorre longamente sobre as causas do enfado, bem como sobre seus remédios. Consideramos interessantes abordá-los nessa discussão sobre a alegria como uma estratégia de ensino.

A primeira causa de enfado é a disparidade da contemplação comparada à lentidão das palavras.

Entediamo-nos, como afirmei, porque nos encanta o que em silêncio vemos claramente com o nosso espírito e não queremos ser afastados para o ruído muito diferente das palavras! Ou porque mesmo quando a palestra é encantadora, mais nos agrada ouvir ou ler melhores, expostas sem preocupação ou inquietação nossa. Aborrece-nos harmonizar, para a sensibilidade alheia, palavras improvisadas, sem saber se correspondem exatamente às idéias ou se são recebidas com proveito. (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. X, § 14).

Sem dúvida a compreensão de quem ensina é maior, daí a necessidade de planejar como ensinar ao outro os rudimentos. Assim, diante da insatisfação que porventura possa ser gerada pela disparidade entre o prazer da leitura e da contemplação e a preocupação com a articulação de um discurso inteligível ao outro que ainda deva ser iniciado nas instruções, Agostinho apontou um “remédio” que deveria ser tomado: o exemplo do amor de Cristo, que se fez *fraco como os*

fracos, a fim de ganhar os fracos. Desse modo o amor para com os iniciados e a satisfação de vê-los aprendendo é que superaria aquela insatisfação.

Seria necessário dedicar-se ao ensino do neófito e vencer o tédio que poderia ser causado por essa disparidade entre a apreciação a leitura ou o prazer da contemplação de uma preleção de outrem.

Quanto à leitura que nos agrada e à audição de uma expressão melhor do pensamento, é verdade que, porque as preferimos ao comentário que devemos apresentar, falamos com preguiça ou tédio; mas também é verdade que, graças à elas, experimentaremos após o trabalho maior entusiasmo e alegria maior. Com mais confiança pediremos a Deus que nos fale como queremos, se aceitarmos de bom grado que fale através de nós como podemos... Por onde se vê *que todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus.* (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XI, § 16)

A segunda causa de enfado que Agostinho elencou para o que ensina, era o fato de repetir as mesmas histórias. Para esse o remédio, ainda fundamentado no amor é adaptar a linguagem das histórias aos ouvintes.

Ora, se realmente nos desagrada repetir muitas vezes estórias comuns e próprias para crianças, adaptemo-las aos nossos ouvintes com amor fraterno, paterno e materno e, unidos a eles pelo coração, também a nós nos parecerão novas. Tão poderoso é o sentimento da simpatia que, no momento em que eles são impressionados por nós – que falamos, e nós por eles – que aprendem *habitamos uns nos outros*. Assim, tanto eles como que *dizem em nós* o que houve, como nós, de certo modo, *aprendemos neles* o que ensinamos. [...]. E tanto mais se renovará quanto mais forem nossos amigos: porque, pelo vínculo do amor, tanto quanto *estamos neles*, assim se tornam novas para nós as coisas que foram velhas (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XII, § 17).

Dessa maneira, incentivado pela interação entre o que ensina e o que aprende a experiência com cada aluno ou grupo assumiria um significado diferente e nisso consistiria a novidade.

A terceira causa de enfado, enumerada por Agostinho era a constatação de que a falta de interação do ouvinte se constituía em condição desmotivadora para quem transmite a mensagem. “É realmente difícil continuar falando até o fim

proposto, quando não vemos comover-se o ouvinte! (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XIII, § 18)".

Para mobilizar o ouvinte, seria necessário analisar as causas dessa apatia, se:

Constrangido pelo temor da religião, ou contido pelo respeito humano, receia talvez demonstrar, pela voz ou por qualquer movimento do corpo, a sua aprovação. Ou não entende – ou despreza! – o que se lhe diz. Seu espírito é indistinto para nós e não podemos examiná-lo; devemos, pois, tudo tentar pela palavra: tudo o que posso despertá-lo e como que arrancá-lo do seu refúgio (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XIII, § 18).

Caberia a quem ensina, segundo Agostinho, animar ao ouvinte, para então prosseguir falando pormenorizadamente e claramente, ou refutando uma opinião contrária, ou ainda resumidamente, conforme a necessidade e o momento requeresse.

A quarta causa dessa apatia, aventada pelo autor, seria o cansaço físico por parte dos ouvintes e para isso, propôs que desde o principio ouvissem sentados, pois em algumas igrejas já se introduzia esse hábito.

A quinta causa do enfado para o que fala aos catecúmenos consistia em pensar que outra atividade seria mais importante e estava sendo negligenciada, mas mesmo assim Agostinho desafiou ao que ensina a realizar a instrução dos novos e ainda que deveria realizá-la pela piedade e caridade, uma vez que não cabe àquele que fala saber os méritos daqueles por quem trabalha. De qualquer modo, seria necessária a organização das atividades, sem, no entanto, negligenciar essa instrução. (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XIV, § 20).

A sexta causa elencada era a possibilidade de que um escândalo entristecesse ou desmotivasse ao que ensina, no entanto, Agostinho chama a atenção para que o fato de que pelos pecados de outros não se desistisse de seguir a Cristo ou até mesmo de permanecer na Igreja (AGOSTINHO, *A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática*, cap. XIV, § 21).

Agostinho prosseguiu seguindo desenvolvendo um modelo de exposição catequética. Ele ressaltou, porém as possíveis diferenças entre um texto escrito

pensando em um futuro leitor e o dinamismo de um diálogo, ou até a diferença entre falar a um pequeno ou grande grupo, a cultos ou incultos.

Destarte, Agostinho deixa seu tesouro: os estímulos que considerou essenciais àqueles que empreenderiam o ensino dos novos, bem como os modelos de instrução. Desse modo, não apenas Deocrátias foi contemplado, mas seus princípios se constituíram em modelos que contém a riqueza do clássico, na medida em que trata do gênero humano e continuam ensinando.

As questões abordadas como causas do enfado, bem como os remédios que Agostinho enumerou nessa obra ainda se constituem em desafios àqueles que ensinam, por se tratarem de questões que permeiam o ato de ensinar.

Outro aspecto contido nas orientações de Agostinho sobre as formas de ensinar é o papel que ele atribui à memória, seja por parte de quem ensina, seja por parte de quem aprende; seja como uma capacidade humana de armazenar conhecimentos para utilizá-los em determinados momentos, seja como técnica de ensino e de aprendizagem, mais conhecida como memorização. Para discutir essa questão, englobaremos essas diferentes formas de analisar o tema sob o título genérico de memória.

4.3.1 Memória

Agostinha preparava os sermões de modo a viabilizar a memorização por parte dos ouvintes, mas também se dedicava a discutir teoricamente esse aspecto da mente humana.

Lauand (1998) define a memória para Agostinho como a origem do pensar e do querer. Ela seria a base de todo o relacionamento do ser humano com a realidade, estabelecendo a possibilidade de compreender, de querer e de recordar.

Nesse sentido, memória, como capacidade, era também um recurso para quem ensinava e para quem aprendia.

Ao contrário da pedagogia atual, que não valoriza e até chega a desprezar a memória, Agostinho e todos os grandes medievais sabiam reconhecê-la como o tesouro por excelência, como um precioso dom de Deus. A memória, muito mais do que a mera

faculdade natural de 'lembrar-se' ou o exercício de habilidades mnemônicas, era vista como a base de todo o relacionamento humano com a realidade. 'A memória é, para S. Agostinho, a primeira realidade do espírito, a partir da qual se originam o pensar e o querer; e assim constitui uma imagem de Deus Pai, de quem procedem o Verbo e o Espírito Santo' (LAUAND,1998, p. 10-11).

Em uma passagem de *A Trindade*, Agostinho analisou a relação de unidade entre memória, inteligência e vontade.

Pois, eu me lembro de que tenho memória, inteligência e vontade; compreendo que entendo, quero e recordo; quero querer, lembrar-me e entender; e me lembro ao mesmo tempo de que toda minha memória, minha inteligência e minha vontade, toda inteira. O que não me lembro de minha memória não está em minha memória. Nada, porém, existe tão presente na memória como a própria memória. Portanto, recordo-me dela em sua totalidade (AGOSTINHO, *A Trindade*, Livro X, cap. 11, § 18).

Considerando a relação de reciprocidade entre essas três instâncias do pensamento, ele faz uma reflexão sobre a memória como capacidade inerente ao ser humano e concluiu com a idéia de unidade do ser pela integração dessas três capacidades.

Minha vontade abrange também toda minha inteligência e toda minha memória, quando uso do que entendo ou recordo. Concluindo: como todas e cada uma das faculdades se contêm reciprocamente, existe igualdade entre cada uma e cada uma das outras, e cada uma com todas juntas em sua totalidade. E as três formam uma só unidade: uma só vida, uma só alma e uma só substância. (AGOSTINHO, *A Trindade*, Livro X, cap. 11, § 18).

Com base nessas questões teóricas, em que a memória e sua utilização também aparece como uma questão relacionada ao livre-arbítrio, ele afirma que o compromisso de quem ensina é buscar na memória o que ensinar.

Esse aspecto do ensino e da memória merece ser destacado, pois Agostinho fez a defesa da necessidade do ensino para se compreender as Escrituras, para articular a mensagem a ser proferida, bem como da necessidade da mesma para aqueles que ouviam o pregador, para estes a função de aprender, de assimilar

A primeira observação a ser feita quanto a essa busca e empresa é, como já dissemos, tomar conhecimento dos livros Santos. Se, a princípio, não se conseguir aprender o sentido todo, pelo menos fazer a leitura e confiar à memória as santas palavras. De toda forma, nunca ignorar por completo os Livros sagrados (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Liv. II, cap. 9, § 14).

Assim, a memória seria relevante na construção do conhecimento das Escrituras, já que, na ausência de uma compreensão profunda de seu sentido, seria necessário confiar à memória as palavras das Escrituras.

Consideramos a análise de Oliveira (2007) e as considerações de Lauand (1998) sobre a atitude das pessoas diante dos sermões para compreendermos essa repercussão social que tiveram, especialmente pela memorização.

Em virtude da cultura letrada dos clérigos, os sermões de Agostinho, que eram preparados por escrito antes de ser proferidos, continham passagens históricas das Escrituras e revelavam seu domínio de retórica, de lógica, do conhecimento do contexto histórico e social.

Lauand (1998), na introdução a *Dois sermões de Agostinho* (trata-se de uma obra que contém dois sermões traduzidos por esse autor), faz referência à importância que a sociedade atribuía aos sermões na época em que Santo Agostinho os escreveu e os proferiu. O autor chama a atenção para o fato de que o sermão não só complementava o rito litúrgico na Igreja, mas era esperado pelos fiéis que o ouviam em pé, com atenção. Vejamos o significado que era atribuído pelo povo aos sermões.

De qualquer forma, os assuntos doutrinários e teológicos continham para aqueles ouvintes um significado único. Não eram vistos como uma coisa acessória ao cotidiano mas como algo vívido e vivido, de profundo alcance existencial. Só levando em conta este vínculo entre religião e vida é possível compreender o impacto educacional que a homilética de então provocava. O último camponês analfabeto e o trabalhador mais rústico podiam estar destituídos de tudo. Tinham, porém, uma riqueza inalienável: a de encontrar na Igreja (e na igreja) a abertura da alma para a grandiosidade, tanto arquitetônica e plástica como a da inteligência e a da palavra (LAUAND, 1998, p. 8-9).

Reunir-se para ouvir os sermões de Agostinho era um evento importante para o povo. Essa prática propiciou às pessoas aprender a ouvir os sermões, cujo conteúdo e estilo desafiavam os ouvintes a exercitar as virtudes abordadas.

Como um elemento fundante da aprendizagem, pois, pela memória, criam-se os hábitos de comportamento, essa capacidade humana foi valorizada em diferentes tempos históricos. No ato de lembrar, o indivíduo lembra-se como se deve comportar. Nesse sentido, a memória na Idade Média constitui-se a condição de se fazer sujeito.

A síntese entre espontaneidade e domínio da arte retórica numa linguagem compreensível para o povo simples e o arrebatamento de coração causado pela Sagrada Escritura numa alma sensível e aguda como a de Agostinho explicam o fascínio que seus sermões exerciam sobre seus ouvintes e que também nós, leitores de hoje, podemos experimentar (LAUAND, 1998, p. 13-14).

A função do sermão ultrapassava o seu aspecto puramente religioso. Propiciava, também, o desenvolvimento do pensamento abstrato e das funções cognitivas dos ouvintes. Memorizar os seus preceitos, por seu turno, era uma forma de desenvolver uma capacidade mental, já que as instruções, por meio da recordação, poderiam ser colocadas em prática. Assim, essa comunicação oral exercia função educativa e intelectual.

Em um período em que a comunicação oral assumiu uma função significativa para os ouvintes, a utilização do recurso da memória tornou-se instrumento fundamental à aprendizagem, na medida em que as pessoas, além de memorizar, deveriam se lembrar do que aprendiam para sua prática cotidiana.

Lauand (1998) afirma ainda que “a memória era o principal instrumento de quem aprendia, e muitos sabiam de cor os sermões de Agostinho!” Tal é a importância da memória na vida das pessoas, no aprendizado, que proporciona uma prática pela recordação.

Para que essas profundas idéias sobrevivam na mente de seu rebanho e lhe sirvam como alimento espiritual, Agostinho oferece ao povo fórmulas-resumo rimadas/ritmadas que se tornam um

gancho de memória entre a pregação que se ouviu hoje e a realidade que se enfrentará amanhã (LAUAND, 1998, p. 13).

Percebemos nesse excerto que ouvir os sermões de Santo Agostinho constituía um exercício de memorização e ele tinha uma forma particular de explorar essa capacidade de seus ouvintes. Segundo Lauand (1998), Santo Agostinho colocava o estilo a serviço da transmissão de sua mensagem. Ele pregava biblicamente, articulava os textos históricos, os personagens das Escrituras com a situações da vida e com os princípios que queria ensinar.

Nessa tarefa educadora, Agostinho sabia que a beleza era fundamental, não só pelo valor que possui em si mesma mas também porque mantém o ouvinte atento e atua sobre a sua memória. Mestre do ritmo, da rima e dos jogos de linguagem antes mesmo de converter-se ao cristianismo, Agostinho valeu-se depois de todo o seu arsenal retórico nos sermões. No sermão 265A, sobre a ascensão do Senhor, começa com estas engenhosas e belas oposições rimadas, dificilmente traduzíveis (LAUAND, 1998, p. 12, 13):

Hoje brilhou o dia solene e santo da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo: exultemos e alegremo-nos nele.

Christus descendit, inferi patuerunt.

Christus ascendit, superna claruerunt.

Christus in ligno, insultent furentes.

Christus in sepulcro, mentiantur custodientes.

Christus in inferno, visitentur quiescentes.

Christus in caelo, credant omnes gentes.

(Cristo desceu, os infernos se abrem; Cristo ascendeu, os céus se glorificam; Cristo na cruz, insultam-no os furiosos; Cristo no sepulcro, mentem os guardas; Cristo nos infernos, sejam visitados os que repousam; Cristo no Céu, creiam todos os povos)

(AGOSTINHO, sermão 265 A, *apud* LAUAND, 1998, p. 12, 13).

Os sermões eram proferidos pelos padres com perceptível intenção educativa e apreciados pelos ouvintes. Assim, a memorização se efetivava por meio da prática de comunicação oral que também difundia o conhecimento, a cultura latina, além dos princípios do cristianismo.

Para Agostinho “[...] querer desviar o olhar da alma de um conteúdo da memória é o mesmo que não pensar” (AGOSTINHO, *A Trindade*, Livro XI, cap. 8, § 15).

Relacionada à questão da memória está a da importância que Agostinho atribui à história, assunto do próximo item.

4.3.2 História

O conhecimento da história era apresentado por Agostinho como uma forma de retomar princípios e conceitos e ensinar aos homens como agir diante das circunstâncias. Para Santo Agostinho,

[...] todos os informes que a ciência chamada história nos oferece sobre o sucedido nos tempos passados nos são de grande ajuda para compreendermos os Livros santos, ainda quando forem aprendidos fora da Igreja, em vã erudição (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 29, § 42).

A história, portanto, mesmo que não fosse aprendida como parte da formação cristã, constituía um instrumento para a formação da memória e da identidade do indivíduo na contemplação das Escrituras.

O conhecimento e os argumentos históricos permeiam as obras e os discursos de Agostinho. Com base no conhecimento histórico que ele tinha, pode articular suas análises e seus argumentos nessa perspectiva.

Outro aspecto que Santo Agostinho destaca são as instituições humanas, que, para ele, se referem ao conhecimento histórico e literário produzido pela humanidade. A primeira vista, poderíamos pensar no acesso restrito a essas obras. No entanto, elas não foram desprezadas, antes se tornaram em fundamentos teóricos para os cristãos chegarem a uma compreensão mais aprofundada do ensino contido nas Escrituras. Deveriam, inclusive, segundo o autor, ser aprendidas de memória.

Toda essa parte de instituições humanas que são convenientes para as necessidades da vida, os cristãos não têm razão nenhuma para evitá-la. Eles devem, bem ao contrário, à medida de suas precisões, dedicar-se a seu cumprimento e aprende-las de memória (AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro II, cap. 26, § 40).

Finalmente, devemos considerar a consciência desse autor em relação ao seu tempo histórico. Várias são suas referências a fatos históricos, quando se tratava de se posicionar diante dos problemas e buscar explicações e soluções

para eles. Por esse meio, ele se contrapunha àquelas explicações que considerava insuficientes para responder aos problemas enfrentados naquele período de transição.

Recorrer à história produzia condições de apreensão de princípios e valores que deveriam permanecer e daqueles que deveriam ser transformados por hábitos fundamentados na proposição cristã que confrontava os costumes pagãos.

Ao estabelecer a relação com o conhecimento do passado, entendemos que Santo Agostinho ofereceu parâmetros para situar historicamente tanto a prática formativa, quanto os conteúdos programáticos que deveriam ser preservados, difundidos, com vistas à produção do conhecimento que os cristãos assumiriam, em virtude da desarticulação política do referido período.

Em síntese, Agostinho foi um autor que dedicou grande parte de sua vida ao estudo das Escrituras e à difusão da educação cristã. Ao fazê-lo, elaborou orientações para o ensino, discutiu os conhecimentos teóricos que deveriam ser ensinados, bem como as estratégias para se ensinar.

5. CONCLUSÃO

Segundo Calvino (1993), “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer (p. 11)”. Com base nele, podemos afirmar, primeiramente, que a experiência de ter realizado a pesquisa com base em livros de um autor clássico constituiu-se, dentre outros aspectos, em um aprendizado formativo.

Sabemos, portanto, que é necessário prosseguir neste trabalho, não com a pretensão de esgotar as possibilidades de análise, mas de ampliar a compreensão sobre esse autor e sobre sua obra, aprofundar a percepção de que nela existe uma convergência do conhecimento clássico, saberes considerados pagãos, com saberes cristãos em uma proposta de educação cristã.

Pela natureza da metodologia adotada, buscamos compreender o contexto em que Agostinho viveu, para nele situarmos as condições sociais, históricas e políticas em que foi formado. Consideramos do ponto de vista educacional a influência familiar, escolar e profissional. Pelos dados biográficos obtivemos elementos que demonstram a formação cultural de Agostinho que, como professor de retórica, adquiriu um alto nível de conhecimento.

Percebemos que Agostinho, com seu espírito questionador, procurou dedicar-se exclusivamente ao estudo das Escrituras, deixando o ofício de professor de retórica, para, inicialmente, assumir um estilo de vida monástico e posteriormente tornar-se um alto dignitário da Igreja.

Em todos esses momentos, ele estudava buscando a compreensão das Escrituras e dialogava com seus convivas, de modo que eles compartilhavam do aprendizado de Agostinho. Desse modo, escreveu muito, o que consideramos ter sido possível em função dos pré-requisitos que o autor agregava e que se evidencia na análise de suas obras.

Suas considerações sobre a educação cristã e seus postulados vigoraram durante séculos na Idade Média e estendem suas influências no Ocidente. Preocupado em arregimentar pessoas preparadas para difundir o cristianismo, Agostinho se envolveu pessoalmente na formação dos cristãos. Nessas obras expôs sua concepção de educação cristã, em função da necessidade de formar pessoas que pudessem se envolver com a difusão do cristianismo, tendo em vista

que se considerava ser essa a maneira de se reorganizar a sociedade naquele momento.

Ao transmitir a educação cristã, ele contribuiu também para preservar a cultura greco-latina, juntamente com a disseminação da doutrina cristã disseminavam-se também os saberes clássicos.

As influências do pensamento de Agostinho no Ocidente se estenderam no tempo e se constituem em possibilidades para pesquisas futuras.

No âmbito desta pesquisa, nos ativemos a analisar, na elaboração de sua proposta de educação cristã, os procedimentos de ensino no objetivo de formar homens que pudessem, juntamente consigo, assumir a cristianização da sociedade. Quanto a esse aspecto, são muito importantes os fundamentos educacionais, suas proposições de como ensinar, de forma a promover a autonomia de leitores das Escrituras, especialmente em um momento histórico em que as relações sociais e políticas decadentes do Império Romano não respondiam mais às novas necessidades que se colocavam posteriormente à chegada dos nômades.

Foi nesse contexto de fusão de culturas e de hegemonia da Igreja que Agostinho elaborou sua proposta de formação do cristão, proposta fortemente marcada pelo ensino da cultura clássica, pois, para ele, sem esse conhecimento não seria possível a compreensão das Escrituras.

Para Santo Agostinho, pela formação cultural, pelo conhecimento de línguas se estabeleceriam as condições para se entendê-las e, assim, os homens teriam a desenvoltura necessária à compreensão e à prática do ensino, pois o pregador, além de se posicionar como defensor da fé, deveria cativar seus ouvintes.

O ideal de homem, para Agostinho, o sábio, era aquele que não seria dominado pela paixão, antes, suas ações seriam submetidas ao domínio da mente, da razão. O autor relacionou ainda a sabedoria com a vida feliz, dizendo que a boa vontade seria um meio para se alcançar a sabedoria.

Para Agostinho, somente por meio do livre-arbítrio seria possível ao homem, ao ser que ao mesmo tempo existe, vive e entende, agir bem voluntariamente. Ainda que no livre-arbítrio resida a possibilidade de pecar, é exatamente no livre-arbítrio que incide a condição humana de escolher o bem

pela livre ação da vontade e essa escolha ocorreria mediante o conhecimento do bem que procede de uma concepção de educação cristã.

No caso das Escrituras, a necessidade de compreensão por parte de quem ensina é maior, daí a necessidade de planejar sobre o que ensinar como ensinar, como preparar aqueles que assumiriam o compromisso de ensinar, seja como padres ou como leigos.

Em suma, em função da dedicação de Agostinho com a educação, ele elaborou orientações para o ensino, elegeu os conhecimentos teóricos que deveriam ser ensinados, bem como as estratégias para se ensinar. Seu empenho nos motiva a pensar a educação e as possibilidades de ensino para responder aos desafios que se colocam em nosso tempo.

Concluimos, portanto, que Santo Agostinho nos deixa seu legado nas obras que escreveu, no modo como elaborou sua proposta de educação cristã e na maneira como se dedicou ao ensino. O amor para com o ser humano o moveu nesse sentido, em função do seu combate ao paganismo, desenvolveu estratégias didáticas para que esse ensino fosse marcado pelo entusiasmo e pela alegria. Por meio de uma mensagem direcionada ao desenvolvimento do aprendizado pela linguagem, pela memória, utilizando argumentos históricos, conduzia seus ouvintes a praticar as virtudes que aprendiam pelo uso da razão e do bom senso. Assim, a partir dos fundamentos do conhecimento clássico, formou pessoas comprometidas com a difusão do cristianismo, com a educação cristã e com o ensino.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, SANTO. **A Cidade de Deus**. 2.ed. Petrópolis RJ: Vozes, São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990.
- AGOSTINHO, Santo. **De Magistro**. Trad. Angelo Ricci. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- AGOSTINHO, Santo. **A Doutrina Cristã**. Traduzido por: Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. **A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática**. Traduzido por Maria da Glória Novak. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2005.
- AGOSTINHO, SANTO. **Confissões**. Traduzido por Maria Luiza Jardim Amarante. 17. ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
- AGOSTINHO, Santo. **O Mestre**. Traduzido por Antonio Soares Pinheiro. 2. ed. São Paulo: Landy, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Traduzido por: Agostinho Belmonte. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Traduzido por Telma Costa. 2.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1982.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BÍBLIA ANOTADA. São Paulo: Mundo Cristão, 1994. Versão Almeida, Revista e Atualizada.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Traduzido por Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as origens até Nicolau de Cusa**. Traduzido por Raimundo Vier O. F. M. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Traduzido por Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAPORALINI, José Beluci. **Reflexões sobre o essencial de Santo Agostinho**. Maringá: Clichetec, 2007.

DURKHEIM, Emile. A igreja primitiva e o ensino. **A evolução pedagógica**. Traduzido por Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FEBVRE, Lucien. **A Europa: gênese de uma civilização**. Traduzido por Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUIZOT, F. **História da Civilização na Europa**. Lisboa: Livraria editora e Oficinas Typographicas e de Encadernação, 1907.

HORN, Christoph. **Agostinho – teoria lingüística dos sinais**. Traduzido do alemão por Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Revista Veritas, mar de 2006. V. 51, n. 1, p. 5-17. Disponível em revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewFile/1879/1400 Acesso em 08 nov 2009.

LAUAND, Jean Luiz. **Cultura e educação na Idade Média: textos do século V ao XIII** / seleção, tradução, notas e estudos introdutórios Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. A instalação dos Bárbaros. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Traduzido por Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAMMÌ, Lorenzo. **Canticum Novum. Música sem palavras e palavras sem som no pensamento de Santo Agostinho**. Estudos Avançados, 2000. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100020&lang=pt Acesso em 14 nov 2009.

MARROU, Henri. **Santo Agostinho e o agostinismo**. Traduzido por Ruy Flores Lopes. Rio de Janeiro: AGIR, 1957.

MARROU, Henri Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Traduzido por Mário Leônidas Casanova. São Paulo, EPU, Brasília, INL, 4ª Reimpressão, 1975.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da Educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: EPU;USP, 1978.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. Evolução da Instituição Escolar. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho; MARTELLI, Anita Fávaro. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: leituras**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2001, p.36-58.

OLIVEIRA, Terezinha. **Agostinho e a Educação Cristã: um olhar da História da Educação**. Notandum 17 jul-dez. ESDC / CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, 2008. Disponível em:
<<http://www.hottopos.com/notand17/terezinha.pdf>> Acesso em 05 ago. 2008.

OLIVEIRA, Terezinha e MENDES, Claudinei M. M. Montesquieu: Uma Análise Histórica de Roma. In: OLIVEIRA, Terezinha e VISALLI, Angelita Marques. **Pesquisas em Antiguidade e Idade Média: olhares interdisciplinares**. São Luis, MA: Editora UEMA, 2007.

OLIVEIRA, Terezinha. **Escolástica**. São Paulo: Editora Mandruvã, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. Introdução. GUIZOT, François. **O estado da sociedade religiosa no século V**. Tradução de Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Magre Mendes. Apontamentos 77. Uem, 1999.

PESSANHA, José Américo Motta. Vida e Obra. In: **Confissões**. Santo Agostinho. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PIERINI, Franco. **Curso de História da Igreja**. Traduzido por José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1997.

RIBEIRO, Elizabete Custódio da Silva. **O divino e o humano em Anselmo de Bec: novos caminhos para a educação no século XI**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Terezinha Oliveira. Maringá, 2009.

SESÉ, Bernard. **Agostinho, o convertido**. Traduzido por Magno Vilela. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.